



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

QUEZIA MENEZES DA PAZ

**A ESCRITA COMO INVENÇÃO DE UMA ADOLESCENTE NEGRA,
COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, NO ENCONTRO COM O FEMININO:
uma construção de caso clínico em psicanálise**

Recife

2023

QUEZIA MENEZES DA PAZ

**A ESCRITA COMO INVENÇÃO DE UMA ADOLESCENTE NEGRA,
COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, NO ENCONTRO COM O FEMININO:
uma construção de caso clínico em psicanálise**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre do Curso de Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, sob orientação da Profa. Dra. Paula Cristina Monteiro de Barros.

Linha de pesquisa: Psicopatologia Fundamental e Psicanálise

Recife

2023

P348e

Paz, Quezia Menezes da

A Escrita como invenção de uma adolescente negra, com deficiência física, no encontro com o feminino : uma construção de caso clínico em psicanálise / Quezia Menezes da Paz, 2023.

99 f. : il.

Orientadora: Paula Cristina Monteiro de Barros
Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Mestrado em Psicologia Clínica, 2023.

1. Psicanálise. 2. Psicanálise do adolescente.
3. Errância. 4. Escrita. 5. Adolescentes (Meninas).
I. Título.

CDU 159.964.2

Luciana Vidal - CRB-4/1338

A Escrita como invenção de uma adolescente negra, com deficiência física, no encontro com o feminino: uma construção de caso clínico em psicanálise. © 2023 by Quezia Menezes da Paz is licensed under CC BY-NC-ND 4.0

QUEZIA MENEZES DA PAZ

**A ESCRITA COMO INVENÇÃO DE UMA ADOLESCENTE NEGRA,
COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, NO ENCONTRO COM O FEMININO:
uma construção de caso clínico em psicanálise**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientação: Profa. Dra. Paula Cristina Monteiro de Barros.

BANCA EXAMINADORA

Paula Barros

Profa. Dra. Paula Cristina Monteiro de Barros
(Orientadora)

Edilene Freire de Queiroz

Profa. Dra. Edilene Freire de Queiroz

Sponter

Profa. Dra. Suely Aires Pontes

Recife, 18 de Outubro de 2023

A quem imprimiu em mim seu traço para que me tornasse *não-toda* escrita,

E me ensina que viver é o ato mais genuíno de invenção,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em quem pela fé, sustento-me e acalmo-me nos momentos de angústia;

À minha amada orientadora Paula, pela forma delicada, respeitosa, amável e consistente que me conduziu, ajudando-me a inventar minhas próprias saídas;

À Banca pela gentileza e considerações preci(o)sas da eterna ensinante Edilene Queiroz que se deixou afetar por meu texto, e a Suely Aires por ser tão disponível e disposta a semear conhecimento;

À Marina Luna, pela força que foi nosso encontro durante a pandemia a ponto de criarmos trabalhos vivíssimos mesmo em meio ao isolamento e tantas mortes; por ser aberta ao nosso laço-de-amizade-cor-de-azul-mar, e acreditar na potência da minha escrita;

Aos colegas de mestrado da turma vinte e três, principalmente as grandes amigas Jéssyca e Polyana com quem compartilhei sonhos, risos, choros, lutos e lutas. Com vocês a palavra esperançar faz sentido;

Aos amigos distantes fisicamente, representados aqui por Kleyanne e Danylo, amigos tão presentes e que se alegram sempre e a cada conquista comigo;

Aos amigos de perto, Gabi, Tiago, Thíría e Jaque, por acompanharem as dores e delícias de escrever uma dissertação;

À mainha, por me fazer ver que desejo é asa, e me incentivar a voar cada vez mais alto, apesar das nuvens pesadas no céu. E a painho, por nunca me impedir de seguir um caminho próprio;

Aos meus irmãos Jônatas, Ester e Micael, é tão lindo ver como vocês, cada um à sua maneira, inventam a vida, eu os amo imensamente;

A João Ghabryel pela paciência, parceria, cumplicidade e por ensinar-me a escrever sobre o amor, na vida;

Aos adolescentes que tive e tenho a oportunidade de escutar, nos serviços públicos por onde passei, bem como na clínica privada. Gratidão a Mar cujas palavras me deixei afetar, e causada pelas indagações da sua história e por sua própria escrita, colocar-me a escrever;

Aos profissionais nos nomes de: Thaiane, Soraya, James, Gilmar, Edineide, Giliane, Rose, Liandra, Ainoã, Socorro, Jaci, Idelcia e Gildete (*in memoriam*) por aceitaram compartilhar comigo as alegrias e os desafios de trabalhar na saúde no serviço público e me ensinarem tanto nos três anos em que estive no CAPS;

À Capes, pelo fundamental apoio financeiro.

Escrever.

Não Posso

Ninguém pode.

É preciso dizer:

Não podemos.

E escrevemos.

Marguerite Duras

RESUMO

Na psicanálise, a adolescência é uma construção, efeito dos emaranhados de nossa época; implica um trabalho psíquico, no que tange ao desligamento mais efetivo dos pais, à constatação da fragilização dos referenciais, à inconsistência do Outro, ao confronto com os impasses referentes ao corpo e ao real do sexo. É na adolescência que os referenciais simbólicos da infância passam a não bastar para dar conta desse real (im)possível de simbolizar. Na prática e escuta clínica em uma instituição de saúde mental, as narrativas de uma adolescente apontavam para os embaraços característicos desse momento. Eram impasses que convocavam a uma elaboração psíquica e que, concomitantemente, apontavam para o que é possível de se criar; foi diante disso que a escrita surgiu como sua invenção singular. Para abarcar essa dimensão, propusemos, como objetivo geral desta pesquisa, discutir a escrita como invenção de uma adolescente negra e com deficiência física, atendida em uma instituição de saúde mental, frente ao encontro com o feminino, a partir de proposições psicanalíticas lacanianas. Como objetivos específicos: investigar a construção da noção de feminino a partir da perspectiva psicanalítica laciana; discutir a errância da sexualidade adolescente a partir das ressonâncias da atualidade, no que tange à inconsistência dos laços sociais; analisar o modo como o feminino aparece na clínica com uma adolescente negra e com deficiência física em relação ao corpo; analisar a escrita de uma adolescente como uma invenção possível frente ao impossível de dizer do feminino. A proposta metodológica desta pesquisa foi a construção do caso clínico em psicanálise, realizada a partir dos registros clínicos da praticante da psicanálise, pautada no que foi vivenciado na relação transferencial, o que permitiu uma articulação entre teoria e prática clínica, visando sustentar uma dimensão do singular do caso. A partir da construção do caso, reitera-se o recurso à escrita como uma invenção adolescente e uma saída possível para os conflitos vivenciados nesse momento da vida. Buscou-se contribuir com uma leitura e uma prática mais atentas aos impasses da adolescente, com o feminino e com a sexualidade, como também, com a singularidade das demandas dessa adolescente negra e com deficiência física, oferecendo, assim, subsídios teórico-clínicos para o atendimento clínico institucional ao sujeito adolescente.

Palavras-chave: Adolescente; Psicanálise; Escrita; Feminino; Errância.

ABSTRACT

In psychoanalysis, adolescence is a construction, an effect of the entanglements of our time. It implies psychic effort in terms of more effective disconnection from parents, the realization of the weakening of references, the inconsistency of the Other, and the confrontation with impasses regarding the body and the reality of sex. In adolescence, the symbolic references of childhood are no longer enough to fulfill this reality (im)possible to symbolize. In clinical practice and listening in a mental health institution, a teenager's narratives pointed to the embarrassment characteristic of this moment. They were impasses that called for a psychic elaboration and, concomitantly, directed to what was possible to create. It was in light of this that writing emerged as his singular invention. To encompass this dimension, we proposed, as a general objective of this research, to discuss writing as an invention of a black teenager with a physical disability, treated in a mental health institution, in the face of the encounter with the feminine, based on Lacanian psychoanalytic propositions. Specific objectives: investigate the construction of the notion of feminine from the Lacanian psychoanalytic perspective; discuss the errancy of adolescent sexuality based on current resonances, regarding the inconsistency of social ties; analyze how the feminine appears in the clinic with a black teenager with a physical disability about her body; analyze the writing of a teenager as a possible invention in the face of the impossible to say about the feminine. The methodological proposal of this research was the construction of the clinical case in psychoanalysis, carried out based on the clinical records of the psychoanalysis practitioner, based on what was experienced in the transference relationship, which allowed an articulation between theory and clinical practice, aiming to support a dimension of the unique to the case. From the construction of the case, the use of writing is reiterated as an adolescent invention and a possible way out of the conflicts experienced at this moment in life. The aim was to contribute with a reading and practice that is more attentive to the adolescent's impasses, with the feminine and with sexuality, as well as with the singularity of the demands of this black teenager with physical disabilities, thus offering theoretical-clinical support for institutional clinical care for adolescent subjects.

Keywords: Adolescent; Psychoanalysis; Writing; Feminine; Wandering.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1: Escrever, Estatuto de uma Invenção.....	13
1.1 Psicanálise nas Instituições: uma Escrita Coletiva, Singular e Inventiva.....	13
1.2 A Construção do Caso Clínico em Psicanálise como um Método de Pesquisa Científica.....	19
1.3 Caso Mar.....	23
<i>1.3.1 Momento Um – “eee...u, eu escrevo”.....</i>	<i>23</i>
<i>1.3.2 Momento Dois – “sou hétero ou será que sou bi?”.....</i>	<i>25</i>
<i>1.3.3 Momento Três – “não são meras palavras, são meus sentimentos”.....</i>	<i>26</i>
Capítulo 2: Adolescência, que Invenção Diante do Real?.....	28
2.1 O Agir, o <i>Acting Out</i> e o Ato na Adolescência.....	32
2.2 A Errância da Sexualidade Adolescente: Identidade de Gênero, Orientação Sexual e suas Nomeações.....	35
<i>2.2.1 A Escolha de Objeto: uma Leitura Freudiana.....</i>	<i>38</i>
<i>2.2.2 Amor e Errância no Seminário 21 “Les Nos-Dupes Errent”.....</i>	<i>40</i>
2.2.3 A Inconsistência dos Laços Sociais na Atualidade: os Adolescentes Erram?.....	42
Capítulo 3: Ter um Corpo, uma Invenção.....	46
3.1 A Constituição de um Corpo Negro.....	53

3.2 Adolescência e Deficiência Física.....	61
3.3 O Ato de Cortar-se no Corpo Adolescente.....	66
Capítulo 4: A Escrita, uma Invenção Singular.....	73
4.1 O Traço, o Significante e a Letra.....	75
4.2 A Escrita de Mar como uma Invenção diante do Feminino.....	79
Ao Fim da Travessia, algumas Considerações.....	87
Referências.....	92

Introdução

*Essa luz que do mar bate em mim me invade
Será que eu vou?
Ninguém tentou
E parece que a luz chama por mim e já sabe
Que um dia eu vou
Vou atravessar para além do mar*

(Estrofe da música “Saber quem sou”, do Filme Moana)

O tempo da adolescência é como um mar. O sujeito adolescente, com trajes de banho ainda infantis que nem lhe servem mais, lança-se para atravessá-lo. A priori, não existe um barco para que ele possa ao menos fixar os pés em base sólida ou ser o condutor. No trajeto, diante das tempestades em alto mar, é seu próprio corpo que fica à deriva. No mar, muitos adolescentes se lançam na travessia, uns estão isolados de todos, outros entram em conflitos com outros, alguns nadam em diferentes direções, outros ainda estão à beira da água, na margem, observando o movimento dos outros, temendo entrar no mar.

Escolher mergulhar nesse oceano da adolescência por meio de uma pesquisa foi um interesse que emergiu de minha atuação enquanto psicóloga em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-I), com sujeitos adolescentes em atendimentos de grupo e individuais. Nos encontros, as questões que tocam a dimensão do feminino são frequentes. Como um retorno à pergunta “o que é uma mulher?”, característico desse momento, que demanda uma elaboração psíquica, o adolescente, por meio de suas queixas, dos seus sintomas, do uso que faz do corpo e das parcerias amorosas, parece tentar dar conta de falar/escrever o impossível.

O encontro no atendimento clínico-institucional com uma adolescente, 18 anos, do sexo feminino, negra e com deficiência física, serviu de bússola para orientar – quase que como as estrelas para navegantes – os pontos que fundamentaram esta construção, análise e discussão do caso clínico da adolescente que nomeamos de “Mar”. O material clínico que emerge da narrativa da adolescente nos leva a algumas interrogações: Como dizer o que não se diz? O que pode nos ensinar o sujeito adolescente como saída para seu próprio mal-estar? Quais podem ser as invenções de uma adolescente? Partindo dessas primeiras indagações, esse trabalho se dá a partir da aposta de querer saber sobre o saber dessa adolescente e sua invenção.

Escolho o mar como metáfora, a paisagem de um sujeito adolescente ainda em travessia no meio de uma tempestade avassaladora e prestes a perder a direção. Escrever, emerge como uma invenção possível trazida pela adolescente, e é como uma embarcação que é construída

nesse mar aberto, bem além dos recifes, não sem custo. É com o que é achado na água, com os restos dos materiais encontrados dos que, por ali passaram, com o que foi e ficou da infância que ele tenta fazer para si, algo que o auxilie a navegar. É importante desbravar outras terras, outros territórios, que não aquela tão familiar e já inabitável de onde saiu.

E como se já não exigisse muito trabalho psíquico se encontrar nesse tempo de passagem, o Caso Mar – por se tratar de uma adolescente com deficiência física – lança-nos a questões singulares que atravessam esse corpo que escapa aos padrões hegemônicos funcionais/corporais. Em que medida esse discurso predominante sobre esse corpo afeta a relação dessa adolescente com o outro e com o próprio corpo? E quanto à sua sexualidade? É legitimada ou ainda lhe são impostos discursos que visam à negação e ao apagamento da sua sexualidade e do direito a constituir família? As indagações eram e seguem múltiplas.

Na trajetória dessa pesquisa-navegação, a problemática central foi a seguinte: no encontro com o feminino, que possíveis invenções são feitas por uma adolescente negra, considerando também as ressonâncias de ser uma pessoa com deficiência física? Para tanto, propusemos como objetivo geral: Discutir a escrita como invenção de uma adolescente negra e com deficiência física, atendida em uma instituição de saúde mental, frente ao encontro com o feminino, a partir de proposições psicanalíticas lacanianas. Como objetivos específicos, traçamos: investigar a construção da noção de feminino a partir da perspectiva psicanalítica laciana; discutir a errância da sexualidade adolescente a partir das ressonâncias da atualidade, no que tange à inconsistência dos laços sociais; analisar o modo como o feminino aparece na clínica com uma adolescente negra e com deficiência física em relação ao corpo; analisar a escrita de uma adolescente como uma invenção possível frente ao impossível de dizer do feminino.

Para tanto, escolhemos a construção do caso clínico em psicanálise como método de investigação de nosso estudo. Considerando o que foi vivenciado na relação transferencial, a construção do caso foi realizada a partir de meus registros clínicos e não se propôs a uma descrição exaustiva, descritiva e linear dos acontecimentos, como proposto por Dunker e Zanetti (2017).

A construção do caso, que ganha consistência ao longo da escrita dos quatro capítulos, possibilitou uma leitura das vivências singulares e modos de subjetivação dessa adolescente. A análise, a partir dos fragmentos clínicos recolhidos dos atendimentos, e a interpretação do caso clínico foram feitas com base na supervisão clínica e em alguns pressupostos psicanalíticos acerca das noções de adolescente, feminino, errância, escrita e invenção, trabalhados pela teoria laciana, visando a articulação entre os elementos teóricos e clínicos.

Como navegantes mais experientes com o oceano adolescente, a pesquisa-navegação teve como ancoragem teórica a psicanálise de orientação lacaniana. Em sua construção, para abordar a noção de adolescente, utilizamos as proposições de autores como Lacadée (2011), Miller (2016), Alberti (2009), Rassial (1997) e Douville (2002); recorremos ao seminário, livro 20 “mais, ainda” – à luz do que Lacan (1972-73/2008) propõe sobre o feminino. Para trabalharmos a errância da sexualidade adolescente, partimos das formulações de Douville (2012), que enfatiza a errância estruturante do sujeito adolescente, bem como das contribuições de Barros¹ (2015), e das proposições de Lacan (1973-74/2016) no seminário livro 21 “Os não-tolos vagueiam”. Fanon (2020) e Nogueira (2021) são autores que utilizamos para articularmos as questões que envolvem raça e racismo em uma leitura psicanalítica. Já para pensarmos ao que diz respeito à deficiência, recorremos a contribuições de Judith Butler, articulando-as ao caso clínico, e às formulações elaboradas a partir do trabalho clínico da psicanalista Maud Mannoni (1964).

Em se tratando de um estudo que aborda a noção de feminino para a psicanálise, gostaríamos de sinalizar pontos que consideramos importantes para esclarecer as rotas percorridas. São inúmeras as pesquisas em psicanálise que atravessam o tema do feminino, geralmente associadas às mulheres, o que impõe uma questão acerca da suposta saturação da temática, mas acreditamos que, a depender do seu recorte, suscitará sempre novas indagações e investigações. Outro ponto é que temos ciência das críticas importantes feitas à psicanálise pelas teorias feministas, teoria *queer*, filósofos e até mesmo psicanalistas contemporâneos, acerca dos limites da leitura a respeito da diferença sexual para pensarmos as subjetividades desta época.

Para Preciado (2020), por exemplo, pensar na diferença sexual a partir da teoria freudiana é falar de uma teoria ultrapassada e em profunda crise desde os anos 1940, já que foi um momento histórico e social que escancarou a multiplicidade de corpos e posições sexuais para além do binarismo. O autor tece críticas a Lacan e afirma que, com sua teoria do significante, o psicanalista não escapa da lógica patriarcal da nomeação. Atualmente, temos autores contemporâneos como Joel Birman, Márcia Arán, Jô Gondar, Javier Sáez, Fabian Fajnwaks e Sabine Prokhoris, os quais apresentam novas propostas teóricas no sentido da positivação das diferenças, como aponta o estudo realizado por Pombo (2018).

¹ O conceito de errância foi trabalhado em sua tese de doutorado intitulada “*Eu vinha andando pela rua: que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?*”, e é tema do seu projeto de pesquisa “*Errância e clínica psicanalítica: da condição itinerante do desejo ao movimento errante na cena social*”.

Vale considerar que esta pesquisa, embora se ocupe de pensar o feminino em uma mulher, mostra-se advertida de que ele pode habitar outros corpos, e sustenta a posição de que os questionamentos permanecem abertos e se atualizam de acordo com os discursos da época, conseqüentemente, produzindo efeitos no sujeito do inconsciente que aparece na clínica e na construção da teoria.

Ressaltamos, também, que tomamos como referencial a noção de feminino proposta pela teoria psicanalítica lacaniana, não pretendendo enveredar pelas teorias de gênero, embora reconhecendo sua relevância. Por fim, e paradoxalmente em vias de começar, não temos a pretensão de fazer de Freud e Lacan uma “lei”, mas consideramos que os fundamentos epistemológicos da psicanálise lançados por eles contribuem para essa pesquisa, de modo que é partindo deles que poderemos avançar com uma escrita e uma leitura possíveis do sujeito adolescente hoje.

Esta pesquisa, que considera a escrita como essa invenção singular adolescente, corrobora com os resultados encontrados por Souza e Teixeira (2012), os quais enfatizam a importância da escrita enquanto um dispositivo clínico no cuidado com adolescentes em instituições de saúde mental.

Tanto na pesquisa supracitada, quanto na realizada por Silveira Riter *et al.* (2018), os resultados apontam que a escrita funciona como operadora de ressignificações nos impasses vivenciados pelo sujeito adolescente, em sua relação com o corpo, com o próprio sexo, com o outro. Nesse sentido, na relação do adolescente com o mundo, a escrita pode bordejar um impossível. Contudo, a partir das lacunas dos estudos citados, do inusitado e dos embaraços no encontro com Mar, surgem também as seguintes indagações: quando falamos de corpos negros e que carregam também a marca de uma “deficiência”, o que se apreende de singular no caso? O que se alcança (ou não) pela teoria psicanalítica freudo-lacaniana?

Foi causada por essas indagações, por apostar no saber-fazer dos sujeitos adolescentes, e acreditar na potência da escrita, que decidimos enfrentar as pequenas e grandes “ondas” durante esse percurso, estruturando esta dissertação conforme descrevemos a seguir. No primeiro capítulo, abordamos o contexto clínico-institucional em que atuei como praticante da psicanálise, os impasses e as potencialidades do serviço de saúde mental, discutindo algumas problemáticas que surgiram durante a prática como a demanda da adolescente chega até mim. Embasamos, tomando como referência as formulações de Christian Dunker e Eduardo Zanetti, o método de construção do caso clínico em psicanálise e, em seguida, apresentamos o Caso Mar, abertura para os capítulos posteriores.

Escolhemos, no segundo capítulo, trabalhar a adolescência como tempo lógico, delicado e de transição, no qual o agir e os atos são características comuns e que ganham maior destaque nesse momento da vida do sujeito adolescente. As dimensões da sexualidade e do amor são discutidas considerando a inconsistência dos laços na atualidade, articulando-as à proposição de Olivier Douville a respeito da errância estruturante da adolescência, juntamente com as contribuições do seminário “*Les non-dupe errent*”, de Jacques Lacan.

Refletir sobre um corpo, que é tomado como objeto causa de desejo do outro, abre margem para discutirmos o terceiro capítulo, em que transitamos sobre a constituição do corpo para a psicanálise em Freud e Lacan. A temática do corpo, por ser traçado em paralelo ao caso Mar, ganha desdobramentos para pensar o corpo negro e com deficiência física dessa adolescente. É dado um destaque ao ato de cortar-se como uma maneira adolescente de expressar e tentar simbolizar sentimentos, dores e angústias, sendo elas inerentes, ou não, ao momento de passagem adolescente.

Adentramos no capítulo quatro, explorando as noções de feminino e de escrita para Lacan, seus avanços no decorrer do seu ensino, até aproximá-los à noção de letra-litoral, como seu estatuto de invenção singular. A partir do conceito de escrita feminina, discutido por Lúcia Castello Branco, situamos a escrita de Mar como sua invenção singular diante do feminino, assumindo uma função de simbolizar algo do impossível de dizer.

Durante todo o trajeto de escrita da dissertação, nos momentos em que me referir a Mar utilizarei o artigo feminino “a adolescente”, ao passo que ao relatar experiências do público adolescente em geral, usarei o artigo masculino, no singular ou plural, “o/os adolescente(s)” que também escutei em minha prática clínica.

Como quem também não se furta à travessia, esta dissertação é uma escrita que se dá através do que não cessa de se escrever da minha experiência clínica com adolescentes.

*O horizonte me pede pra ir tão longe
Será que eu vou?
Ninguém tentou
Se as ondas abrirem pra mim de verdade
Um dia eu vou saber quem sou.*

Estrofe, da música “saber quem sou”, do filme Moana.

Capítulo 1: Escrever, Estatuto de uma Invenção

Situamos, nesse capítulo, o contexto, o método e o Caso Clínico que dão consistência para que essa pesquisa tenha acontecido. Aqui, veremos que, diante dos desafios e impasses que emergem em uma prática *psi*, seja ela clínica ou institucional, e frente à Pandemia da COVID-19, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) se tornou um cenário fértil. Nas vivências que se apresentaram cheias de potencialidades em um serviço de saúde mental, teoria e prática se articularam, escancarando enigmas e causando provocações. Ao tomar o caso clínico que emergiu dessa atuação, a escolha pela construção do caso clínico em psicanálise, como nosso método de pesquisa, auxiliou-nos a alcançar algo de uma formalização. O que se escreverá disso então?

1.1 Psicanálise nas Instituições: uma Escrita Coletiva, Singular e Inventiva

No decorrer dos intensos três anos de atuação como psicóloga no CAPS I - equipamento criado como parte do processo de Reforma Psiquiátrica para acolher e tratar pacientes em sofrimento psíquico grave -, perguntas ocuparam meus pensamentos e permaneciam insistindo ao me deparar com impasses de múltiplas ordens na saúde pública, mais especificamente, nessa instituição. É de suma importância partir do princípio de que os cuidados em saúde mental, propostos no/pelo CAPS, por exemplo, sobrepujam as meras técnicas tradicionais, no que tange ao modelo biomédico, seguindo pautada em um contexto ideológico-político-técnico (Rabelo *et. al*, 2005).

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, impulsionado, principalmente, pelas ideias do psiquiatra italiano Franco Basaglia, inicia-se um radical modo de transformação no saber, no tratamento e nas instituições psiquiátricas (Brasil, 2011). Almeida Filho (2005) enfatiza os quatro eixos principais estabelecidos, a partir da Política Nacional de Saúde Mental, são eles: (1) a garantia de direitos civis; (2) a superação do hospital psiquiátrico como unidade central de atendimento às pessoas em sofrimento psíquico grave; (3) a reestruturação do sistema de assistência psiquiátrica para redução da exclusão social dos pacientes; (4) a construção de uma rede diversificada de serviços, para garantir acesso, eficácia e eficiência no tratamento.

Diante dessa nova releitura de política pública no campo da saúde mental, os princípios e bases teóricas, para nortear as atividades desenvolvidas na área, tiveram como efeito o surgimento das noções de clínica ampliada, clínica psicossocial, clínica do território e clínica da reforma, conceitos esses que não vamos analisar neste trabalho, mas que levaram a uma relação com usuários e familiares, pautada na ética, nas necessidades e nos direitos civis, visando práticas que priorizassem a singularidade dos sujeitos, em detrimento de um conjunto

de prescrições universalizantes, reducionistas e objetivantes (Rabelo *et. al.*, 2005). Nesse contexto, Rabelo *et al.* (2005) enfatizam a importante contribuição da psicanálise e das ciências sociais, com conhecimentos significativos para a construção da singularidade da clínica do CAPS, bem como novas maneiras de cuidado com o sujeito em sofrimento psíquico grave.

O CAPS I, com toda sua complexidade, como uma das modalidades de serviço estabelecidas pela Portaria N° 336, de 19 de fevereiro de 2002, tem seu funcionamento regulamentado no que concerne ao período de horário semanal para atendimento, à quantidade de usuários atendidos por dia e às atividades a serem desenvolvidas. Os procedimentos técnicos - atendimentos individuais e em grupo, oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, atendimentos às famílias e atividades comunitárias -, enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social são desafiadores, principalmente, quando a ressocialização do paciente em sofrimento psíquico é interpretada pelos profissionais e pela comunidade como uma tentativa de normatizá-lo, em um imperativo insano de adaptá-lo à sociedade e não o contrário.

Seguindo nessa lógica, ao se deparar com um dispositivo de saúde mental no interior baiano, o profissional *psi* encontra muito trabalho a ser feito, o qual é somado a uma posição reflexiva e ética sobre a função de um psicanalista nas instituições. O que pode a psicanálise no CAPS? Qual o lugar de um psicanalista? Quais limites e possibilidades da prática da psicanálise na instituição de saúde mental? Como fazer operar o discurso analítico nessa instituição? Como escutar o singular a partir do coletivo de usuários? As muitas perguntas, sem resposta aparente, que surgiam na prática diária, promoveram uma angústia inquieta que serviu de força motriz para a invenção de um saber fazer, durante os anos de atuação, não cabia recuar.

A leitura do texto de Geoffroy e Alberti (2015), a respeito do conceito de Coletivo, proposto por Jean Oury, através dos seus dez seminários realizados entre setembro de 1984 e junho de 1985 no Hospital Sainte-Anne, foi essencial nesses primeiros e cruciais momentos de questionamentos. As autoras mencionam a complexidade de teorizar o conceito e dão ênfase ao paradoxal da proposta, que é preservar a dimensão singular do sujeito dentro das instituições em geral, já que o Coletivo é um “forte instrumento contra a exclusão do sujeito” (p. 247). Essa proposta interessa bastante quem trabalha com a subjetividade humana, porém não é uma tarefa fácil.

Sendo uma grande referência da prática institucional com a psicanálise, o próprio Oury (2009) descreve como uma “bifurcação” as primeiras tentativas de estabelecer a noção de Coletivo. Posteriormente, ele ressalta como “a lógica do Coletivo não é uma lógica de simples discursividade, não é uma lógica da serialidade, nem mesmo uma lógica de simples ‘gestalt’,

mas uma lógica que respeita uma quase infinidade de fatores para cada um” (p. 20). Visualizar a possibilidade de apreender algo do singular em uma instituição já permite que as palavras destravem para escrever um lugar-texto e apostar em espaços de escuta para que os usuários, também, apropriem-se da autoria de suas próprias escritas-vida. Sigamos.

Progressivamente, quanto mais me inseria no serviço, por meio da escuta e do acolhimento às demandas dos usuários, a percepção das questões institucionais e sociais se ampliava. Por atravessar diretamente o fazer profissional, estas questões pedem implicação tanto de psicólogos quanto de psicanalistas. Como dialogar com um saber médico manicomial que, infelizmente, ainda norteia e insiste em normatizar o atendimento ao usuário em sofrimento psíquico grave? Que articulação possível com a equipe multiprofissional com carência de profissionais? Quais os limites? Quais as potencialidades de uma experiência da palavra para um usuário do serviço, quando o básico para a sobrevivência não é suprido? Que lugar esse CAPS e seus usuários ocupam na comunidade?

Sabemos, desde Freud (1918-19/2019), que o esperar de um dos caminhos possíveis da terapia psicanalítica seria o tratamento psicanalítico gratuito oferecido a um número maior de pessoas, na expectativa de que a consciência da população despertasse para o fato de que o pobre tivesse direito à assistência psíquica - assim como o tem para cuidar das doenças físicas - e de que o Estado percebesse a necessidade de criar e manter o funcionamento dessas instituições públicas. Já nessa época, as neuroses eram tão ameaçadoras à saúde quanto a tuberculose, por exemplo, cabendo a criação de clínicas públicas (Danto, 2020) que viessem a “sanar” a problemática no âmbito do coletivo.

Embora, depois de séculos, esse ideal não seja de todo uma realidade, há uma parcela de profissionais *psis*, de formação em psicanálise, inseridos em instituições públicas - na educação, na assistência social, na saúde -, além da produção de conhecimento por meio da publicação, cada vez maior, de pesquisas que parecem apostar vivamente em um espaço onde a técnica, a ética do desejo e um lugar para a palavra possam existir. Ainda assim, não se pode negar que as instituições públicas de saúde são um lugar de vastas confusões e atendimentos imperfeitos, como tituló Figueiredo (1997), por se tratar de um lugar que escapa à lógica clássica do *setting* clínico, sendo o profissional confrontado com uma diversidade de situações que vão do dramático ao cômico com a gestão, a equipe, os usuários e familiares, em uma prática dentro e para além dos muros da instituição.

Quando abordamos a psicanálise nas instituições, neste outro lugar, para além dos muros do *setting* analítico, Figueiredo (1997) esclarece, à primeira vista, o quanto ela se difundiu ao ocupar os territórios psiquiátricos e promover mudanças no que diz respeito aos diagnósticos,

à nosografia e aos tratamentos psiquiátricos, instrumentalizando práticas psicoterapêuticas e abrangendo, também, outros campos do saber. Entretanto, a autora chama a atenção para o fato de o mesmo fenômeno não ter sido tão efetivo, no Brasil, no caso do exercício sistemático da clínica psicanalítica nas instituições médico-psiquiátricas.

Figueiredo (1997) sinaliza dois aspectos que explicariam o contexto descrito acima. No primeiro, está a dificuldade dos psicanalistas em articularem melhor os conceitos teóricos e torná-los minimamente operacionalizáveis para um dispositivo de demanda diversificada e com pacientes que não possuem afinidade com a cultura *psi*. Já o segundo, refere-se ao próprio dispositivo de tratamento que, em sua grande maioria, mantém a prática psiquiátrica e privilegia o atendimento medicamentoso como mais rápido e mais eficaz, sustentando, também, como procedimento secundário, as terapias cognitivo-comportamentais.

Dentro dos CAPS ainda vemos uma lógica imperativa de prevalecer esse tipo de tratamento somado ao discurso médico e ao discurso capitalista da época do “tempo é dinheiro”. Quando se chega a indicar o tratamento *psi*, esse tipo de discurso tem forte probabilidade de se tornar absoluto, para um público que sofre e está às cegas em busca da resolução para suas queixas, contexto que pode chegar a dificultar ou inviabilizar a abertura do paciente para o tratamento com profissionais de outras abordagens clínicas que ocupam um lugar no serviço público.

Salientamos que, atualmente, no caso do psicanalista, a atuação na saúde pública é cada vez maior, podendo ser verificada pela quantidade de pesquisas sobre essa atuação, principalmente em CAPS e em hospitais. Destacamos o estudo de Prado (2016), que investigou e discutiu a inserção do psicanalista na Atenção Básica (AB), especificamente, atuando no matriciamento, assim como experiências do CIEN (Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Criança) no Brasil, que, através da prática dos laboratórios em escolas, hospitais, centros de inserção social dentre outros, “mantém um lugar vivo para crianças e adolescentes dando a palavra a seus protagonistas e aos que, a partir de diferentes disciplinas, as tratam” (Brown, 2018, np).

Voltando a discorrer sobre o CAPS, como um cenário que impulsionou o interesse por esta pesquisa, explicitamos que, com um pouco mais de treze anos de existência no município, ele foi instalado com o objetivo de acolher pessoas – na sua grande maioria negras, de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social - em sofrimento psíquico grave e persistente. Sua existência se deveu à luta antimanicomial, aos profissionais que, a despeito dos impasses e, por vezes, dos tensionamentos frente às autoridades, em um ato de resistência, acreditaram em uma outra maneira de promover cuidados na saúde mental. Com organização e funcionamento

singular, o equipamento carrega como marca suas potencialidades, bem como seus impasses institucionais.

Ao trazer à discussão a menção ao perfil dos usuários do serviço CAPS, no quesito raça/cor, apesar de ser um importante marcador de cunho social, ele ainda é negligenciado, não sendo inserido na ficha cadastral do usuário como um dado considerado relevante, um dos mais importantes a serem recolhidos. Um estudo produzido por Silva *et.al* (2017), com o objetivo de apresentar, por meio de revisão narrativa da literatura científica, o perfil dos usuários atendidos em CAPS, para verificar a inclusão do quesito raça/cor nessa produção, encontrou apenas três artigos que apresentaram dados de raça/cor, porém nenhum deles se propôs a discuti-los.

A pesquisa ainda verificou que dois CAPS tinham proporcionalmente mais negros em tratamento do que a população em geral. Na evidência de que o uso da variável raça/cor para caracterizar usuários dos serviços de CAPS ainda é reduzido, resta-nos a escolha, como um ato de resistência, de discutir esse dado por meio do Caso clínico que será apresentado nesta pesquisa e nos questionarmos, mais uma vez, sobre o porquê do quesito raça/cor no perfil dos usuários CAPS passar “despercebido” pelos profissionais que ali tecem sua prática e até pelos pesquisadores em seus trabalhos dentro do âmbito científico.

Na perspectiva de problemáticas relevantes a serem discutidas, destacamos as equipes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Em acordo com a portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a RAPS para pessoas com sofrimento mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o município em questão possui capacidade apenas para o CAPS I, condição que dificulta as ações e os atendimentos, visto que a demanda (tanto em números, quanto nas especificidades da demanda) é muito maior do que o serviço - com uma equipe técnica desfalcada, composta apenas por um médico psiquiatra, uma assistente social, uma técnica de enfermagem, uma coordenadora/enfermeira e uma psicóloga - pode suportar, prática comum, infelizmente, em muitos CAPS no interior baiano.

Essa problemática, já antiga, de carência de profissionais, bem como a alta demanda por parte da população pelo atendimento de profissionais psicólogos que, por vezes, não é tido como prioridade no processo de contratação para composição da equipe multiprofissional, agrava as extensas filas de espera no SUS. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) deu destaque à falta de profissionais de saúde, escassez que, infelizmente, só aumenta, já que os relatórios de 2021 estimaram que cerca de 115 mil profissionais de saúde morreram entre janeiro de 2020 e maio de 2021, em todo o mundo, em razão da COVID-19.

Estes são os principais impasses e desafios observados e experienciados enquanto trabalhadora da saúde pública no CAPS. No território brasileiro, além da Pandemia da COVID-19, durante a qual os profissionais de saúde ocuparam a linha de frente, muitas vezes, sem equipamentos e recursos necessários à disposição, as constantes ameaças, ataques e sucateamento que sofreu o SUS fez parecer que faltaria fôlego para tanto. Os serviços de saúde e, mais especificamente, a Política de Saúde Mental, nos anos de 2019-2022, sob os caprichos de um governo fascista, racista, antidemocrático, exclusivista e genocida, sem dúvida foram um agravante para o avanço, desenvolvimento, criação e implantação de Políticas públicas efetivas no cuidado aos usuários de saúde mental, que continuaram, junto aos profissionais, existindo e resistindo frente aos projetos de morte.

Enquanto praticante da psicanálise na saúde pública, percebo que ainda precisamos avançar tanto em conhecer, dominar e se comunicar por meio da linguagem ainda predominante na saúde, que é a médica-psiquiátrica, quanto de se atentar para a construção do lugar de psicanalista, que marca uma diferença, ao mesmo tempo que provoca e coloca em movimento as práticas até então inquestionadas. Dados similares foram encontrados no estudo realizado por Prado (2016), já citado anteriormente, que destacou esses dois pontos importantes na prática do psicanalista na Atenção Básica.

A práxis coletiva, singular e inventiva possui suas bases desde Freud para o dispositivo analítico e se encontra em extrema afinidade com o proposto nos equipamentos de saúde mental. Cabe ao Estado, à sociedade, aos profissionais e a cada usuário a implicação e o desejo, em seus múltiplos âmbitos, de continuar escrevendo essa história.

Nos três anos em que trabalhei no CAPS-I, foram muitos os desafios e impasses, mas não os vejo como obstáculos, e sim como algo que faz parte da natureza do próprio trabalho. Coube, a mim, a construção de um saber fazer tanto com as situações previsíveis quanto com as imprevistas.

Foi nesse contexto, acima apresentado e discutido, que uma adolescente me chamou a atenção. A rigor, a adolescente atendida no serviço não se situa no denominado “perfil CAPS”; no entanto, após a triagem e ao ser relatado o possível encaminhamento, mãe e usuária informaram que já haviam “rodado” em outros equipamentos, e que havia uma longa fila de espera no ambulatório, fato confirmado por mim em contato com outros profissionais *psis* da Rede.

O encaminhamento para o ambulatório, a princípio, era inviável pela indisponibilidade de vagas para aquela adolescente que tinha uma urgência subjetiva. Com essa urgência, a adolescente sinalizava que não podia mais esperar para ser atendida, precisava encontrar um

espaço que pudesse acolhê-la, um lugar onde pudesse depositar seu mal-estar e seu saber sobre o sofrimento que vivenciava. O que fazer então? Será que esperar mais um tempo seria uma opção? Não teriam elas (mãe e filha) “rodado” o bastante? Em outro momento encontrariam elas uma pessoa com transporte e disponibilidade para trazê-las, retirá-la do carro e auxiliá-las com a cadeira de rodas?

Diante disso, vi que precisava pensar rápido e dar uma resposta que barrasse aquele circuito quase infindável de tentativas que só tinham como saída a impossibilidade de atendimento. Aceitei recebê-la e continuar atendendo-a semanalmente. Naquele dia, algo do desejo da analista foi posto em ato, eu escolhi abri uma exceção.

Todo o contexto me fez refletir sobre questões que abarcassem as especificidades da pessoa com deficiência. Se houvessem sido pensadas em vagas ambulatoriais específicas para a pessoa com deficiência, seria tão imensa a fila de espera para aquela adolescente?

Bem, foi então, a partir desse encontro e do que a adolescente me ensinou, que essa pesquisa se delineou.

1.2 A Construção do Caso Clínico em Psicanálise como um Método de Pesquisa Científica

PSICANÁLISE é o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica (Freud, 1923/1996 p. 151).

Escolhemos abordar, já no primeiro capítulo desta dissertação, o material que lança os fundamentos para que o método psicanalítico de tratamento e a pesquisa em psicanálise possam existir, o caso clínico. Freud utilizou-se de suas reflexões e análise de alguns casos clínicos por ele atendidos, como base para a construção do saber psicanalítico, um saber que não se transmite somente em sua teoria. Contudo, há de nos questionarmos como é feita essa construção de caso clínico em psicanálise, no âmbito da pesquisa científica, marcando pontos importantes que delineiam e fundamentam a pertinência do método.

Antes de adentrarmos nessas questões, e a fim de melhor situarmos nosso percurso, enfatizamos que, embora se trate de um caso que foi atendido em um equipamento de saúde mental, no que concerne à construção de caso clínico em instituições de saúde mental, sua construção não segue os moldes tradicionais propostos por Figueiredo (2004), que têm como

ponto característico a composição heterogênea da equipe multiprofissional, seus diversos saberes e ferramentas aplicadas do trabalho em equipe. Esta construção, portanto, dá-se ao modo do trabalho mais específico do psicanalista na clínica, explicitado a seguir.

Tomando como referência a afirmação freudiana supramencionada de que psicanálise é “um procedimento de investigação [...] e um método de tratamento...” (Freud, 1923/1996 p. 151), vemos que, em seu exercício, tratamento e pesquisa coincidem. Enquanto uma investigação na clínica possui sua particularidade epistemológica, possível apenas mediante transferência, assentada na associação livre do analisante, na escuta (atenção flutuante) do analista (Aguiar, 2006), e na interpretação como técnicas utilizadas (Freud, 1923/ 1996).

É na prática clínica, a partir da escuta dos analisantes, que podem emergir as mais diversas questões que provocam e impulsionam um movimento vivo de querer saber a respeito dos pontos enigmáticos de um caso. Talvez, nem todos tenham tornado consciente esse saber, mas pensamos que, em essência, todo aquele que se presta a investigar o inconsciente – seja na sua própria experiência analítica, seja na função de analista para outros – é, a princípio, um analista-pesquisador. Figueiredo (2004) também menciona essa dimensão do analista-pesquisador comentando que, na construção de caso, há “uma reapropriação do saber pelo analista na condição de pesquisador” (p. 80).

Zanetti e Dunker (2018), respaldados na direção traçada por Freud, ressaltam a coincidência que há entre pesquisa e tratamento, mas também sublinham o modo como o criador da psicanálise se refere a dois tipos de pesquisa, utilizando dois termos radicalmente diferentes. Para a pesquisa que coincide com o tratamento, o termo é *Forschung*; ao passo que, para a pesquisa científica, o termo é *Untersuchung*. Os autores sustentam que a primeira, correspondente à investigação clínica em simultaneidade com a terapêutica, é um trabalho realizado pelo analista com a finalidade de investigar as causas que desencadearam o adoecimento do analisante. Já a segunda, trata-se de “um corte que marca uma oposição e uma passagem para uma modalidade outra de pesquisa, a pesquisa científica e imparcial do analista” (p. 59), a qual, embora se inicie a partir do tratamento, só se conclui em descontinuidade com ele.

A esse respeito, Freud (1912/2019) comenta que “é bem verdade que um dos méritos do trabalho analítico é que nele pesquisa e tratamento coincidem, mas a técnica que serve a um, de um certo ponto de vista acaba se opondo à outra” (p. 97), e acrescenta que não é indicado abordar o caso cientificamente enquanto o tratamento não tiver sido concluído. A princípio, é a partir desse aspecto de descontinuidade e/ou oposição, apontado desde Freud, que a

construção do caso clínico dessa pesquisa se seguiu para uma direção de pesquisa no âmbito acadêmico.

Diante disso, Dunker e Zanetti (2017) traçam um percurso precioso e interessante a respeito da construção e formalização de casos clínicos em psicanálise. Com considerações preliminares, apontam as distinções entre a leitura de casos – que tem como condição uma estrutura de narrativa e insere-se como uma metanarrativa teórica ou literária –, a construção – que visa elucidar o conceito que se emprega – e a formalização – que necessita de uma certa escrita lógica. Além dos exemplos clínicos de Freud, os autores avançam no percurso apresentando condições literário-científicas encontradas a partir do caso Aimeé, construído por Lacan em sua pesquisa de tese.

Para Lacan, a construção começa pela leitura como um tipo de operação na qual se busca destacar, reconhecer e organizar os elementos pertinentes do caso (Dunker & Zanetti, 2017). Após isso, Dunker e Zanetti (2017) destacam três condições literário-científicas, são elas: (1) o desenvolvimento biográfico; (2) as sínteses de representações – para se obter uma certa unidade temporal da personalidade; (3) a tensão entre as estruturas simbólicas ideais e reais na realização da personalidade do sujeito. Assim, considerando os critérios lacanianos de escrita do caso, os autores observam que o caso clínico segue uma direção narrativa, discursiva e lógica própria, não se ocupando de fazer uma descrição exaustiva de todos os acontecimentos do tratamento.

Assim, como as primeiras rasuras podem apontar para uma escrita que começa a ganhar forma e toma estrutura de um texto passível de leitura, essa pesquisa pretende se tecer por e através dos restos recolhidos de uma escuta clínica. Similar ao trabalho do arqueólogo, tanto no tratamento como nesse tipo de construção, utilizamo-nos dos fragmentos para reconstruir a história do que parecia ter ficado esquecido, considerando o essencial, operando nas lacunas e, diante disso, construindo elos associativos.

A construção do caso clínico em psicanálise se propõe à lógica de transmitir o mais singular de cada caso, tem o objetivo de permitir a articulação entre teoria e prática na produção de um saber e, assim como no próprio processo analítico, as etapas de construção da narrativa seguem o processo do sujeito, seguem as etapas do tratamento (Marcos, 2018), avançando, porém, para além dele.

Ainda considerando as semelhanças com o tratamento, a noção de construção com vistas à investigação, para Dunker e Zanetti (2017), possui três movimentos importantes. O *critério da verossimilhança* – no qual se reúne o maior número de elementos do caso e se conjecturam hipóteses possíveis, uma construção com estrutura de ficção que porta algo da verdade daquele sujeito –; o *critério da confirmação indireta* – o analisando por meio da evolução do seu

discurso vai corroborando ou não com a construção –; o critério da *finalidade*, que tem a função de reconstruir o que foi perdido da realidade para tratar/contornar algo do Real, uma construção similar a do delírio na psicose.

Os autores acrescentam, em caráter de hipótese, a função da escrita do caso para o psicanalista, como quarto critério na noção de construção, o qual não encontra anteparo nas coincidências entre investigação clínica e terapêutica. Escrever o caso tem um motivo interno e estrutural no conceito de construção, implica “separar-se do analisante, fazer o luto do processo vivido ou terminar a transferência do lado do psicanalista” (Dunker & Zanetti, 2017, p. 29).

Temos ainda a supervisão como um momento limite entre a construção de caso na clínica e a construção para a pesquisa no âmbito científico. Veremos que, embora a construção do caso nesta pesquisa tenha apresentado pontos significativos que emergiram do trabalho de supervisão clínica, foi nos momentos em que a redação do caso foi lida oralmente em reuniões de discussão com pesquisadores e psicanalistas, que sinalizações, intrusões, problemáticas e incongruências puderam ser acrescentadas ao material escrito. Sendo assim, consideramos viva a proposição de Dunker e Zanetti (2017) de que a construção do caso inclui a supervisão, mas a suplementa. Os autores sinalizam, também, que a atenção flutuante e a associação livre (que ampara a investigação clínica em consonância com o tratamento) perdem a sua função enquanto uma técnica para a construção científica, e é a escrita que aparece como uma técnica exigida.

Diante dessas especificidades, a escolha pelo caso clínico de uma adolescente atendida em uma instituição de saúde mental deveu-se aos desdobramentos dos elementos e problemáticas que mais se destacaram em seu discurso, tais como: os impasses com o feminino; uma possível errância da sexualidade; as questões com o corpo, considerando as ressonâncias do ser negra e ter uma deficiência física; a escrita como uma maneira inventiva de se haver com o que parecia impossível de dizer. Estes pontos elencados causaram questionamentos que nos levaram a tornar o caso clínico um caso de pesquisa.

Na construção que faremos, não há a pretensão de se estabelecerem critérios que assegurem a validação universal dos resultados e, conseqüentemente, de um saber também universal, mas sim a busca por um ponto mais singular, aproximando-se do que se constitui como verdade para aquele sujeito. Qual foi a verdade produzida na escuta dessa adolescente que nomeei com o significante Mar?

O significante “Mar” foi escolhido por manter a estrutura do nome original da adolescente, sem, contudo, identifica-la, condição ética fundamental para a pesquisa. O nome também é uma referência à imensidão (do mar/de Mar), de histórias e leituras possíveis que

surtem ao deparar-me com o sujeito adolescente, uma menina-mulher negra, que escreve “frases e textos”.

Vale mencionar que a adolescente chegou ao serviço por meio de demanda espontânea e seu primeiro contato e triagem foram realizados por mim enquanto psicóloga da instituição. O fato de a adolescente ter escolhido o serviço e o atendimento psicológico aponta para algo do querer, da demanda, de um desejo por vivenciar o processo terapêutico (o que não é tão comum nos atendimentos com adolescentes, que geralmente são encaminhados pelas escolas ou outros profissionais, ou são levados por queixas e preocupações dos pais).

Esse dado se faz importante, uma vez que aponta para uma possibilidade de maiores efeitos no processo, já que parte de uma demanda espontânea da adolescente em procurar um lugar e uma profissional psicóloga para os quais pudesse endereçar seu mal-estar e sofrimento. É importante destacar que, após o término do acompanhamento, a escrita seguiu como um desdobramento importante do processo clínico, tendo a adolescente me convidado a acompanhar sua escrita por meio de postagens nas redes sociais (*Instagram*).

Foi causada pelas problemáticas, cada vez mais comuns na clínica com adolescentes, tendo como ponto de partida escutá-los em sua singularidade, que me deparei com Mar. Diante dos emaranhados abordados por ela, por trazer consigo um caminho para ir desfazendo os nós, e por ensinar que, através dos fios de sua escrita, tecia-se uma saída possível, deu-se a escolha do caso, que também se abre para a possibilidade da construção e formalização dessa outra escrita, a minha.

1.3 Caso Mar

1.3.1 Momento Um – “eee...u, eu escrevo”

Mar, 18 anos, negra, chega à instituição de saúde mental, com sua mãe, que, lenta e automaticamente, empurrava a cadeira de rodas da filha, a qual apresenta uma deficiência física, com atrofia muscular dos membros superiores e inferiores, em consequência de ter “passado da hora de nascer”. Tendo o pai falecido há dez anos, quando já havia se separado de sua mãe, Mar é a única filha com deficiência física dos seis irmãos, quatro homens e duas mulheres, sendo a adolescente a “segunda mais nova das mulheres”. O olhar da equipe acompanhou todo seu trajeto até sua entrada na sala de atendimento. Foi a primeira adolescente cadeirante que atendi em mais de dois anos trabalhando naquela instituição e em seis anos atuando como psicóloga. A presença de Mar representava algo novo e diferente no que considero introdutórios anos de prática clínica-institucional.

Inicialmente, a adolescente se queixava de tristeza, choro e isolamento. Seus olhos evitavam os meus e sua cabeça por vezes permanecia baixa, assim como o tom de sua voz que, quase inaudível – com um comprometimento da fala –, sussurrava com muita dificuldade algumas poucas palavras. A dificuldade se dava também por conta de sua condição física, era difícil conseguir ouvi-la, às vezes queria que ela falasse mais alto, repetisse constantemente o que queria me comunicar, talvez houvesse um tanto de impaciência por conta dos longos espaços entre uma palavra e outra, uma pressa começava a se instalar. Seria mesmo ela que deveria se adaptar a mim? Estaria eu me colocando na posição de escutar o sujeito do inconsciente que se esforçava para se apresentar? Logo, dei-me conta de que era eu quem precisava me adaptar a ela, não o contrário, como devia acontecer na maioria dos espaços em que ela circulava.

Sem pressa no atendimento, que muitas vezes é um imperativo no serviço público, pela quantidade de usuários a serem atendidos, Mar começa a me contar de seus dramas. Menciona que, aos 12 anos, passou a se automutilar, relatando pensar continuamente em suicídio como uma saída para seu mal-estar. Na medida em que a transferência foi se estabelecendo, fala dos seus impasses com a imagem corporal, queixa-se do olhar dos outros sobre si ao frequentar locais públicos. “As pessoas ficam olhando para mim...para meu corpo”. Pergunto-lhe o que a incomodava no olhar do outro, na tentativa de fazê-la simbolizar isso que tanto se repetia em seu discurso, obtendo apenas o silêncio como resposta. Considera tanto seu corpo quanto sua voz “estranhos”. Assim como tantos adolescentes, também evitava utilizar a própria foto no perfil de suas redes sociais.

Em alguns encontros, que se davam uma vez por semana, com lágrimas escorrendo por sua face e muita dificuldade para que as palavras saíssem de sua boca, declara/protesta: “não quero ser tratada como uma criança, quero ser tratada como uma mulher!”. Quem sou? Como o outro me olha? O que posso me tornar? O que fazer quando me confronto com um insuportável em mim? Frente a todas as questões características da “passagem adolescente” (Rassial, 1997) e considerando as ressonâncias de ser uma adolescente negra e com deficiência física, que nos lança a pensar nas peculiaridades também da constituição desse corpo, Mar, por meio de uma invenção singular, busca dar contorno ao seu encontro com o enigma do feminino.

Em uma das sessões, o silêncio marcava presença, e eu tentava manejar para que a palavra viesse, quando a adolescente me diz: “algumas coisas são muito difíceis de falar, eu não consigo”. De súbito pergunto: “e o que você faz com as coisas que não consegue dizer?”, ao que me responde: “*eee...u, eu escrevo*”. A pergunta-ato fez com que tanto a analista quanto a paciente, surpresas, localizassem uma saída possível, bem como atribuíssem à escrita da

adolescente um estatuto de invenção. Em um ou outro atendimento, a adolescente propõe escrever o que lhe parecia muito difícil de dizer/ouvir, e era lido por mim em voz audível. Assim, com a caneta e o papel em mãos, por algumas vezes, preenchia as folhas em branco sobre suas dores, com sua letra...Seria possível que uma escrita no corpo passasse para uma escrita no papel?

1.3.2 Momento Dois – “sou hétero ou será que sou bi?”

Os atendimentos presenciais foram interrompidos por duas questões: as medidas sanitárias necessárias frente à Pandemia da COVID-19 e a mudança da adolescente e sua família para um interior do município um tanto distante. A adolescente informa que não haveria possibilidade de continuar com os atendimentos, forneço-lhe meu número de telefone para que, caso haja uma urgência subjetiva, entre em contato, já que iria para um local distante. Mar continuou a me escrever em seus momentos de angústia, agora por meio do *WhatsApp*. Esse movimento da adolescente só me pareceu possível em decorrência do laço transferencial, considerado por Freud o motor necessário para o processo analítico.

Diante da minha dificuldade, enquanto praticante da psicanálise e das resistências com relação a qualquer tipo de intervenção por telefone, por mensagens de *WhatsApp*, as únicas perguntas que passavam por minha cabeça eram: o que fazer nessa situação e contexto? E como fazer? Como em uma aposta, foi escolhido permitir que Mar escrevesse e a mim endereçasse o seu texto. O que eu sentia é que nenhuma intervenção podia ser feita (ou que me era impossível intervir por meio da palavra), além de acolher suas palavras escritas. O corpo seria uma questão limitadora nesse caso? Que efeitos e implicações teriam esse lugar sem corpo (tanto do meu quanto do da adolescente), mas ainda assim um lugar que preservava a palavra escrita, via *WhatsApp*?

Mar me procura para falar do seu impasse no encontro com o outro sexo, questiona-se se gosta de menino, menina ou dos dois. A dúvida introduzida pela adolescente permite pensar um movimento de fluidez nas relações que nos faz sugerir uma errância da sexualidade adolescente. Como um desdobramento dessa questão, Mar diz não saber como se nomear, “sou hétero ou será que sou bi?”, pergunta-se. Ao mesmo tempo, teme que sua “estranheza” seja aumentada diante do olhar dos outros. “Tenho medo de me acharem mais estranha”, diz ela. Escrevo, perguntando a Mar, a quais olhares ela temia parecer estranha e qual seria o problema de falar sobre ou de expor sua orientação sexual.

Mar não responde a essas questões, para de me escrever, levando-me a questionar a maneira com que minhas palavras poderiam ter sido interpretadas, considerando o desencontro

que a linguagem e o virtual podem causar. Algum tempo depois, foi-me endereçado um convite no *Instagram*, de um perfil pessoal e aberto da adolescente. Em sua bio, estava escrito: “escrevo poesias”, “PCD” (Pessoa com deficiência física), “Bi” e a bandeira símbolo do movimento *LGBTQI+*. Mar parecia estar escrevendo um lugar para si no mundo por meio desses significantes, tornados públicos em uma rede social. Que efeitos esse intervalo-no-tempo teria tido para Mar? E para mim? O que se produzia ali?

1.3.3 Momento Três – “não são meras palavras, são meus sentimentos”

No momento em que já me encontrava como pesquisadora e, depois de mais de um ano em que não aconteciam mais nossos encontros, nem presencial nem por meio do *Whatsapp*, mas ainda atravessada pelo vínculo transferencial que foi se escrevendo na relação comigo, Mar entra em contato novamente, deseja um “boa noite”, como que para me antecipar que nada de “bom” estava se passando nas últimas semanas. O desânimo e a angústia estavam lhe visitando e, de acordo com o que me descreveu, a insônia, o choro, os calafrios e os pensamentos suicidas haviam retornado para denunciar seu sofrimento. “Tenho sensação de que vou morrer”, diz, por meio das palavras escritas do outro lado da tela, que estava “sem conseguir escrever minhas frases e textos”.

Relata que seus três irmãos faziam uso abusivo de álcool e drogas, o que a levava a ter “crises de ansiedade”. Com inúmeras dívidas por causa das drogas, os objetos de sua mãe eram vendidos ou trocados. Em uma dessas negociações, sua bolsa escolar foi vendida com um de seus objetos mais valiosos...seu caderno de escrita. Seu primeiro caderno, ganhado de uma professora aos 15 anos, para escrever em seus “momentos difíceis”. Teria a escrita uma função de bordear na adolescente algo do seu sofrimento? Que contorno o ato de escrever dava para o furo provocado nesses momentos de angústia?

Mar sentia pela perda do caderno como se estivesse perdido algo do seu ser; afinal, a escrita, para ela, não eram “meras palavras”. O que havia perdido a adolescente quando perdeu seu caderno? O que de vida se perdeu a ponto de uma das saídas pensadas para a angústia ser o próprio suicídio? Após escutá-la em toda sua dificuldade, escrevi: “você não tem mais o caderno, mas as outras coisas que continha nele você tem, suas palavras. Use o que você ainda tem e que não pode ser perdido. Sua escrita.”

Algumas semanas depois, recebo o *link* para acessar uma página no *Instagram*. Chama-me a atenção e se faz curioso como, depois de alguns intervalos-no-tempo, analogamente ao intervalo da cadeia significativa em que o sujeito aparece, Mar me convoca a testemunhar suas

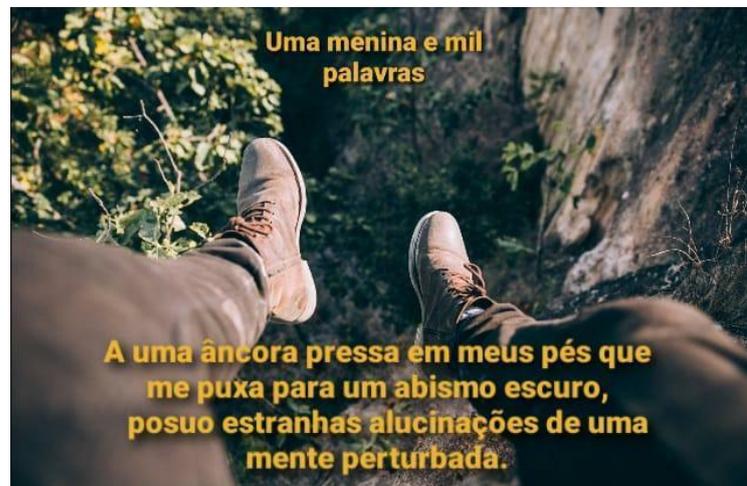
produções. Nesse novo lugar para escrever, Mar começara a retomar a escrita e a publicar algumas de suas frases e textos, seus sentimentos, sua invenção.

No momento em que a adolescente cria uma página para publicar seus textos, eu já havia iniciado meu percurso na pesquisa, que já continha elementos do caso bastante interessantes a serem discutidos. Além do que foi vivenciado nos atendimentos e no contato que Mar, fazia-me, após encerrado seus atendimentos na instituição, propusemo-nos também a discutir esse material publicado, e inseri-los na construção do caso clínico, por entender ser uma continuidade de palavras faladas e escritas.

Ressaltamos que a forma como a adolescente se nomeia na bio do seu *Instagram* pessoal – “escrevo poesias”, “PCD” e “Bi” – abriu para a estruturação dos capítulos da dissertação. A escrita dessas três falas que oferecem informações básicas e essenciais sobre ela na BIO me remeteram a origem da palavra que tem estreita relação com o ser vivo. A escolha de Mar, em apresentar-se ao outro e dizer de si desta maneira, indica uma vida humana que se estrutura no entrelace da escrita, da deficiência e da bissexualidade; é isso que endossa a aposta na escuta, na vida de Mar.

Nos três capítulos que se seguem, discutiremos o que, para nós, nos efeitos de nossa escuta, sobressaiu-se como pontos relevantes, trazidos pela adolescente e compondo nossa escrita do Caso Clínico Mar. Por entendermos, como uma das funções do caso clínico, que a fala e a escrita de Mar, atravessadas pela transferência, é o eixo norteador da nossa escrita, traremos, ao longo dos capítulos, frases e imagens postadas por ela em sua página no *Instagram*, que se articulam com as temáticas e as questões levantadas, permitindo-nos pensar em uma dimensão teórico-clínica. Entendemos também que, embora a construção se dê a partir do caso dessa adolescente, no decorrer do texto, serão trazidos fragmentos clínicos, suscitados na escrita, atravessada pelas ressonâncias da minha clínica também com outros adolescentes. Mergulhemos nesse mar-aberto do sujeito adolescente.

Capítulo 2: Adolescência, que Invenção Diante do Real?



As palavras escritas por Mar no *Instagram* nos levam a refletir no quanto o sujeito, nesse tempo adolescente, pode se encontrar à beira de um “abismo escuro”, sem saída, com medo de cair, em face de um possível risco de morte. Além disso, a adolescente também nos captura o interesse quando escreve “âncora pressa”, o que faz alusão à dimensão da urgência tão presente na clínica com adolescentes, aos quais, com muita pressa e precipitações, parece-lhes ser impossível esperar o momento de compreender, precipitando-se a concluir algo. Diante dessa relação tão peculiar com o tempo e com a intensidade com que se vive, a tese de que a adolescência implica uma clínica onde circula a pressão da urgência é sustentada por Ribeiro e Guerra (2020).

Através de suas narrativas, nas sessões e de suas atuações, a adolescente escancara seu mal-estar, por meio da tristeza, das instabilidades, do choro, dos atos (auto)destrutivos, do isolamento, dos pensamentos suicidas, do “estranhamento” diante da imagem corporal, que também dá notícias desse incômodo. Em suas postagens, Mar escreve sobre uma “mente perturbada” diante desse abismo. Essa parece ser uma leitura feita por ela sobre uma das faces da adolescência.

A adolescência é primordialmente uma construção cultural e social, que esbarra nas mais diversas maneiras de situá-la. Mesmo quando vista como uma etapa do desenvolvimento, por exemplo, são utilizados diferenciados marcadores referenciais para localizá-la. Nascimento (2019) fala da dificuldade de uma construção a respeito da adolescência, uma vez que não houve uma história estabelecida e reconhecida sobre ela. Assim, na tentativa de situá-la em uma construção possível, aborda a temática do lugar de construção do conceito social e do aparecimento do adolescente no laço familiar.

Mesmo em meio às divergências, nas sociedades de maneira geral, a adolescência é localizada/delimitada a partir de uma faixa etária, marcadores relevantes para o planejamento e a implantação de políticas públicas (Brasil, Ministério da Saúde, 2017). Entretanto, já é sabido que a adolescência está para além da idade, das transformações anatômicas-fisiológicas, dos estereótipos popularmente naturalizados (Almeida, 2019). O adolescente parece também nos dizer que não é possível enquadrá-lo em uma definição, cabendo a nós desconstruirmos os saberes e escutá-lo em sua singularidade (Nascimento, 2019), proposta esta que é a base deste trabalho de construção do caso Mar.

As construções amplamente difundidas e que permeiam o imaginário social para determinados adolescentes são de uma “fase de crise”, “aborrescência”, uma fase de transgressão em que escolhas e atitudes não são levadas muito a sério por “serem apenas adolescentes”. Para outros adolescentes, no entanto, o imaginário é ligado ao uso de substâncias psicoativas, à violência, à agressividade, à delinquência. Catroli e Rosa (2013) tecem suas críticas em relação a esses discursos sociais e sustentam que, antes de qualquer coisa, a adolescência “é um momento de destituição e constituição da ficção fantasmática que passará a orientar o sujeito no mundo” (p. 298). As autoras complementam que, muitas vezes, esse é o único lugar que o campo social oferece para o jovem diante de um determinado contexto, produzindo apenas abandono e deriva subjetiva, situação que explicaria a passagem dos adolescentes e jovens por tantas instituições.

Não podemos nos esquecer da dificuldade do adolescente com o laço social (ou seria uma dificuldade da sociedade em inserir esse sujeito que denuncia suas inúmeras práticas segregatórias?). Muitas vezes sem um lugar para que se produza um discurso e laço possível, um espaço de fala, encontra como saída o isolamento e a solidão para lidar com o insuportável e a angústia em sua faceta mais destrutiva. Como pode o adolescente se apropriar do seu incômodo para se inscrever nesse laço? Essa reflexão aparenta ter no horizonte de sua resposta a participação maciça dos profissionais que estão direta ou indiretamente a exercer os cuidados com o sujeito adolescente. Mas sigamos em nossas articulações.

Tomando a contribuição de Miller (2016), o conceito de adolescência é controverso e, embora o autor não pareça interessado em estabelecer uma definição, tece suas contribuições ao dizer que, de maneira geral, a adolescência é uma construção. De acordo com o autor, a título de traçar uma orientação teórica e clínica possível, a psicanálise, ao abordar a adolescência, ocupa-se essencialmente de três elementos: a saída da infância - no que tange à entrada na puberdade, um momento confirmado biológica e psicologicamente; a diferença dos sexos – a diferenciação sexual pré e pós-púbere e a tomada de posição feminina ou masculina; a

imiscuição do adulto na criança – considerando o momento em que haveria uma suposta conclusão da personalidade, a articulação do eu ideal e do Ideal do eu, as reconfigurações do narcisismo.

A saída da infância e a entrada na puberdade foram trabalhadas com muito afincado por Freud (1905/2016), em seus “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. O pai da psicanálise discorre sobre como a pulsão sexual, que até então era predominantemente autoerótica, passa agora a encontrar outros objetos sexuais. É comum escutarmos os adolescentes – ou pelo menos aqueles que não se encontram tão inibidos – já relatarem, alguns um tanto envergonhados ou receosos de serem punidos, sobre suas paqueras-paixões-ficantes-gostares, que se sentem atraídos por algum(a) colega na escola ou são os objetos de atração de amigos(as) – situação que, muitas vezes, deixam-os com sensação de desconforto.

O desconforto é gerado também diante das mudanças físicas do corpo, que convocam o púbere a tentar encontrar uma certa adaptação aos ambientes e lugares que pretende ocupar, sejam eles da realidade factual, sejam da realidade psíquica. O crescimento repentino, as modificações nos genitais, o desenvolvimento das funções reprodutoras, a tensão sexual responsável por um desprazer e, conseqüentemente, o impulso e busca pelo prazer (Freud 1905/2016), as primeiras questões – que hoje em dia se tornam cada vez mais comuns e em ritmo acelerado – em relação ao gênero, por exemplo, são sinais de que a puberdade chegou e, com ela, um conjunto de novidades, de curiosidades reprimidas na infância, em relação ao próprio corpo e ao corpo do outro.

Querer saber sobre o corpo do outro é um dos modos de saber sobre o próprio, e vice e versa. Com a puberdade, a curiosidade que, até então, era apenas infantil, ganha espaço. Explorar e querer experimentar as potências e limites do corpo abre ainda mais as lacunas das diferenças entre menino/menina, homem/mulher. É nesse período que se torna mais nítida a separação entre características biologicamente masculinas e femininas, embora uma certa predisposição já seja reconhecível desde a infância. Essa ideia faz referência aos estudos de Freud (1905/2016), nos quais a diferenciação entre os sexos é marcada, predominantemente, pelo binarismo, pela referência ao falo e pela anatomia.

Embora essa leitura tenha se sustentado, no que a clínica apresentava àquela época, as questões vividas pelos adolescentes hoje impõem releituras e avanços na teoria. O psicanalista Joel Birman, citado por Pombo (2018), para dar conta do que surge de novo hoje principalmente no campo da sexualidade, propõe um outro modo de ler e compreender o sujeito nas entrelinhas da teoria freudiana. Para ele, é possível pensar e desconstruir a sexualidade como fundada no falo – por caminhos apontados pelo próprio Freud – a partir da noção de feminilidade. Assim,

considera que ela estaria na origem do psiquismo e do erotismo, sendo uma forma de sexo originário impossível de ultrapassar, e diferente do masculino e do feminino marcados pelo falo (Pombo, 2018).

Retomando Freud (1905/2016), do lado das mudanças psíquicas na puberdade, destaca a descoberta do objeto, “preparada desde a primeira infância” (p.142), quando a satisfação sexual está fixada no aleitamento que ocorre por meio do seio da mãe, objeto este fora do próprio corpo da criança. Após um período de latência, na puberdade, há a redescoberta do objeto amoroso, a libido se direciona para o objeto e o amor, aos moldes da relação primeira vivenciada com a mãe, que ganha novamente um protagonismo na ficção do púbere.

No que tange à libido – energia que move a pulsão –, já é sabido que ela se modifica quando, ao invés de ficar apenas investida no Eu, investida no corpo do indivíduo – narcisismo primário –, dirige-se às pessoas e coisas/objetos do mundo externo (Freud, 1914/2010). É nesses momentos, também, que o sujeito passa de um eu Ideal, ou seja, de uma construção estritamente imaginária do *eu* – relação imaginária com o objeto – para uma construção do Ideal do Eu – relação com o objeto mediada pelo simbólico –, como efeito de uma separação na relação entre o *eu* e o *outro*.

Ao abordar a suposta conclusão da personalidade ou o “desenvolvimento da personalidade”, embora diga não querer aderir muito à nomeação, Miller (2016) sinaliza que se atentar a essas reconfigurações do narcisismo que ocorrem no momento púbere auxiliam a localizar as implicações na estrutura subjetiva do sujeito adolescente.

Nessa perspectiva, Lacan (1957-1958/1998) oferece uma explicação de como isso ocorre no âmbito da constituição psíquica do sujeito. O autor trabalha o momento em que a metáfora paterna vem para dar uma significação ao Desejo da mãe, livrando a criança do aprisionamento em uma relação exclusivamente imaginária/especular com a mãe. Lacan faz essa articulação para esclarecer a função do Nome-do-pai na constituição psíquica, uma vez que, caso esteja foracluído, teremos um sujeito de estrutura psicótica. Não por acaso, há um alto índice de desencadeamento psicótico nesse momento adolescente da vida, já que é um tempo em que o simbólico passa por confrontos com o real que emerge. É na adolescência, também, que se tornam mais nítidas as variações de humor e sofrimentos psíquicos graves e persistentes.

Tendo como norte uma leitura lacaniana, Rassial (1999) diz que a adolescência vai em direção a um segundo momento, que ele não localiza como secundário, mas a “um segundo momento” de identificação, tendo como base as dimensões do real, do simbólico e do imaginário. Em se tratando da dimensão do real, o que temos a dizer sobre o efeito dele na vida

do sujeito adolescente? Como ele se articula com as novas transformações desse momento adolescente?

Rassial (1999) afirma que as adolescências emergem em um tempo para além das reorganizações imaginárias anatômicas, fisiológicas e das novas demandas sociais direcionadas ao sujeito adolescente. Para ele, na pós-modernidade, temos adolescências prolongadas com uma realidade de processos psíquicos maior do que qualquer tempo ou período estabelecido, o que nos dá notícias da própria construção do sujeito. O momento de emergência do real é sinalizado pelo autor, que aponta o confronto do adolescente com os impossíveis: da relação sexual, dos limites e da morte.

Ainda para a psicanálise, o adolescente é um sujeito do inconsciente, constituído a partir de um tempo lógico, que busca de forma mais efetiva um desligamento dos pais, confronta-se com os impasses referentes ao corpo, depara-se com o real do sexo – definido como “aquilo que jamais poderá ser totalmente simbolizado deixando o sujeito sem palavras” (Alberti, 2009, p. 31) – e é convocado a assumir a responsabilidade por seus atos. É na adolescência, portanto, que os referenciais simbólicos passam a não bastar para dar conta desse real impossível de simbolizar (Alberti, 2009).

Catrolí e Rosa (2013) comentam como o real da castração vai provocar no adolescente o movimento em direção a Outro discurso que possa orientá-lo na tentativa de encontrar, no social, um objeto de amor que faça suplência à falta primordial e constitutiva. É graças à abertura dessa ferida traumática que o adolescente pode inscrever seu gozo na Lei da linguagem, da civilização, sendo, então, fundamental encontrar um lugar de pertencimento no discurso social.

Lacadée (2011) diz, poeticamente, que a adolescência é a mais delicada das transições, havendo no sujeito adolescente uma operação de desligamento entre o seu ser de criança e seu ser de homem ou mulher. É destacada a dimensão inédita do ato, uma vez que na adolescência está implicada uma escolha, por exemplo, na partilha dos sexos e no impasse com o Outro, podendo o ato surgir como uma possibilidade de saída frente ao impossível de simbolização. Falar do ato e/ou do agir adolescente implica um debate de alguns desdobramentos do conceito de ato, presentes desde a teoria freudiana, vejamos.

2.1 O Agir, o *Acting Out* e o Ato na Adolescência

Ao investigar a tão chamada tendência ao agir adolescente, Alberti (2009) estuda os cinco termos utilizados na obra freudiana acerca do ato: *Aktion*, *Handlung*, *Akt*, *Tat*, *Agieren*. A autora situa o *Aktion* no início da formulação da psicanálise, como a palavra usada por Freud

para representar a coisa inconsciente. Já em uma leitura lacaniana, o *Aktion* entraria como uma ação forçada do *infans*, em um estado de total desamparo, ao ato da mãe, resposta esta que funda o ser, é a primeira escolha do sujeito. A *Handlung* pode ser traduzida como uma ação e, diferentemente do ato, pode ser verbalizável. Em Freud, a *Handlung* seria um compromisso que o ser procura fazer com o Outro para responder à escolha forçada. Como exemplo do agente da *Handlung*, a autora cita o sujeito da ciência do cogito cartesiano: “isto é, um ‘eu sou’ acoplado a um ‘eu penso’, enganando o sujeito que crê poder obturar o furo do Outro” (p. 78).

Ainda considerando os termos da obra freudiana, o *Agieren* aparece no contexto do tratamento para se referir ao momento em que o sujeito age, mas ele não está lá, o que há é apenas o Outro inconsciente. Isto implica dizer que, como não há sujeito, não existe nenhuma escolha, como é o caso do *acting-out* (Alberti, 2009). A autora também menciona o *Handlung* na tentativa de suicídio do Caso da jovem homossexual que, no esquema lacaniano do “seminário 14: a lógica do fantasma”, é localizado como uma passagem ao ato.

Ruthes e Lustoza (2018) fazem um percurso de Freud a Lacan, estabelecendo as diferenças entre os conceitos de *acting-out* e passagem ao ato. No estudo, os autores resgatam como o termo *agieren* foi utilizado por Freud pela primeira vez, no caso Dora, ao mencionar que a jovem paciente havia atuado ao abandonar precocemente o tratamento. Para Freud, Dora atuou parte de suas lembranças e fantasias ao invés de verbalizá-las. Os autores apontam que, para Lacan, o *acting out* está articulado com a transferência, seria o seu início, uma transferência selvagem sem sentido, sem simbolização, porém passível de interpretação.

Já na passagem ao ato, o sujeito se encontra em uma impossibilidade de simbolização/interpretação, há uma tentativa de apaziguamento da angústia, da qual o sujeito se encaminha para evadir da cena, ele se precipita e “despenca”, “cai” como um resto. Porém, isso não é tudo, vale lembrar que tanto Freud como Lacan retomam os temas ao longo de seus estudos e avançam nas definições e diferenciações desses conceitos.

Tanto a passagem ao ato quanto o *acting-out* são pontos que se inserem nas construções sobre a clínica com adolescentes, pois a dimensão do ato, por vezes, faz-se presente por meio das tentativas de suicídio e do ato de cortar-se, por exemplo, além das diferenças conceituais assumirem uma importância clínica no que tange ao diagnóstico diferencial (Ruthes & Lustoza, 2018). Nessa perspectiva, em se tratando da passagem ao ato, diz-nos Lacan (1962/2005) o sujeito se precipita, evadindo da cena, numa “partida errante para o mundo puro” (p.130). Tendo o ato como uma tentativa de resposta possível diante do real, colocamos também no horizonte dessa discussão a questão levantada por Douville (2002) a respeito dos adolescentes, “como, então, marcar um ato (e não passar ao ato)?” (p. 79).

Nessa direção, o adolescente é aquele que, diante de suas questões, tem uma certa pressa de concluir, apresentando-se no mundo e ao mundo mais intensamente por meio do agir, dos conflitos, das transgressões, em um movimento pulsante que nos aponta a direção do traço do desejo e de um gozo que não cessa de não se escrever, muitas vezes, sem borda e ponto de ancoragem aparente. Nesse cenário, a errância estruturante, proposta por Olivier Douville, indicando o tempo da adolescência, ganha destaque, apontando para o movimento necessário de inscrição em outros territórios, para além do núcleo familiar (Barros, 2015). A autora, em sua tese de doutorado - em que coloca em questão os pontos de ancoragem para sujeitos adolescentes em situação de rua -, utiliza-se das proposições de Douville para esclarecer que a errância mais radical se baseia na falta de inscrição no que diz respeito ao ser e à filiação.

Estudar sobre esse termo, que já se apresenta “errante” logo em seus significados, pois permitem vários sentidos, leva-nos a pensar que adolescência e errância seguem de mãos dadas no percurso que estamos traçando. Barros (2015) comenta a plurivocidade do termo errância, que, quando pensado por meio do verbo “errar”, pode significar: “andar sem rumo certo”, “percorrer”, “vaguear”. De acordo com o dicionário *Le Robert* (1998), citado pela autora, o termo “errante” diz daquele que “erra”, “que vai de um lado pro outro, que não fixado, vagabundo, perdido”; “flutuante, incerto” (p. 490).

Ainda na discussão proposta por Barros (2015), é ressaltada a dupla faceta existente ao mencionarmos sobre a condição errante do desejo. Enquanto submetido às leis da linguagem e inserido no laço social, o deslocamento do sujeito pode remeter à errância do humano, indicando um movimento em direção a outras maneiras de viver. Por outro lado, submetendo-se a situações de extrema vulnerabilidade psíquica e/ou social, o sujeito pode, em uma dimensão radical da errância, “errar sem destino”, sofrendo efeitos de desenraizamento e dessubjetivação, uma vez que se impõe o risco de dissociação dos processos metafóricos e metonímicos tão necessários ao se confrontar com o traumático.

Ao falar de adolescência, estamos certamente falando dos embaraços de nossa época. “Errante”, “flutuante”, “incerto” parecem ser adjetivos que dizem muito mais do que se espera da vida adolescente atual, no que se refere a suas parcerias amorosas, ao laço social, a suas escolhas, a sua tentativa de lugar no mundo. Na clínica, os adolescentes carregam, em suas falas e em seus corpos, a marca de sua condição errante quando dizem, por exemplo, “eu queria sair andando por aí”, “uma hora eu quero uma coisa, outra hora quero outra, é controverso”, “não sei se quero ficar com uma ou outra menina, talvez queira as duas”. Isso aponta para a própria condição errante do desejo – que se produz a partir da fala do sujeito, deslizando de significante

em significante, metonimicamente –, fazendo-se sempre desejo de outra coisa, em uma movimentação constante em direção a explorar outros lugares.

Para Lacadée (2011), é a própria sexualidade do adolescente, agora visivelmente escancarada, que o leva em direção a outros lugares, longe de sua família. Para alguns, a busca por outro lugar pode tomar a forma de uma fuga ou errância. O fato é que buscar e encontrar um outro lugar pode ser considerado um dos nomes para o inominável (Lacadée, 2011) que atravessa e atrai o adolescente em seus (des)caminhos. Que lugar para desejar, para além dos desejos dos pais que norteavam um corpo outrora infantil? Que lugar para esse corpo que se descobre invadido por um gozo estrangeiro?

A sexualidade faz furo no real, suscitando a necessidade de inventar – ou ao menos de tentar construir - novos significantes para nomear tanto um Outro gozo, quanto a inexistência da relação sexual agora verificada no (des)encontro com o outro sexo (Rassial, 1999). Além disso, a escolha na partilha sexual lança uma abertura para novos lugares de identificações e para a busca de novas palavras para nomear um gozo próprio, sempre singular, o que, como já mencionamos, vai exigir do adolescente um trabalho maior de elaboração e invenção.

2.2 A Errância da Sexualidade Adolescente: Identidade de Gênero, Orientação Sexual e suas Nomeações.

“sou hétero ou será que sou bi?”

Adentramos aqui em uma discussão fundamental na clínica com adolescentes, pois as questões que circulam em torno da identidade sexual, da orientação sexual e das nomeações a elas correspondentes estão cada vez mais presentes no discurso contemporâneo e, conseqüentemente, aparecem cada vez mais cedo nos relatos clínicos desses sujeitos. A dúvida colocada por Mar *“sou hétero ou será que sou bi?”*, em alguns casos, já se apresentam carregadas de certeza.

Essa certeza, muitas vezes, apoia-se no conhecimento adquirido por meio da *internet* que – como um buscador de informações – insere e facilita ao adolescente estar a par das discussões sobre gênero. Nesse contexto, o adolescente pode já ter se questionado e encontrando respostas, por vezes, antecipadas sobre sua própria sexualidade, chegando a uma conclusão e nomeação. Por outro lado, outros tomam esse discurso como mais uma rotulação a ser seguida sem questionamentos prévios, experimentando vivências e relatando, por exemplo, que estão apenas “beijando bocas”, quase como um recorte de uma parte do corpo do outro

como um objeto que serve à sua satisfação. O que permanece e o que se modifica no discurso adolescente a partir disso?

O fato é que, ao se perguntar se é *“hetero ou bi”*, os adolescentes tanto nos mostram o quanto estão alinhados com o discurso de sua época como evidenciam a importância da necessidade de nomear-se, como uma das funções essenciais na adolescência: sentir-se pertencente a um grupo/comunidade diferente do núcleo familiar; e cernir simbolicamente algo que toca o real do gozo, o que auxilia na pretensa consistência da identidade e na produção de sentido sobre si no mundo.

Considerando a *“proliferação de sexualidades”*, Alberti e Silva (2019) esclarecem as diferenças existentes nas definições, uma vez que a identidade sexual diz respeito a um sentimento intrínseco de ser masculino, feminino ou qualquer outra denominação. Já a orientação sexual se trata da atração física, romântica ou emocional por outra pessoa, ou seja, se refere, em termos mais psicanalíticos, à escolha pelo objeto sexual, de amor e desejo, que pode ser por pessoa de gênero diferente, igual ou de mais de um gênero.

Assim, na sigla LGBTQI+, as três primeiras letras correspondem à orientação sexual dos sujeitos (Lésbicas, gays e bissexuais); as letras *“TQI”* (Transexual, Queer e intersexo) se referem à identidade sexual. Dentro desta discussão, a comunidade LGBTQI+ denomina cisgênero aqueles indivíduos que se apresentam no mundo e se identificam com seu gênero biológico, ao passo que a denominação transgênero se refere a todas as pessoas que não se identificam com o gênero que lhe foi designado ao nascer.

Alberti e Silva (2019) destacam o quanto a questão da identidade sexual se elabora sempre a partir do Outro, o que, na antiguidade e em algumas culturas, dava-se através dos ritos iniciatórios. Nos dias de hoje, as autoras dão ênfase à influência da tecnologia e ao acesso às redes sociais que, por vezes, ditam ao sujeito sobre sua identidade. As autoras consideram que, com o declínio da função paterna, há um enfraquecimento de uma lei simbólica que normatize o que deve fazer ou ser um homem e uma mulher. Nessa perspectiva, com tipos de condutas que, geralmente, escapam da moral sexual civilizatória outrora imposta, as autoras afirmam que a juventude acaba por ser afetada pela diversidade.

Na clínica, uma adolescente de treze anos, ao relatar com angústia seus impasses com a sexualidade e com seu corpo, menciona: *“meu corpo é muito feminino e cheio de curvas, incomoda”*. Posteriormente, em outra sessão, diz ter chegado a uma conclusão: *“quero um corpo neutro! Pronto!”*. O significante *“neutro”* também tem circulado entre os adolescentes. Seria uma tentativa de dar conta do inominável? Ou estaria sendo tomado como um nome universal, em uma possibilidade até de não se responsabilizar pela escolha e pela invenção do corpo

próprio? Nesse sentido, não tomar parte na partilha sexual, não reconhecer a diferença sexual, ser neutro, seria um nome universalizante dado pelo Outro para escapar do trabalho subjetivo de elaborar sua identidade?

A formalização lógica do *não todo* apresentada por Lacan (1972-73/2008) é um avanço na teoria psicanalítica, embora ainda tenha seus pontos de limitação. O argumento é de que tanto o masculino quanto o feminino são posições discursivas, consistindo no modo como cada sujeito irá habitar a linguagem. Lacan aponta também as diferenças lógicas entre masculino e feminino, distinguindo dois modos de gozo: o gozo fálico – do lado do masculino – e o gozo *não todo* fálico, ou gozo Outro, um gozo suplementar – do lado do feminino.

Como vimos, as nomeações, quando falamos de questões relativas ao gênero, seja de identidade, seja de escolha de objeto, são múltiplas. Os adolescentes estão vivenciando a sexualidade de maneira menos rígida - no avesso dos padrões outrora moralmente estabelecidos - ou será que poderíamos dizer, errante? Até que ponto poderíamos pensar em algo característico da errância constitutiva adolescente ou em um efeito da inconsistência dos laços sociais presentes na atualidade? Há ponto de ancoragem?

Cada letra incluída na sigla LGBTQIA+ acontece acompanhando mudanças na estratégia política do movimento, que visa a inclusão de diferentes grupos e identidades que sofrem com a segregação. Será que ainda os psicanalistas podem falar que haveria uma maneira masculina e/ou feminina de amar e desejar? “*Sou hétero ou será que sou bi?*” é a pergunta que nos norteia nesta discussão. Como se dá a escolha do objeto de amor e como a adolescente vai se nomear a partir disso é o que nos interessa no caso Mar.

Muitos teóricos se dedicam, em suas investigações, às temáticas da adolescência, errâncias e seus desdobramentos. Contudo, parece-nos ainda um campo não explorado o estudo voltado para a errância dessa sexualidade adolescente, considerando as ressonâncias da época no que se refere à inconsistência dos laços sociais. Partimos da prática clínica na escuta da adolescente Mar, em direção a uma construção teórica pertinente e atual.

Vamos, portanto, retornar àquele que deu os primeiros, fundamentais e ousados passos para as investigações da sexualidade no campo psicanalítico. Embora a psicanálise tenha surgido em uma época em que comportamentos diferentes das condutas cisgêneras eram consideradas desviantes e perversas, foi a partir dessas elaborações e questionamentos que um outro saber pôde ser hoje produzido.

Nesse sentido, a abordagem do tema se faz importante para os psicanalistas conectados com a subjetividade de seu tempo, tanto por tocar a dimensão de singular do caso, quanto por uma posição política e ética de não ser conivente com práticas segregatórias, além de, como

bem destacam Alberti e Silva (2019), o aprofundamento dos estudos que tocam as questões que envolvem gênero, embora essa dissertação não vá adentrar em discussões teóricas sobre as teorias de gênero, contribuem para o avanço teórico da psicanálise.

2.2.1 A Escolha de Objeto: uma Leitura Freudiana

Retomamos o célebre texto, “*os três ensaios sobre a teoria da sexualidade*”, no qual Freud (1905/2016), em uma extensa nota de rodapé, afirma que a decisão sobre o comportamento sexual só se torna definitivo após a puberdade, já que é quando o físico e o psíquico passam de um estado de latência para um maior desenvolvimento dos atributos sexuais e há a procura por novos objetos de amor. Também há a menção à existência de homens para os quais o objeto sexual não é a mulher, e mulheres para as quais o objeto sexual não é o homem, assim como do quanto, na concepção psicanalítica, o interesse sexual heteronormativo requer também ser digno de investigação.

O que Freud introduziu foi que a pulsão sexual não é natural, a origem e a meta sexual não se configuram apenas para fins reprodutivos, tendo como objetivo o apaziguamento da tensão. Para ele, “em todos os neuróticos - sem exceção – encontram-se, na vida psíquica inconsciente, impulso de inversão, de fixação da libido em pessoas do mesmo sexo” (Freud, 1905/2016, p. 63). Os estudos freudianos apontam para uma bissexualidade no nível do inconsciente, uma vez que, de acordo com a natureza desta instância psíquica, os paradoxos não se anulam. Seria apenas com o início da puberdade que haveria uma “intensa irrupção sexual”, abrindo para uma possibilidade de escolha do objeto sexual, não sendo esta determinada pelo componente biológico.

Em “Introdução ao narcisismo”, Freud (1914/2010) nos esclarece o processo de constituição do Eu e, conseqüentemente, como cada indivíduo aprende a amar. Gradativamente, a libido, até então investida no Eu, dirige-se ao mundo externo. Freud diz que a libido do Eu passa para uma libido do objeto e, posteriormente, retorna ao Eu, configurando assim o narcisismo secundário. Como já dito, é nesse movimento de investimento de libido no objeto que o sujeito pode entrar em um estado de enamoramento, tão comum na adolescência.

Ainda nesse trabalho, o pai da psicanálise estabelece dois tipos de caminhos para a escolha de objeto: o narcísico e o de apoio. O tipo narcísico seria mais característico do tipo de escolha das mulheres, enquanto o tipo de apoio seria mais característico do tipo de escolha de objeto dos homens. Contudo, não há uma conclusão de que as pessoas se dividem em dois grupos bem diferenciados, de acordo com seu tipo de escolha de objeto, ficando em aberto, para cada pessoa, ambos os caminhos (Freud, 1914/2010).

É com o artigo “*as pulsões e seus destinos*” que Freud (1915/2020) continua avançando em sua teoria das pulsões (*Trieb*), indicando que seus destinos são múltiplos na medida em que se encontram ligados às contingências dos encontros e desencontros da vida dos sujeitos. Ao formalizar o conceito de pulsão como o que faz fronteira entre o psíquico e o somático, afirma também que o objeto é o que há de mais variável na pulsão, ou seja, o objeto não se encontra originalmente vinculado à pulsão, podendo inclusive ser “substituído incontáveis vezes no decurso dos destinos vividos pela pulsão” (p. 27). Aqui, podemos visualizar a fluidez que a pulsão sexual possui para ligar-se e desligar-se do objeto de amor, por exemplo, continuamente.

Uma leitura complementar, proposta por Tavares (2020), chama-nos atenção ao pensar o conceito de *Trieb* a partir de sua proveniência etimológica. O que foi digno de interesse e contribuição para essa discussão é o quanto o substantivo *Trieb* denota algo do “colocar em movimento” e “associa-se a diferentes acepções à Mecânica e à Física do ‘motor à propulsão’ [*Antrieb*]; à atividade pastoril no sentido de ‘tocar adiante’; e a Botânica no sentido do ‘desenvolvimento do broto’[...]” (p. 80). Lacan (1976/2007) se questiona sobre uma melhor tradução do termo e sugere a palavra *dérive* [deriva] para traduzir *Trieb*. É sabido que o que se encontra à *deriva* é impelido, movido por forças percebidas como estranhas que de fato o são. É exatamente neste ponto que emerge a maior diferença em relação ao *Trieb* freudiano, uma vez que são “oriundos do Isso [Es], mas o Eu [Ich] os percebe como ‘força alheia’, rejeitando-o, mesmo sendo aquilo que o sujeito tem de mais próprio e singular” (Tavares, 2020, p. 80).

Estaria o adolescente, na contemporaneidade, à deriva em relação à sua própria sexualidade? Quais seriam as derivações das derivas, já que, do que podemos apreender com a obra freudiana, as pulsões têm seus destinos? Pulsões – Deriva - Errâncias... parecem ser a cadeia significante associativa que nos coloca em movimento para avançar nesta investigação. Com Freud, o amor se encontra diretamente vinculado ao narcisismo e, como isso, é desdobrado nas escolhas amorosas dos homens e das mulheres. Embora algum saber venha a ser dito, a orientação sexual ou o modo como se dá a escolha do objeto de amor apresenta seus pontos enigmáticos - por que não dizermos errantes?

É diante das próprias dúvidas colocadas por Mar, ao se questionar se gosta de meninas, meninos ou dos dois, além dos seus conflitos em nomear-se heterossexual ou bissexual, que encontramos inspiração para discorrer sobre errância e amor. No momento em que se direciona a escolher seu objeto de amor, percebemos um movimento de deslizamento que sugere uma característica própria da errância, com parcerias amorosas que não tende a fixação estrita de um ou outro. Ao se sentir atraída física e emocionalmente hora por um, hora por outro, a adolescente

nos leva a refletir que, para se fazer parceria, há de se encontrar um ponto em que se conjuguem errar e amar.

Cabe ainda explorarmos a errância e o amor, utilizando-nos das proposições lacanianas. Embora o amor não seja um conceito psicanalítico, em vários momentos do seu ensino, os comentários e as elaborações acerca das escolhas amorosas avançam para além do narcisismo. Ao articulá-lo aos conceitos de desejo e gozo, Lacan aborda o amor não apenas pela via imaginária, mas aposta na articulação entre as três dimensões, real, simbólica e imaginária trabalhadas a partir do nó borromeano. Tomaremos como chave de leitura o que é dito sobre o amor no seminário “*les nos-dupes errent*”, uma vez que ele se encontra atravessado pela concepção de errância abordada por Lacan (1973-74/2016) nesse ensino.

2.2.2 Amor e Errância no Seminário 21 “*Les Nos-Dupes Errent*”

Lacan (1973-74/2016) inicia o seminário com o título que anunciou ser uma fórmula, *les nos-dupes errent*. O jogo homofônico produzido revela o equívoco significante; a fórmula pode ser traduzida como *os não-tolos vagueiam* ou *os não-tolos erram*. Porém, como o próprio Lacan pontua, sua leitura nos permite também escutar *les noms du père*, traduzido por *os nomes do pai*, cujo enfoque de Lacan se volta para explicitar o simbólico, o real e o imaginário (Fonseca, 2016), indicando um trabalho de formular mais metodicamente a teoria dos nós.

Na expressão francesa *les nos-dupes errent*, cabe ressaltar o termo *dupe*, com uma acepção referente a “uma pessoa que se engana” ou “que é fácil de enganar”; tolo; bobo; quem diz ou pratica tolices; que não é inteligente, pessoa ingênua ou sem juízo (Fonseca, 2016). Já o termo *errent*, vem do verbo francês *errer*, cuja etimologia provém do latim *errare*, e tem seu sentido voltado para vagar; correr o risco de errar, divagar, afastar-se da verdade (Fonseca, 2016). Nesse sentido, pode-se pensar que aqueles que erram têm uma certa relação com o saber que os coloca em um lugar de facilmente enganados e, conseqüentemente, de errar. A articulação, nesse seminário laciano, dirige-se à relação que o ser falante estabelece com o saber inconsciente.

Lacan (1973-74/2016) recorre à etimologia da palavra, pontuando que *errer*, “errar”, resulta da convergência de *error* em sua relação com o verbo *iterare*, que com o prefixo *iter*, quer dizer viagem. Entretanto, enfatiza que irá se servir do termo *iterare* no que ele não quer dizer, deixando explícito que, vindo de *iterare*, *errar* remete também a repetir. “Trata-se, portanto, de uma convergência a partir da qual Lacan opõe a estrutura à vida concebida como viagem – o erro daqueles que se pretendem *non-dupes* do inconsciente, que não se esforçam para colar nele, para os quais a vida não é senão uma viagem” (Barros, 2015, p. 119).

De acordo com Lacan (1973-74/2016), os não-tolos seriam aquelas pessoas que não se submetem às leis da linguagem, que não se fazem tolos do inconsciente, esse “saber com o qual o sujeito pode se decifrar” (p. 4). A recusa ou o não assujeitamento à linguagem tem como ponto de implicação uma errância, que o autor parece sugerir serem de duas ordens. A primeira, podemos pensar como uma errância estruturante do ser humano, uma vez que há sempre algo que escapa à linguagem. Já a segunda, pode ser pensada, a partir das contribuições de Barros (2015), no sentido do que ocorre quando há uma falha na errância estruturante, sendo o sujeito à deriva lançado a uma errância radical, como na psicose ou no movimento errante observado em crianças e adolescentes que vivem em situação de rua.

Ainda no seminário, Lacan abre uma chave de leitura e sustentação para uma das suas muitas formulações intrigantes, a inexistência da relação sexual. É sabido que a busca pelo objeto que preencheria a falta estrutural e constitutiva é própria do ser falante e, embora não haja um objeto na realidade que venha suturar essa falta, isso não impede que imaginariamente se acredite nele. É essa a base que fundamenta a busca pelo amor, como aprendido em Freud. De lição em lição, na exposição dos comentários sobre o amor, Lacan formula que o amor acontece na medida em que se verifica o impossível da relação sexual com o objeto.

Ao contrário do que é idealizado por meio da fantasia, o amor surge não para fazer dois virarem apenas um, mas vem para escancarar as diferenças e a incompletude dos sexos. Ao apontar os diferentes modos de gozar (gozo fálico, no homem; gozo não-todo fálico, na mulher), o amor pode aparecer como uma suplência à relação sexual que não existe (Lacan, 1972-73/2008). Nesse sentido, o amor se desloca de ser apenas visto de um lugar narcísico ou imaginário e se envereda pelo campo simbólico e real.

Kuss (2014) comenta que “o amor não aniquila a falta e nem elimina o mal-estar do homem no mundo. O amor pretende fazer parar o deslizamento metonímico do desejo, mas se consegue lhe dar alguma estabilidade, não é toda” (p. 86). Com isso, de certo modo, mesmo no amor se preserva seu ponto de errância, errar parece fazer parte da vida e da condição dos que se enamoram. Há de ser tolo para amar?

Voltando às formulações lacanianas do seminário “*les non-dupes errent*”, para Dunker (2021), um dos pontos apresentados por Lacan seria o de que, ao propor na teoria dos nós os possíveis ordenamentos para o real, o simbólico e o imaginário, cada ordenamento descrito seria correlato de uma forma de amor, ou de operá-lo trans-subjetivamente. Essa leitura, para o autor, serviria como um esquema classificatório para pensar historicamente as diversas modalidades de amor: amor cortês, amor transferencial, amor *Eros*, amor *Ágape*, dentre outros.

Bem, mesmo com todos os trajetos e derivas abordados nesse seminário, Lacan o finaliza retomando sua articulação inicial sobre a relação com o saber, afirmando que “quem não está enamorado do seu inconsciente erra” (p. 264). Tal afirmação nos leva a considerar três leituras a respeito: se haver com a própria incompletude; de que a relação sexual não existe; e do próprio saber inconsciente. Nesse sentido, os não-tolos seriam os que ignoram e desconhecem a potência do amor? E, ainda, parece-nos que é se fazendo tolo do inconsciente que se ama, que se erra, que se é errante no sentido mais paradoxal e clichê, vagueando, perdendo-se na medida em que também se encontra algo de si na diferença do outro.

2.3 A Inconsistência dos Laços Sociais na Atualidade: os Adolescentes Erram?

Ao questionarmos “os adolescentes erram?”, esclarecemos que utilizamos o verbo errar a partir da concepção de errância, enquanto um processo de formação subjetiva, particularmente do adolescente, que aponta para a própria essência do desejo, ou seja, passível de movimento, fluidez, flexibilidade, deslizamento. É comum ao sujeito adolescente, por não saber o que fazer com relação ao seu corpo, a sua sexualidade, nas parcerias amorosas e com o Outro social, ficar vagueando, sem um rumo fixo.

No caso Mar, temos ainda um outro fio que se abre como via de análise, que é ser uma menina-mulher com deficiência, pois ela enfrenta discursos na sociedade que estão constantemente a negar a sexualidade e o prazer de uma PCD (Mello & Nuernberg, 2012), sem reconhecê-la enquanto ser sexual, que deseja e pode ser desejada, ama e sonha em construir família. Estamos aqui, portanto, como um ato de resistência, referindo-nos à errância da sexualidade dessa adolescente, e fazer isso é afirmar que essa sexualidade existe! Ficamos a nos questionar, a nível de impasses subjetivos: pode esse tipo de discurso vindo do social produzir ainda mais um descompasso na errância dessa adolescente?

Ressaltamos que a errância estruturante adolescente, proposta por Olivier Douville, diferencia-se das chamadas patologias da errância, que dizem de uma posição do sujeito que não sabe mais onde se abrigar nem onde se estabelecer, pois há uma recusa do “apoio simbólico que podem oferecer os constituintes da identidade veiculada pelo nome” (Douville, 2002, p. 78). Dizer que os referenciais simbólicos enfraquecem ou declinam é diferente de dizer que eles são recusados, o que ocasiona efeitos devastadores.

Neste momento em que a adolescente se encontra em descoberta e experimentação de sua sexualidade, de questionamentos sobre sua identidade sexual, escolha de objeto e nomeações, podem surgir sentimentos de confusão e incertezas, uma vez que o desejo do sujeito é puro deslizamento. Esse processo de constante mutação, na tentativa de encontrar respostas,

também sofre influência das mutações e inconstâncias do laço social na atualidade. Resgatamos, portanto, a pergunta levantada anteriormente: quais implicações ou efeitos da inconsistência dos laços sociais na errância da sexualidade adolescente?

Além do já citado enfraquecimento simbólico e de seus efeitos na subjetividade da época, não podemos deixar de mencionar o discurso capitalista como um promotor de mutações do laço social. Tatit e Rosa (2012) comentam como o laço no capitalismo visa o objeto perfeito que preenche o vazio, na promessa de completude, solução que viria para evitar o mal-estar do encontro sempre faltoso com os outros e/ou de se perceber sozinho. Dentro dessa lógica, a solidão é negada, posto que os objetos se apresentam como substitutos das relações.

Nessa mesma lógica e paralelamente a essa primeira leitura, o discurso médico/midiático enfatiza que não ser sociável é prejudicial à saúde e ao bem-estar dos indivíduos, havendo, assim, uma tentativa de objetificação dos vínculos afetivos, uma vez que a sociabilidade é algo a ser conquistado para se ter uma satisfação na promessa, sempre ilusória, de aniquilação do mal-estar ocasionado pela experiência de solidão (Tatit & Rosa, 2012).

Tatit e Rosa (2012) abordam a solidão por meio de duas facetas: a do desejo e a do gozo. A primeira delas se apoia na afirmação de que a experiência da solidão é constitutiva e necessária quando tem a função de simbolizar a falta do Outro em um movimento de alienação-separação, revelando a posição desejante do sujeito. A segunda faceta – a do gozo – comunga em direção a um gozo universal que cristaliza a posição do sujeito em “seja autossuficiente e sociável”. Os relatos clínicos na pesquisa de Tatit e Rosa (2012) são de sujeitos que se diziam não depender de ninguém ou de sujeitos que se lançavam em infinitos deslocamentos territoriais por se acharem totalmente “livres”, cumprindo um imperativo superegóico de autonomia e felicidade.

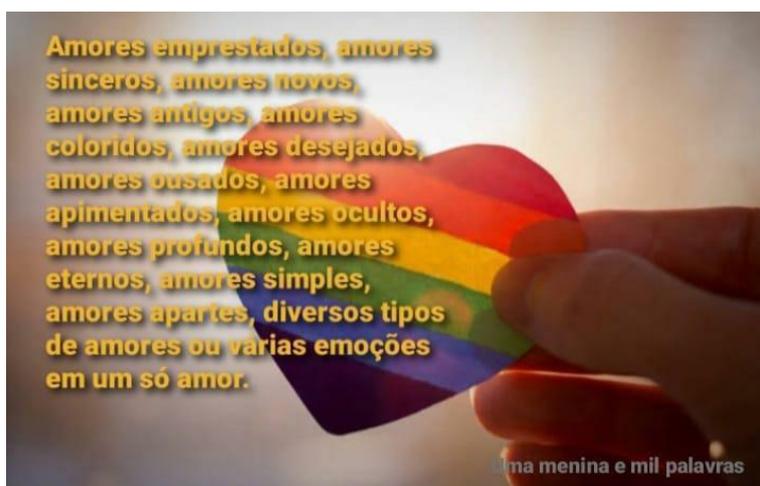
Fazemos uma aproximação dessa faceta gozante da solidão contemporânea com o que foi abordado por Ramon (2019) sobre o isolamento. O isolamento - enquanto um fenômeno frequente na clínica adolescente, que se reflete em muitos adictos de games - aponta para uma das maneiras de escancarar a inconsistência do Outro; contudo, em alguns sujeitos, esse movimento, ao invés de servir apenas como um processo de separação do Outro, apresenta-se de uma maneira radical de exclusão do Outro e de total rompimento do laço.

Como ressonância da contemporaneidade, o fenômeno já analisado por Baumam (2004), sobre a liquidez das relações humanas, aponta para uma forma de laço com o outro muito mais frágil, que se desata facilmente. As relações analisadas sob esse prisma seguem a mesma lógica de consumo, ou seja, de que deve ser descartado tudo o que não parece utilizável, prática comum nas interações adolescentes. Excluir, apagar as mensagens, não responder, “dar

um block”, foi a “saída” encontrada por uma adolescente que não queria se confrontar com as diferenças que enxergava nos ditos “amigos”. “É assim que todos fazemos, a gente mete o *block* e depois decide se tá a fim de desbloquear”, dizia ela. O problema é que esse continua sendo uma saída imposta pelo discurso do Outro, muitas vezes, sem espaço para que outras maneiras de apostar no laço com o outro sejam elaboradas.

Brousse (2019), em um breve comentário sobre a solidão contemporânea – no sentido de isolamento –, diz que as redes sociais direcionam para um estilo de vida autoproclamada, autodesignada/autossegredada/autonomeada. Para ela, a autonomização excessiva que as redes, muitas vezes, insistem para que os indivíduos façam, tem como um dos efeitos a autossegredação. Esse comentário nos leva a refletir no seguinte ponto: para o adolescente nesse tempo, a autonomização entraria como uma maneira de nomeação e contorno ao gozo próprio e dá uma ancoragem no que diz respeito à sua sexualidade, ou como uma maneira de segregá-lo, fazendo-o errar infundavelmente?

De acordo com a discussão já levantada sobre a proliferação da sexualidade, o questionamento da adolescente Mar, “*sou hétero ou será que sou bi?*”, atravessada pelo discurso atual, parece dizer de uma fluidez que aponta para a possibilidade de uma escolha bissexual, que não se fecha em uma forma considerada universal de amar, havendo uma abertura para a diversidade no que diz respeito aos parceiros amorosos. Uma diversidade que se faz presente na escrita e na imagem postada por ela.



Rassial (1999) considera que o adolescente, nesse momento lógico, com relação ao seu corpo, passa a “ver se apagar todo traço de bissexualidade e encontrar valor somente em uma relação defeituosa com o outro sexo” (p. 90). Será que, com o discurso da época, esse traço de bissexualidade do corpo adolescente se apaga mesmo? Não perdendo de vista a singularidade de cada caso, consideramos que se nomear rapidamente bissexual, em alguns casos, pode ser uma maneira de não se responsabilizar por uma escolha de objeto, soando como um “não quero

escolher”, como o caso de uma adolescente atendida que, a cada sessão, muda sua nomeação considerando o que ouviu ou viu nas redes sociais, bem ao seu modo sintomático.

Por outro lado, como no caso de Mar, a necessidade de nomeação como “Bi”, surge também a partir dos encontros e desencontros com o outro, como é percebido através da marcação do @ da sua namorada em sua bio, ou de postagens em *stories* indicando uma atração por meninos. Além disso, seus textos e imagens postados parecem dizer das silhuetas, dos amores e dos mistérios, quando escreve “*ele é um poço de mistérios*”, que ela encontra tanto no corpo de um homem quanto no de uma mulher. De todo modo, vale lembrar que, na medida em que se faz uma escolha de orientação sexual, seja ela qual for, o sujeito vai se haver com a falta que há tanto nele quanto no outro, vai se haver com o que não se complementa, já que o que existe é a diferença do outro sexo.

Diante da inconsistência dos laços sociais como efeito dos discursos da época, o que Mar parece nos dizer e escrever é sobre amores diversos e diversidade no amor, sobre uma fluidez nas parcerias amorosas como uma marca dessa geração. Em se tratando de parcerias, é interessante notar como Mar toma o outro como objeto e é tomada como objeto de amor, diante de todos os atravessamentos e impasses que o estranhamento com seu corpo lhe traz. É com esse corpo que ela deseja e continua a errar como que quase uma condição fundamental para aqueles que se abrem para o amor.

Capítulo 3: Ter um Corpo, uma Invenção

“as pessoas ficam olhando para mim...para o meu corpo”

O corpo adolescente, a princípio, parece ser esse corpo “esquisito”, “desajeitado”, sempre estranho e por isso visto, em geral, como algo a permanecer escondido ao máximo do olhar dos outros, como muitos adolescentes relatam. Com as mudanças da puberdade, o corpo infantil vai se transformando em um outro corpo, que se constitui enquanto novidade. Assim como o físico, o desejo e as pulsões desse corpo adolescente se modificam, dirigem-se a outros objetos e encontram diversos destinos.

Mar apresentava um corpo atravessado por todas essas modificações características do tempo adolescente, mas também um corpo de pele preta que nasce com uma deficiência física. Em um país preconceituoso, colonizado e racista, é inegável os efeitos subjetivos na vivência dos indivíduos negros. De algum modo, a adolescente diz desses dois aspectos que marcam seu corpo, e essas inscrições têm atravessamentos na constituição do corpo, cabendo ao analista estar advertido das implicações desses aspectos.

Diante disso, um primeiro questionamento se impõe: o que é o corpo para a psicanálise? A questão referente à noção de corpo se faz importante para depois avançarmos em uma discussão sobre a constituição do corpo negro proposta há bastante tempo, porém ainda pouco explorada na psicanálise enquanto construção teórica e considerada irrelevante por alguns psicanalistas dogmáticos e/ou defensores do jargão “o inconsciente não tem cor”. Posteriormente, adentraremos em especificidades acerca do sujeito adolescente com deficiência física.

Partiremos de onde, para a psicanálise, inaugura-se toda a construção do corpo, o nascimento do Eu. De início, o corpo vivencia um processo de libidinização a partir do investimento do Outro, que investe narcisicamente no corpo do bebê. Nesse primeiro momento, o corpo é erogeneizado por meio do toque, do olhar, das carícias. Assim, o indivíduo trata o próprio corpo como um objeto, encontrando prazer e obtendo satisfação em um corpo que ainda se delinea e toma contorno. A isto, Freud (1914/2010) nomeou como autoerotismo, não havendo ainda a integração de uma unidade corporal. No desenvolvimento do Eu, uma nova ação psíquica se acrescenta ao autoerotismo, formando assim o narcisismo primário, ou seja, a libido investida no Eu, que também está em processo de constituição.

No narcisismo primário, as pulsões de autoconservação ou do Eu são necessárias e agem para a manutenção de cada ser vivo. Neste momento, as pulsões sexuais começam a se direcionar e encontrar satisfação no mundo externo, quando parte da libido passa a ser investida nos objetos, constituindo, assim, o narcisismo secundário. Diante disso, Freud (1914/2010) revela que é na relação com o outro que o Eu se desenvolve, sendo preciso se distanciar do narcisismo primário e paralelamente fazer um movimento de esforço, por meio do amor, por exemplo, para reconquistá-lo. Vemos o quão importante é o encontro com as dimensões da alteridade nesse processo. Segundo Moreira de Oliveira (2009):

A introdução do conceito de narcisismo promove um abalo no dualismo pulsional, ao colocar no horizonte da dinâmica pulsional a possibilidade de investimento sexual no próprio eu, criando, pois, a libido do eu. A pulsão de autoconservação ou do eu parece trabalhar no sentido da manutenção do ideário moderno de uma consciência submetida à realidade e à perspectiva da manutenção da ordem (p. 231).

Ainda nesse momento de constituição do Eu, surge a formação do eu ideal. O eu ideal corresponde ao narcisismo primário, pressupondo perfeição, um ideal impossível de ser atingido e emerge como resultado do narcisismo dos pais. Moreira de Oliveira (2009) comenta que o tempo do eu ideal implica a presença constitutiva do outro, sendo que este se reduz a uma “densidade alteritária” (p. 233), já que é visto como um reflexo do eu. É isto que “possibilita a percepção do corpo como unidade para além da camalidade” (p. 233). A autora afirma que “o eu corporal que determina seus limites não reconhece o outro presente na sua constituição como um outro-pessoa, mas sim como duplo de si, ou melhor, como uma modalidade de outro-reflexo” (p. 233). É no jogo especular com o outro que se torna possível a percepção e a constituição do corpo próprio, o reconhecimento e idealização do eu.

Em um segundo tempo, temos a constituição do ideal do eu, que é construído a partir das influências externas, culturais e valores morais. Freud associa-o ao surgimento do superego, quase que como herdeiro do complexo de Édipo. Vale lembrar que o ideal do eu é um produto do recalque, uma vez que o indivíduo não “quer se privar da perfeição narcísica de sua infância, e se não pode mantê-la, perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento [...] procura readquiri-la na forma nova do ideal do Eu” (Freud, 1914/2010, p. 40). O indivíduo, assim, projeta seu ideal como substituto do narcisismo perdido na infância.

Freud (1915/2020) nos deixa claro como o corpo, para a psicanálise, é um corpo pulsional, erógeno, movido pela energia libidinal, pela pulsão sexual. A pulsão – que se situa na fronteira entre o psíquico e o somático – emerge do interior do corpo e impõe um constante

trabalho psíquico em decorrência dessa estreita relação com o corporal. De acordo com a teoria freudiana, os orifícios do corpo, também denominados zonas erógenas, servem como fonte pulsional, ao mesmo tempo que promovem a satisfação pulsional. Para além da determinação biológica e do campo natural, o corpo é “uma construção, uma inscrição a ser efetivada no aparelho psíquico” (Cruz & Fontenele, 2020), nunca realizada totalmente, apenas parcialmente.

Diante do exposto até aqui, já verificamos o quanto o sujeito carrega no corpo as marcas indeléveis do Outro. Ser olhado talvez seja um dos gestos que mais tocam o primitivo e constitutivo em cada um de nós; marca a carne, causa estranhamento ao mesmo tempo em que se configura como o tão familiar, colocando o sujeito no campo do reconhecimento pelo Outro que lhe endereça o olhar. A pulsão especular, inicialmente, mas não apenas, dá contorno e consistência a um corpo que não cessa de não se escrever.

Lacan (1949/1998) avança em relação a Freud na compreensão da noção de corpo. Em sua releitura da teoria freudiana, o autor observa como o *infans*, em seus primeiros meses de vida, passa a reconhecer sua imagem no espelho. Esse ato observado por Lacan lhe serviu de referência para que propusesse o estágio do espelho como formador da função do eu na criança. Não se trata do ato na sua literalidade, mas o que a proposição lacaniana quer nos fazer atentar é que, na relação da criança com o Outro - quem tece os primeiros e essenciais cuidados sobre ela -, existe um investimento libidinal que é dirigido por meio do olhar a esse corpo ainda fragmentado. Lacan (1949/1998) comenta que:

[...] da inatividade da imagem, logo repercute, na criança, uma série de gestos em que ela experimenta ludicamente a relação dos movimentos assumidos pela imagem com seu meio refletido, e desse complexo virtual com a realidade que ela reduplica, isto é, com seu próprio corpo e com as pessoas, ou seja, os objetos que estejam em suas imediações (pp. 96- 97).

Faz-se importante compreender o estágio do espelho como um momento de identificação da criança com sua própria imagem refletida, momento em que ela assume uma imagem e se identifica com seu duplo. É uma relação imaginária e essencialmente situada no registro do imaginário. Esse tempo em que começa a se inscrever a relação do *infans* com o Outro é primordial e anterior ao tempo da inserção na linguagem (Lacan, 1949/1998).

Calzavara e Vorcaro (2018) comentam como, para Freud, o eu ideal era compreendido como um eu ainda não organizado, mas com toda onipotência do ideal narcísico, uma identificação com esse outro ser onipotente. No ensino lacaniano, ele avança fazendo uma diferenciação com relação à identificação imaginária e à identificação simbólica na constituição

do corpo, uma vez que as duas sobrevivem do estágio do espelho, quando o organismo, até então fragmentado, revela-se unificado em um corpo vivo por meio da especularidade. As autoras também enfatizam como o encontro com o investimento libidinal do olhar é fundante para o sujeito, e o quanto ele pode realizar uma antecipação significativa dos cuidadores em relação ao bebê.

Um corpo é marcado e constituído pelo encontro traumático com a linguagem, é uma das afirmações centrais na teoria lacaniana. Para que se tenha um corpo, é preciso ser atravessado pela voz, pela fala, pelas palavras e ditos do Outro. Aqui, uma operação simbólica entra em jogo nesse corpo que se tece. De acordo com Alvarez (2013), citado por Calzavara e Vorcaro (2018), há três teorias sobre o corpo em Lacan, e com inspiração nesta leitura que seguiremos a elucidação da noção de corpo na psicanálise.

Com a introdução na linguagem, o *infans*, até então considerado um pedaço de carne, como diz Lacan, é marcado por uma chuva de significantes que advém do Outro primordial. A relação com a linguagem se torna determinante para que o sujeito, que tem um corpo, entre na operação que o inscreve na norma fálica (Calzavara & Vorcaro, 2018). Lacan (1957-58/1998), no seu esquema R, trabalha a introdução do simbólico na estrutura psíquica do sujeito, a partir da metáfora do Nome-do-Pai, quando ocorre a significação fálica e o Eu se identifica simbolicamente com o ideal de eu paterno.

Machado (2010) comenta todo o esforço de Lacan para tomar o corpo pelo viés simbólico, pois se entendia que falar do corpo era apenas falar do imaginário. A autora acrescenta, também, como, a partir da incorporação significativa, podemos abordar o corpo do ser falante através de uma anatomia significativa, ou seja, com a nomeação que se dá pela inserção simbólica, a palavra mortifica a coisa e o efeito dessa operação é um gozo que emerge radicalmente separado do corpo, de modo que “a satisfação será fora do corpo, se dará através da operação do significante fálico, isto é, passará necessariamente pelas palavras” (p. 110).

Servindo-nos da literatura, Brum (2017), em uma narrativa pessoal de sua vida, questiona-se: com quantas palavras se faz um corpo? Nas palavras da autora,

A palavra é o outro corpo que habito. Não sei se existe vida após a morte. Desconfio que não. Sei que para mim não existe vida fora da palavra escrita. Só sei ser – por escrito. No meu nome carrego o que sou e o que não sou, sustento o que busco e não alcanço, assim como o vazio entre as letras, o incapturável em mim. O indizível que também me constitui (p. 73).

Essa citação nos lança na possibilidade de pensar um outro corpo habitado por Mar. Para além do corpo físico marcado pela deficiência, Mar habita um corpo constituído, contornado e sustentado por suas próprias palavras, um corpo-palavra que evoca um lugar no mundo, e lhe serve como abrigo, morada, refúgio, um corpo-palavra que a acolhe e lhe convoca a continuar existindo. Esse outro corpo ocupado por Mar, assim como o feminino em uma mulher, vai sendo inventado ao seu modo, escrito com autoria própria e só. Tanto as palavras quanto o indizível também a constituem.

No início está a palavra. A palavra é origem, é marca, é traço, é resto, é perda e é pele, quase como um tecido que (re)cobre algo do mais íntimo em nós; ao mesmo tempo que protege, tem uma função de nos colocar em contato com nosso meio e receber o que vem dele. A palavra, nos parece, pode servir tanto para fundar/construir/formar algo, como um invólucro do ser. Um corpo é, essencialmente, composto de histórias e estórias contadas, aprendidas e apreendidas, do mundo, dos outrinhos e dos Outros. Vale salientar que, na medida em que a inscrição significante provoca a ranhura fazendo do *infans* um sujeito de linguagem, há algo que se perde nesta operação, ao mesmo tempo em que um gozo emerge. A linguagem que mortifica também aparelha para o gozo, chegamos, assim, à dimensão Real do corpo.

No real, o corpo é situado enquanto gozo, cuja realidade pulsional tem como fim a satisfação, é um corpo feito para gozar de si mesmo (Cruz & Fontenele, 2020). Miller (2014), em sua conferência intitulada “o inconsciente e o corpo falante”, aponta como Lacan propõe substituir o inconsciente freudiano por um novo nome, o falasser (*parlêtre*). A proposição diz respeito à união da fala com o corpo, “por esse fato de experiência pode-se dizer que ele é do registro do real” (p. 126). O falasser seria a condensação do sujeito do significante com a substância gozante, incluindo-se nessa noção o sujeito e o corpo.

Miller (2014) assinala também as consequências dessa proposição para a prática clínica, afirmando que analisar o falasser não seria exatamente a mesma coisa que analisar o inconsciente estruturado como linguagem. Ele ressalta o deslocamento do conceito de sintoma inconsciente para o de *sinthoma*. O sintoma, enquanto formação do inconsciente, é uma metáfora que visa um sentido pela via da cadeia significante, ao passo que o *sinthoma* do falasser “é um acontecimento de corpo, uma emergência de gozo (p. 128)”.

Nessa mesma direção, Miller (2014) afirma como o sintoma que emerge em decorrência do mecanismo do recalque, é a metáfora que envelope o acontecimento de corpo e que a operação de cifração dessa metáfora trabalha para o gozo que afeta o corpo. Santyago (2021) esclarece a concepção de acontecimento de corpo como a “percussão da língua sobre o corpo”,

é “o traumatismo da própria língua, que se situa no encontro sempre faltoso entre a linguagem e o corpo” (p. 01).

Para se ter um corpo, é necessário que o discurso deixe nele suas marcas, e que isso goze; é o que constitui a singularidade de cada ser falante, histórias que se inscreveram no corpo por meio das marcas deixadas (Olivos, 2019). Miller (2014), na elaboração a partir do conceito de falasser lacaniano, comenta a respeito dos gozos do corpo falante:

O falasser tem de se haver com seu corpo como imaginário, assim como tem que se haver com o simbólico. O terceiro termo, o real, é o complexo ou o implexo dos dois outros. Trata-se do corpo falante com seus dois gozos, gozo da fala e gozo do corpo: um leva ao escabelo e outro sustenta o sintoma. No falasser há, a um só tempo, gozo do corpo e também gozo que se deporta para fora do corpo, gozo da fala que Lacan identifica, com audácia e com lógica, ao gozo fálico, uma vez que este é desarmônico em relação ao corpo. O corpo falante goza, portanto, em dois registros: por um lado, ele goza de si mesmo, ele se afeta de gozo, ele *se goza* - uso do verbo na forma reflexiva; por outro, um órgão desse corpo se distingue de gozar de si mesmo, ele condensa e isola um gozo à parte que se reparte entre os objetos a (pp.132-133).

O conceito lacaniano de objeto *a* decorre do que resta da incorporação simbólica, como o que permanece impossível de simbolizar, situado fora do corpo do sujeito, porém no campo do Outro. É fundamental situar que há duas maneiras do objeto *a* ser abordado: como causa de desejo e pela via do mais-de- gozar (Machado, 2010). O ser falante, durante sua vida, move-se a partir da busca incessante pelo objeto perdido para obtenção de satisfação, na tentativa de preencher a falta constitutiva que o impulsiona para a vida.

Machado (2010) assinala como a questão do corpo perpassa todo ensino lacaniano, e como é essencial manter isso em mente ao lê-lo, atentando-se para como o corpo aparece e mantém sua prevalência em cada registro - Real, Simbólico e Imaginário. A autora afirma que a identidade do Eu que se introduz pelo registro imaginário confere ao ser falante possuir um corpo e se servir dele, como diz Lacan (2003), por crer que o tem. Ela acrescenta que ter um corpo nos “leva a adorá-lo, a enfeitá-lo, a usá-lo, a manuseá-lo, a desfrutar dele, ou em outros casos, pode vir a ter o corpo, a constituí-lo por maltratá-lo, por furá-lo, por cortá-lo, por dependurá-lo [...]” (Machado, 2010, p. 107).

É exatamente isso que verificamos na clínica com adolescentes, com respeito ao uso que estes fazem do seu corpo quando escolhem colocar *piercing* ou fazer tatuagens, quando se colocam em risco ou, como no caso de Mar, experimentam o limite da dor, por exemplo. Uma

vez que não se nasce tendo um corpo enquanto uma unidade, como vimos, há todo um processo de sua constituição, de modo que essas condutas parecem nos lançar a refletir que o momento adolescente é um tempo de concluir e efetivar a afirmação de que se tem um corpo, e de que é possível gozar dele.

Explicitamos até aqui a constituição de corpo, a maneira como ele aparece articulado aos três registros. Enquanto corpo imaginário, está identificado com sua imagem refletida no espelho; enquanto corpo simbólico, é composto de significantes; enquanto corpo real, diz respeito ao gozo. Contudo, a complexa questão do corpo em psicanálise não se esgota nisto. Embora seja esse o saber que utilizamos como central para análise nesta pesquisa, ao pensarmos no caso Mar, que é uma adolescente negra e com deficiência física, convocamos as contribuições da teórica feminista Judith Butler a fim de enriquecer a discussão e ampliar a visão a respeito da construção de um corpo.

Butler nos apresenta uma construção interessantíssima para esta pesquisa sobre a constituição do corpo, a partir da noção de corpos abjetos. A fim de evitar mal-entendidos, em entrevista intitulada *Como os corpos se tornam matéria: uma entrevista com Judith Butler*, publicada em 2002 (Prins & Meijer, 2002), Butler explica que abjetos “relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (p. 161). Butler evita nomear quais corpos seriam considerados abjetos, mas deixa claro que a abjeção é um processo discursivo e há corpos, como consideramos ser o de Mar, que acabam por serem mais propensos à abjeção. Traremos um pouco mais as contribuições de Butler adiante quando discutiremos com mais afinco as questões que envolvem o corpo com deficiência.

Como vimos, Mar é uma adolescente de pele negra e com deficiência física, o que impõe uma leitura que considere a especificidade da constituição desse corpo. Ela relata ter vergonha de expor sua foto em um perfil de *Whatsapp*, colocando a foto de uma adolescente branca de cabelo liso e olhos claros no lugar. Esse ato indica uma negação da cor de sua pele, o que nos leva a pensar na maneira como o discurso de branquitude pode inscrever-se para que a vergonha venha enquanto um sentimento em relação ao seu corpo negro.

A pergunta agora se amplia: Como se dá a constituição do corpo negro à luz das proposições psicanalíticas? Que especificidades e diferenças encontramos em relação ao corpo branco? Vejamos.

3.1 A Constituição de um Corpo Negro

Enquanto seres de linguagem, somos constituídos por e a partir de discursos. Nesse sentido, partimos da premissa de que Mar, enquanto uma adolescente negra, vai se constituindo pelas marcas dos discursos que circulam na sua época (séc. XX) que, em relação ao povo preto, não se mostram mais tão enrijecidos como antigamente, embora saibamos que ainda hoje o racismo não é sem consequências. Diante do caso, trazemos algumas inquietações: Que tipo de discursos fundaram e permanecem como algo que marca Mar no nível psíquico? O que escreve essa adolescente preta? Há algo da negritude que atravessa sua escrita? De que forma aparece?

Sabemos que o racismo é estrutural (Almeida, 2019) – temos o preconceito e a discriminação consolidados na maneira como a sociedade se organiza, privilegiando uma raça em detrimento de outra – e, embora as lutas e conquistas do movimento negro no Brasil continuem a provocar mutações no discurso atual, neste trabalho, optamos por fazer uma trajetória por autores que são referência na psicanálise ao abordar os efeitos psíquicos do racismo. Com eles, discutimos, a partir do caso Mar, quais questões ainda são difíceis de serem superadas, bem como quais os avanços e direções possíveis a serem pensadas.

O sujeito negro é aquele negro que escuta, introduz, assimila e reproduz o discurso do branco como se fosse seu (Souza, 1983). De que discurso se trata? Que implicações tal discurso tem na subjetividade do negro? Como se dá a construção do corpo do sujeito negro considerando essa afirmação? Nesta discussão, teremos essas questões como norteadoras para ampliar nossa elaboração e suscitar provocações, lembrando sempre do que nos faz lembrar Frantz Fanon (2020): “ó meu corpo, faz sempre de mim um homem que questiona!”

Em seu livro *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2020) sustenta a tese de que, diante da impossibilidade de constituir uma identidade social enquanto negro e pertencente ao grupo de negros, os negros desenvolvem um horror em se identificar entre si, projetando como uma saída a identificação fantasmática e imaginária com o ideal branco; como efeito, as “máscaras brancas são sobrepostas por cima da pele negra”, na tentativa de ocupar um lugar no mundo. Tudo se inaugura para o negro com seus desdobramentos devastadores a partir do momento em que “a alteridade para o negro não é o negro, mas o branco” (Fanon, 2020, p. 111).

Isildinha Baptista Nogueira (2021), psicanalista, negra e brasileira, publica, mais de vinte anos depois de sua defesa de tese, o livro *A Cor do Inconsciente: significações do corpo negro*, fruto da sua pesquisa de doutorado. Com um título considerado polêmico para alguns psicanalistas, a autora decide sustentar a provocação de que o inconsciente tem sim cor. Como uma pioneira na produção de conhecimento científico sobre o racismo, com o foco de

investigação em compreender de que maneira a realidade sócio-histórico-cultural brasileira do racismo e da discriminação se inscreve no inconsciente do negro, em seu processo de constituição como sujeito, ela defende a hipótese de que o racismo afeta o negro também no campo psíquico.

Nogueira (2021), a partir de sua experiência enquanto psicanalista negra, tem como material para trabalho tanto o que carrega na própria pele, como as vivências e sintomas de alguns dos seus pacientes que trazem a marca de configurações psíquicas peculiares nos sujeitos negros. Munanga (2021) comenta o quanto este trabalho convida e direciona a refletir em “como tirar essas máscaras brancas se não temos acesso ao ateliê do artista que as fabricou, ateliê onde foi configurada a psique do negro na imagem da brancura que ele gostaria de incorporar para se libertar totalmente” (p. 24). Escrita e defendida há tanto tempo, é uma pesquisa original e atual que diz dos negros e negras até hoje.

Guerra (2020) também nos apresenta um importante estudo que retoma os aspectos históricos da escravização colonial e do tráfico negreiro, a instalação e manutenção da escravidão no território brasileiro. Objetivando situar a especificidade da lógica do racismo no Brasil, a autora, por meio de uma análise psicanalítica, aborda tanto os efeitos da experiência histórica de colonização no país, como os mecanismos inconscientes e repercussões subjetivas da vivência do racismo.

Com um país onde 54% da população é negra, o Brasil ainda é um lugar de discriminação e racismos velados e explícitos, como vemos rotineiramente na mídia e fora dela. Mesmo após a abolição, já é sabido que os abolicionistas não conseguiram pensar nos negros, enquanto indivíduos que precisariam ser inseridos em uma sociedade escravista e, embora juridicamente autorizados a ocupar um espaço na sociedade, os negros foram excluídos, marginalizados, estigmatizados, discriminados e traziam no corpo a marca que os diferenciava com tudo que ela pudesse representar (Nogueira, 2021). O que restou e resta ainda hoje são péssimas condições de moradia, saúde e escolaridade.

Nogueira (2021) se mostra causada a investigar como se dá, para o sujeito negro, a elaboração psíquica dos sentidos que o racismo traz consigo. Tudo isso porque a autora acredita que mesmo o negro tendo consciência de sua condição e das implicações histórico-políticas do racismo, “isso não impede que ele seja afetado pelas marcas que a realidade sociocultural do racismo deixou inscritas em sua psique” (p. 34). Qual seriam os efeitos dessas marcas e até que ponto não afetam a própria constituição do negro como sujeito? Questiona-se ainda mais.

O lugar colocado para o negro dentro da sociedade brasileira é de objeto dejetivo, não de sujeito. O negro foi afastado e separado do corpo social, única via possível para se tornar

indivíduo. Assim, nesse processo de desumanização, só lhe era possível se identificar com outros negros, não como indivíduos sociais, mas como coisas, peças, mercadorias (Nogueira, 2021). Para Nogueira (2021), como consequência, o negro, na sua tentativa de constituir-se enquanto indivíduo social, desenvolveu um “horror a se identificar com seus iguais, pois estes representam, para ele, o retorno de um sentido insuportável, que tenta recalcar” (p. 58).

Adentrando um pouco mais na preciosa pesquisa de Nogueira (2021), chegamos ao corpo como signo, uma vez que ele é afetado por diversos discursos, como religião, classe, cultura, grupo familiar, cumprindo, assim, uma função ideológica em que a aparência é garantia ou não da integridade de uma pessoa. A autora comenta como o corpo funciona como uma marca dos valores sociais, no qual a sociedade “fixa seus sentidos e valores” (p.65). Nesse sentido, as significações atribuídas ao corpo negro são daquilo que é indesejável, inaceitável, recusado, com relação às autorrepresentações do corpo branco, condição essa necessária para que a cultura possa instaurar o positivamente desejável. Nas palavras da autora:

O negro, no entanto, é aquele que traz a marca do ‘corpo negro’, que expressa, escatologicamente, o repertório do execrável que a cultura afasta pela negativização. Vítima das representações sociais que investem sua aparência daqueles sentidos que são socialmente recusados, o negro se vê condenado a carregar na própria aparência a marca da inferioridade social. Para o indivíduo negro, o processo de se ver em um ‘nós’ em relação às tipificações sociais inscritas no extremo da desejabilidade esbarra nessa marca – o corpo – que lhe interdita tal processo de identificação; ao mesmo tempo, a cultura incita-o a aderir aos signos da desejabilidade [...] (p. 67).

De acordo com Nogueira (2021), o negro sofre em seu corpo ao tentar infinitamente ser reconhecido como indivíduo e em um ‘nós’ que, infelizmente, a cultura não lhe permite se inserir, já que seu corpo, a princípio, o exclui dos atributos morais e intelectuais vividos pelos brancos. “É dessa dimensão singular que torna a condição de negro impossível de ser simetrizada a condição de branco que se produz para o negro, essa experiência de sofrer o próprio corpo” (p, 68).

Considerando as três dimensões – Real, Simbólico e Imaginário – por meio das quais a psicanálise lacaniana propõe que o corpo se inscreve, Nogueira (2021) explora o corpo negro nas dimensões imaginária e simbólica, destacando o que, para ela, é constitutivo desse psiquismo. Com o corpo imaginário, a criança conquista, na fase do espelho – experiência, como vimos, fundadora em que se produzem as identificações –, uma imagem totalizadora. Já na dimensão simbólica, apenas uma parte do corpo é devidamente simbolizada, ao passo que

outra parte escapa à representação, emergindo como a marca de uma totalização impossível. Como já exploramos anteriormente, também é nestas duas dimensões que, respectivamente, temos a constituição do eu ideal e do ideal de eu.

Trazemos mais uma postagem escrita por Mar, em que tanto a imagem quanto as palavras nos dizem de sua relação com seu corpo.



A imagem escolhida para ser refletida no espelho não é de uma jovem negra, ou seja, mais uma vez, Mar reproduz uma imagem de um corpo considerado “padrão” socialmente, e que não se assemelha a um corpo que lhe representa. O incômodo com o que vê refletido no espelho é revelado por meio de suas palavras, que apontam para uma beleza que ela diz procurar em outros corpos, “em quaisquer seres”. Ao mesmo tempo que procura no seu, mas o “não achar beleza em quem vejo no espelho” indica a única resposta viável para essa adolescente de corpo negro que não encontra atributos estéticos em si dignos de serem admirados.

De acordo com Nogueira (2021), há uma dissociação narcísica na imagem do corpo para o negro. Uma vez que é atravessado por representações depreciativas em relação ao próprio corpo, o negro passa a desejar características físicas que se aproximem do corpo branco, pois este é seu ideal de sujeito, sua identificação inatingível. Esse desejo tem origem no desejo dos pais, que um dia também desejaram que o corpo negro do filho fosse mais parecido com o corpo branco. Com uma imagem corporal que não condiz com seu ideal, negros procuram por mudanças físicas, por meio de cirurgias, ou comumente apresentam sentimentos de serem insuficientes em relações ou funções sociais assumidas, na tentativa de ser aquilo que foram impedidos de ser.

A ideia é concomitante aos estudos já realizados por Neusa Santos Souza (1983), em seu livro *Tornar-se negro*, que aborda, por meio dos depoimentos-denúncias e análises feitas, o que os sujeitos negros têm a dizer sobre si, uma investigação que segue a proposta de produzir um discurso do negro sobre o negro. Nos depoimentos colhidos, o que salta aos ouvidos é a negação das raízes negras passadas de pais para filhos, e essa rejeição acaba por violentar o corpo físico da, ainda, criança. A autora afirma como, principalmente para o negro brasileiro, as palavras de negação transmitidas pelos antepassados assumem um estatuto de verdade e lei, construindo assim um ideal de eu que desejam para filhos, netos, bisnetos.

Tendo como fundamentação teórica as proposições psicanalíticas de Sami-Ali, que trabalha a questão do corpo a partir da dialética entre real e imaginário, psique/soma para entender a unidade psicossomática constitutiva do homem, Nogueira (2021) salienta como o racismo violenta e tem como base a destruição da identidade negra. Sendo assim, o negro, com sua identidade esfacelada, é obrigado a internalizar um ideal de ego branco. A brancura como ideal se torna humanamente impossível, psíquica e historicamente, e assumi-la implica a negação de sua condição própria, ou seja, desejar a branquitude é desejar a morte de seu corpo negro. Para que se construa a identidade do sujeito, é preciso que haja um investimento na imagem corporal; quando isso não acontece, há uma perseguição do/ao próprio corpo.

Na consciência do negro de que seu corpo não se encaixa na construção de identidade branca, tende a emergir a negação e o ódio a seu corpo negro. Nesse sentido, a autora formula a construção da imagem de corpo no negro como uma sobreposição do racismo (Nogueira, 2021). Enquanto ser branco é uma condição genérica, “ser negro não é uma condição genérica, é uma condição específica, é um elemento marcado, não neutro” (p. 119).

Outro aspecto trabalhado pela autora diz respeito à criança negra e ao espelho – como já vimos, a mãe ou quem exerceu os primeiros cuidados sobre a criança, cumprindo a função materna, é quem dirige os primeiros olhares para que a criança se reconheça. O que Nogueira (2021) propõe é que, na criança negra, a experiência virá acompanhada, simultaneamente, por fascínio e repulsa à imagem que o espelho virtualmente oferece. É uma dualidade que emerge, por exemplo, na experiência da mãe que ama seu bebê, porém nega o que a pele negra representa simbolicamente.

Retomando os depoimentos-denúncias do estudo de Souza (1983), observa-se que o negro faz um grande esforço para ser o melhor, ser suficiente e útil em algo, pois essa seria a forma de minimizar ou compensar o ‘defeito’ de ter sua pele negra. Contudo, na busca de ser aceito, que vem desde sua constituição, todo e qualquer esforço é sempre insuficiente para lhe

garantir qualquer êxito. Os ideais do negro, por serem os ideais dominantes do branco, são impossíveis de serem atingidos, posto que ser branco é da ordem do impossível.

A relação persecutória envolve, de acordo com as proposições de Sami-Ali, a vivência de uma alternância entre perder e recuperar a sensação de ter um corpo. Com o corpo negro, esse processo é confuso, pois “ser sujeito no outro significa não ser o real do seu próprio corpo, que deve ser negado para que se possa ser o outro”, estabelecendo-se aí uma confusão entre o real e o imaginário. Nesse processo de despersonalização, o sujeito se paralisa e se coloca à mercê do outro (Nogueira, 2021).

O último aspecto levantado pela autora articula-se com o processo de despersonalização levado às últimas consequências, implicando a perda do simbólico. Nesse sentido, Nogueira (2021) explica que “no negro, a vergonha de si, desencadeada pelo insulto, reencontra a marca da imperfeição a que, desde sempre, seu próprio corpo esteve associado” (p. 130). Como efeito, os atos autodestrutivos surgem como uma tentativa de simbolizar, podendo “significar, para ele, a eliminação daquilo que exclui seu próprio corpo, sua própria condição de sujeito” (p. 131).

O modelo de identificação normativo-estruturante de brancura leva os negros, frente às vivências cotidianas, a apresentarem sentimento de culpa, inferioridade, inseguranças e angústias (Souza, 1983). Diante disso, a punição, a autodepreciação, a autodesvalorização se revelam em atos autodirigidos por não cumprirem as expectativas impostas a si mesmos, outrora construídas. Dessas condições vivenciadas pelo negro podem emergir, quase que como efeito, a depressão, atitudes fóbicas, a loucura, conforme se atesta, muitas vezes, na clínica em serviços públicos de saúde, com esses sujeitos. Além disso, o ato suicida também pode emergir como precipitação da morte e uma anulação da própria existência diante de um discurso que reforça o apagamento e a invisibilidade do corpo negro.

No caso Mar, era recorrente, em suas queixas, o sentimento constante de tristeza, uma tendência ao isolamento e a não se expor em público, bem como pensamentos de suicídio. Para além de uma interpretação universalizante sobre comportamentos comuns à adolescência, cabe refletirmos nos fatores que podem contribuir com essa sintomática e inibições. Essa adolescente apresenta uma condição própria ao sofrimento psíquico do negro que sente na pele os efeitos provocados pelo racismo.

A adolescente diz de um incômodo diante do olhar do Outro dirigido ao seu corpo, muito possivelmente dizendo respeito ao próprio olhar sobre si, ao dizer, por exemplo, “*meu corpo é estranho*”. Souza (2021) nos faz lembrar que o estranho inquietante ocorre quando o que deveria ter ficado oculto retorna, causando um pavor pela estranheza do que parecia tão

familiar. O que retorna para Mar a partir do olhar do outro/Outro? A pele negra? A lembrança de um ideal de eu inacessível? Embora não tenha relatado sobre situações diretas de racismo, a relação do negro no dia a dia, com o meio social, é carregada de ameaças que lhe chegam via racismo, e isso é aterrorizante.

Guerra (2020) analisa que, uma vez vivenciada uma percepção traumática da cor da pele negra, o negro tem a própria integridade narcísica comprometida. Assim, diante de um cotidiano carregado de um preconceito velado, essa percepção pode retornar a partir de três maneiras, ou mecanismos:

ora vivida como não inscrição, forclusão, retornando pela via da pulsão de morte nos sentimentos de despersonalização e alucinação negativos, ora como recusa, desmentido, vivenciada de maneira ambivalente como fetiche de branquitude, ora como recalçamento, retomando de maneira sintomática pela culpa, pela configuração de problemas narcísicos, e pela formação de sintomas do sofrimento psíquico no corpo negro (p. 10).

Vale mencionar que o adolescente/jovem negro no Brasil é visto como marginal e delinquente, corpos sem valor... “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, já cantava Elsa Soares. “É em sua corporeidade que o negro é atingido. É na condição de personalidade concreta que ele é linchado. É na condição de ser presente que ele é perigoso” (Fanon, 2020. p. 117).

Mar não conseguia dizer o que tanto lhe incomodava ao ser olhada, mas ao colocar uma foto de uma adolescente branca no lugar de sua própria foto de perfil, mostra-nos que algo que toca a cor da sua pele estava em jogo. Isso não é algo que deve também ser escutado pelo analista? “*as pessoas ficam olhando para mim...para o meu corpo*”. É importante lembrar como o praticante da psicanálise e profissionais de saúde que atendem ao público preto, em sua grande maioria em serviço públicos, devem estar atentos ao que se diz nas entrelinhas para além do que é falado, do que é dito implicitamente, atentando-se à maneira com que o discurso estruturalmente racista afeta aquele corpo física e psiquicamente. É apenas por essa via, assim consideramos, que algo que contribui como condição adoecedora desses sujeitos pode ser compreendida em sua complexidade e tratada.

Após toda essa explanação e articulação teórico-clínica com autores que ofereceram as primeiras e pertinentes compreensões para entendermos os efeitos psíquicos e emocionais da hegemonia branca, uma questão se impõe: não há saída para o racismo? Diante das marcas por ele causadas, o que resta é um sujeito que adoece, sofre e paralisa frente à vida? Acreditamos

que sim, existem outras formas e caminhos possíveis. É necessário mencionar que hoje há uma multiplicidade de ideias, com uma militância que luta e resiste, buscando sempre a construção de novos lugares e de outros discursos com relação ao sujeito preto.

Atualmente, tem-se falado bastante em empoderamento preto, que vai desde o mercado do consumo, que passa a produzir materiais como cosméticos a fraldas para bebês pretos – indicando que esses sujeitos existem e podem consumir – à garantia cada vez mais efetiva de direitos. Isso nos leva a constatar que, se a hegemonia é branca, o ideal não é mais o mesmo para uma quantidade significativa da população. O que vemos hoje são novas possibilidades do povo preto existir, que encontra um olhar mais respeitoso e tolerante do outro, e preservam ideais de acordo com suas crenças, cultura, religião e tradições.

O movimento negro visa conquistas que promovem cada vez mais a igualdade social e a garantia dos direitos civis do negro. No Brasil, por exemplo, essa luta resultou na Lei 12.711/12, que prevê a reserva de 50% das vagas em cursos de universidades e institutos federais para estudantes de escola pública e estudantes que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, e a Lei 12.990/14, que prevê a reserva de 20% das vagas ofertadas em editais de concursos públicos federais para pretos, pardos e indígenas. Além disso, foi sancionada a Lei 7.716/89, conhecida como Lei Caó, que prevê a prisão por crime de discriminação racial.

Nas produções artísticas e literárias, destacam-se a música de artistas pretos, os livros de homens e mulheres pretas, com características bem próprias, que denunciam todo abuso e violência vivenciados cotidianamente. Essas produções permitem, além de denunciar o racismo, recontar a história, a partir das vozes de pessoas negras, como é o caso da “Escrivência” da grande escritora mineira Conceição Evaristo. O sujeito preto está ganhando cada vez mais espaço e protagonismo como pessoas que vivem e narram suas próprias histórias. Assim como essa dissertação é uma aposta na escrita como uma saída possível, apostamos também que hoje, cada vez mais, as saídas estão sendo encontradas pelos negros tanto em nível coletivo quanto individual.

Fanon (2020) propõe que a posição do psicanalista deve ser a de dar o suporte para que o paciente tome consciência da possibilidade que ele tem de existir e “colocá-lo em condições de escolher a ação (ou passividade) diante da verdadeira fonte conflitual – isto é, diante das estruturas sociais” (p. 114). Ao pensarmos na sociedade brasileira, vale refletirmos sobre a posição do analista em sua prática clínica, que ainda precisa despertar para a escuta de quanto dói no corpo o preconceito e o racismo.

O corpo negro da adolescente Mar, o seu cabelo, ora trançado, ora cacheado, seus lábios grossos, seus sintomas, história e dificuldades, refletem e nos contam de uma estrutura

discursiva que preexiste a ela, e que nela deixa marcas subjetivas. Um corpo que se esconde, que sente estranhamento, que se esquia do olhar do Outro, um corpo que é recusado quando Mar escolhe fazer uma postagem com uma foto de um corpo branco refletido no espelho.

Um corpo negro que, para além das repercussões subjetivas do fato de Mar ser preta, apresenta uma marca limitadora, a deficiência. Ao retomar mais uma vez a postagem da adolescente, com a foto do corpo branco e sem deficiência, atentamo-nos, também, a esse ponto. A deficiência física é uma especificidade que também lhe confere um lugar na sociedade, mas de que maneira Mar se localiza diante dela? É o que veremos a seguir.

3.2 Adolescência e Deficiência Física

A adolescente Mar se nomeia uma Pessoa com Deficiência (PCD); a nomeação foi um item escolhido para compor sua bio no perfil público no *Instagram*. O uso do significante dado pela cultura é pego para si. Será que tal posicionamento poderia indicar o atravessamento de uma questão que, principalmente na adolescência, pode ser um impasse, não se assumir um corpo com deficiência nem para si nem para o outro? Nas redes sociais, em que cada um pode fazer um recorte de sua imagem, a adolescente decide apresentar-se pela sua diferença, e se mostra inserindo “PCD” em um lugar destinado a incluir suas informações mais relevantes. Mar tem um corpo com deficiência física, o que deixa bem claro para os que têm acesso ao seu perfil público.

A deficiência pode ser apreendida a partir de alguns enfoques. O mais comum, para esse estudo um tanto simplista, é o biomédico, que mantém o foco nas limitações funcionais decorrentes da deficiência e onde o propósito do tratamento é a reparação/reabilitação do corpo. Outro enfoque é o modelo social, segundo o qual a deficiência é concebida como um efeito das interações pessoais, ambientais e sociais. Assim, “as experiências de opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência não estão na lesão corporal, mas na estrutura social incapaz de responder à diversidade, à variação corporal humana” (Mello & Nuernberg, 2012, p. 638).

Mello e Nuernberg (2012) comentam, em um dos seus estudos sobre gênero e deficiência, o quanto o modelo social é o pilar dos estudos sobre deficiência, pois contribuiu com os primeiros passos para se pensar a pessoa com deficiência enquanto um sujeito de direito e não apenas como objeto de intervenções clínicas e de assistencialismo. Embora ambos os modelos concordem que a lesão seja da alçada de cuidados médicos, o modelo social coloca em questão o fato de que a deficiência não abrange somente uma dimensão orgânica.

Nessa direção, para pensar o corpo de Mar, retomamos a noção de corpo abjeto trabalhada por Butler, mencionada no início deste capítulo. Porchat (2015) comenta que,

embora Butler tenha inúmeros embates e críticas em relação à teoria psicanalítica acerca dos conceitos de diferença sexual, o simbólico de Lacan dentre outras, encontra proximidade com ela “na potência daquilo que emana do corpo como condição para transformação social” (p. 41). Além de trazer debates que dizem respeito às questões de gênero e à vulnerabilidade de pessoas transgêneros, intersexuais, travetis e transexuais, Butler entende “que gênero e deficiência convergem em várias maneiras, mas principalmente ambos nos fazem repensar o que o corpo pode fazer” (Porchat, 2015, p. 41). Essa ideia é um ponto fundamental nas proposições de Butler, que questiona constantemente os padrões de normatização sociais.

Como relatamos, Mar “*passou da hora de nascer*”, teve insuficiência de oxigênio no cérebro; as sequelas neurológicas foram inevitáveis. Com comprometimento na fala e atrofia dos membros tanto superiores quanto inferiores, a adolescente faz uso de uma cadeira de rodas manual comum, em uma cidade interiorana que ainda precisa avançar quando o assunto é acessibilidade, assim como inúmeras outras. Era necessário que alguém sempre a levasse para a escola, que também não era acessivelmente projetada. Aqui, já visualizamos alguns dos impasses concretos no ambiente em que essa adolescente tenta circular e que, por não ser acessível, apresenta-se como uma denúncia de que seu corpo é abjeto, um corpo que “não importa” para a sociedade.

No documentário *Examined life*, produzido por Astra Taylor (2008), bastante difundido para se pensar as ideias trazidas por Butler, as vivências e conhecimentos de Sunaura Taylor sobre ser uma pessoa com deficiência, deparamo-nos com diversas provocações e falas inquietantes. A primeira que gostaríamos de destacar é a fala de Sunaura, quando diz que o acesso físico leva a um acesso social, a uma aceitação. Ela diz da importância de um percurso a ser seguido, que logo nos levanta questões para pensar a respeito do Caso Mar: como facilitar, primeiramente, o acesso físico de Mar? Além da acessibilidade nos ambientes para que tenha o direito de circular pela cidade, não deveria ela ter uma cadeira de rodas motorizada, por exemplo? Por que não tem? Que outras vulnerabilidades estão envolvidas neste caso?

A segunda indagação, que escolhemos frisar, é trazida por Butler para Sunaura, quando questiona se ela se sente livre, se sente que pode mover-se para qualquer lugar que quiser. Aqui, a discussão se abre novamente para a questão: “o que pode um corpo?”. E acrescentamos mais: qual seria o potencial de um corpo com deficiência se o ideal de normalização não fizesse com que seja desconfortável para essas pessoas agirem como podem agir?

“*As pessoas ficam olhando para mim...para meu corpo*”, esta fala revela o desconforto sentido pela adolescente ao pegar uma fila no banco, um ambiente de grande movimentação pública onde muitos olhares se voltam para ela. Se as pessoas na rua não se deparam facilmente

com pessoas com deficiência, elas não visualizam que aqueles corpos existem, que existem diversas maneiras de um corpo se expressar, que, às vezes, aquele corpo com deficiência pode fazer, só que de outra maneira e a seu modo, o que outros corpos que se encontram dentro do padrão normativo fazem. Ser uma adolescente com deficiência parece colocar Mar em uma via dupla de aceitação no social: uma em que lida desde a infância (a deficiência) marcada por uma opressão social, e outra que brota da condição de ser adolescente, momento da vida em que ser aceito é quase uma necessidade.

Já para a psicanálise, Freud e Lacan não fizeram menção especificamente à deficiência, seja ela física, seja de qualquer outro tipo. Embora a psicanálise não priorize falar necessariamente sobre “A deficiência”, isso não é indicativo para recuarmos frente aos sujeitos que apresentam essa condição. O tratamento com essas pessoas vai exigir do psicanalista uma estratégia clínica específica, já que a aproximação da psicanálise com a deficiência se dá de uma maneira muito particular (Brauer, 1998). Vejamos.

Para a psicanálise, o sujeito de que se trata é o sujeito do inconsciente, constituído a partir do discurso do Outro, dos significantes que se inscrevem e marcam o corpo desse sujeito. O inconsciente é articulado, existe uma posição que o sujeito ocupa frente à linguagem. Há significantes que marcam ou não cada sujeito, e é nesse sentido que a psicanálise vai trabalhar a deficiência, considerando os efeitos que o significante imprimiu, dependendo da época e do contexto familiar, sobre cada sujeito, no um a um de cada caso (Brauer, 1998).

Nesse sentido, Brauer (1998) comenta que, para além da deficiência física, o sujeito pode se identificar com o significante “deficiente”, e subjetivamente isso representar algo para a pessoa a ponto de ela se mostrar deficiente em outros aspectos da vida que não condizem com a deficiência real. Essa será sua posição inconsciente, construída de modo ficcional, é disso que se trata na psicanálise. Esclarecido esse ponto, vamos às considerações de uma psicanalista pioneira a teorizar sobre a clínica com crianças que apresentavam deficiência mental, é o que nos dará algum subsídio para avançarmos na investigação.

Em seu trabalho clínico com crianças com deficiência e psicóticas em instituições, Manonni (1964) comenta como os pais da criança, que desde o nascimento recebe um diagnóstico e é considerada doente, vão enfrentar dificuldades: por precisarem se envolver em mais cuidados médicos para que se preserve a saúde do filho/a; pela inércia ou indiferença social; pelo fato de a criança desejada imaginariamente não condizer, de uma forma mais radical, com a criança da realidade. Na melhor das hipóteses, o *infans* – com algum tipo, ou não, de deficiência – não irá preencher os critérios do plano fantasmático que os pais possuem

dela. Inclusive, é importante que a criança não ocupe totalmente o lugar que lhe foi designado na fantasia, para que possa se constituir sujeito para além do ideal dos pais.

Como vimos, a teoria freudiana nos esclarece o quanto uma criança vem, de alguma maneira, restituir o narcisismo perdido dos pais. O nascimento de um filho para uma mãe, geralmente, vem fazer com que ela revise sonhos perdidos de sua própria infância, vazios ou aspectos de sua história considerados deficientes, que ela visa preencher ou reparar com esse filho. É uma imagem fantasmática que, sem dúvida, sobrepõe-se à pessoa real do filho (Manonni, 1964). Portanto, quando se trata de uma criança deficiente, a queda da fantasia parece ser um choque ainda maior para a mãe.

Ao se deparar com um corpo adoentado ou com limitações, a mãe pode reviver todos os traumatismos e insatisfações anteriores, o que, a nível simbólico, pode comprometer a resolução que a mãe daria com relação a sua castração (Manonni, 1964). Todo esse enredo irá dizer de lugares que a criança poderá ocupar no desejo materno, de modo que tanto mãe quanto criança serão marcadas a nível psíquico por esses efeitos. Entretanto, no momento, o que se faz interessante para nossa investigação é questionar: para o sujeito adolescente com deficiência, como repercute essa marca?

Ao entrar na puberdade, a pessoa com deficiência, a exemplo de Mar, vê-se ainda a precisar que os pais exerçam os cuidados, situação que dificulta o processo de separação das figuras parentais. Rebelar-se é constitutivo para o adolescente, ele precisa questionar e declinar a autoridade paterna para que esse corpo adolescente se separe dos desejos que os pais tinham em relação ao seu corpo infantil que não existe mais. Como rebelar-se daqueles de quem ainda se precisa de ajuda tão intensamente? No caso de pessoas com deficiência, é comum que mãe e criança permaneçam coladas na mesma cena fantasmática de cuidados prestados, embora muitos adolescentes com deficiência já se posicionem de outro lugar, com comportamentos e discursos que indicam uma maior autonomia e separação dos pais.

Em um tempo que já indicava uma separação psíquica da mãe, Mar chega a relatar sua dificuldade em frequentar a praça da cidade e passear, por exemplo. Para ir aos atendimentos, ela também precisava de um carro que a levasse, alguém que a retirasse do carro, já que a mãe também não tinha mais força para suportar seu corpo agora adolescente, e que direcionasse sua cadeira de rodas. Refletia sobre ir morar sozinha, fazer faculdade, trabalhar e chegou a me perguntar sobre hospitais de reabilitação na região com profissionais que pudessem ajudá-la. Esses desejos revelam o sujeito do inconsciente muito além de, mas não sem, sua condição física.

Ser cuidador parece ser o único lugar socialmente aceitável aos pais de pessoas com deficiência, enquanto aos filhos é reservado o lugar de ser cuidado. Todavia, para além de ser cuidado, ser escutado tanto pelos pais quanto pelos profissionais de saúde que trabalham em instituições que atendem esses sujeitos adolescentes com deficiência, vem a ser a conduta preferível apontada por esses adolescentes. Por vezes, há críticas e incômodos com os pais que “não assistiram suficientemente seus filhos deficientes”; nesses casos, a linha entre abandono e deixar com que se lancem no mundo é bem tênue.

O lugar de objeto precisa cair para que a criança possa crescer e, na relação com os pais, deslocar-se desse lugar talvez demande um pouco mais de trabalho. Apesar das limitações e comprometimentos, o corpo do adolescente com deficiência é um corpo que deseja. Deseja ser incluído em algum grupo formado por pares, corpo que quer falar de sexualidade e experimentar o sexo, que se excita e quer excitar o outro, que quer escolher uma profissão, trabalhar, casar, ter filhos, construir família ou escolher não construir. Um corpo que foi feito para estar no mundo a seu modo possível e sempre singular. É o que aponta o resultado da pesquisa realizada por Vieira e Alvez (2000), acerca de uma intervenção psicoterápica com um grupo de adolescentes com deficiência física em uma instituição de reabilitação.

Em um estudo mais recente de Mota *et.al* (2022), embora os adolescentes relatem o preconceito e a discriminação por parte da sociedade e as dificuldades que enfrentam em decorrência da deficiência física, também foi possível visualizar o quanto estão dispostos a traçar caminhos para o futuro, falam de sonhos e expectativas de vida.

No caso que estamos articulando, ao ser questionada sobre a causa de sua condição de deficiência física, Mar diz que “*passou da hora de nascer*”, foi o que lhe disseram. É visto que dependia da mãe para levá-la às sessões, de terceiros que a retirassem do carro, já que seus braços e pernas eram atrofiados, o que pressupõe que precisaria da mãe para realizar sua higiene pessoal. Como é para essa adolescente ver sua mãe tocar em seu sexo agora coberto por pelos? Como sair para ter um encontro com um parceiro ou uma parceira?

A despeito disso, a adolescente reivindica um outro lugar, para além dos socialmente aceitáveis para uma pessoa com deficiência, quando diz “*querer ser tratada como mulher e não como uma criança*”, quando relata sobre sua sexualidade e seu interesse bissexual, quando expressa seu desejo de “*ir para a faculdade fazer o curso de licenciatura em letras*”. Essa é a posição que ela assume enquanto sujeito no mundo, uma adolescente que, pelo visto, encontra em cada desejo um momento para nascer.

Diante desse desejo da adolescente, cabe-nos avançar nessa questão de ter um corpo com deficiência, pois, embora desejar seja fundante para o movimento do sujeito na vida, não

implica necessariamente em ter as condições, possibilidades e oportunidades ao seu dispor. A adolescente chega a relatar que, por residir no interior de um município e ter apenas sua mãe para realizar seus cuidados (de higiene, empurrar a cadeira de rodas), deslocar-se para uma cidade com universidade e residir sozinha, por exemplo, encontra seus inúmeros pontos de limitação, assim como a necessidade de ir para uma capital do país em busca de um hospital e profissionais de referência em reabilitação para reduzir a atrofia muscular, esbarrou desde sempre numa limitação.

Mar, que carrega em seu corpo a marca de ser uma pessoa negra e com deficiência, no início de sua puberdade, passou a uma prática/recurso comum entre adolescentes, o ato de cortar-se, uma escrita que coloca o corpo em cena. É também a partir dessa experiência que a adolescente escreve em seus textos.

3.3 O Ato de Cortar-se no Corpo Adolescente



“O ato de cortar-se” é um termo proposto por Venosa (2015), em sua pesquisa de mestrado, na qual faz uma extensa e pertinente explanação metapsicológica a respeito da escolha por seu uso. A partir de um ponto de vista tópico, dinâmico e econômico, destaca que a nomeação “o ato de cortar-se” diz de um fenômeno que segue o modelo de um funcionamento psíquico. Neste trabalho, a autora esclarece também as diferenças com termos similares como autolesão, automutilação, escarificação, dentre outros cunhados da psiquiatria e da antropologia, para descrever os arranhões, marcas, queimaduras e incisões praticadas sem intenção suicida deliberada.

Para fins do que nos propomos a discutir nesta pesquisa, a nomenclatura “ato de cortar-se” se faz relevante porque indica um *ato* realizado por um *sujeito*, ou seja, supõe um sujeito que realiza uma ação em seu próprio corpo. De acordo com Venosa (2015), quando nos referimos a sujeito, estamos falando de um conceito da psicanálise que diz de um sujeito dividido pela linguagem, um sujeito falante. O ato de cortar-se acaba por nos indicar um sujeito que não falou, mas agiu.

“O ato de cortar-se” tem sido cada vez mais alvo de estudos, já que há um aumento dos casos que, em sua grande maioria, surgem na adolescência. Inclusive, Mar relata seus primeiros episódios aos doze anos de idade. Percebe-se que “o ato de cortar-se” apresenta-se de forma complexa e multifacetada, assumindo diferentes funções para diferentes sujeitos (Araújo, 2019). O que podemos afirmar, a princípio, é que cortar-se diz respeito a um dos usos que o sujeito faz do seu corpo.

O fenômeno cada vez mais presente na adolescência é tratado com grande alarde ou parece ter se tornado o principal sinal de patologia para mobilização de pais e de profissionais que trabalham com adolescentes. Mas, consideramos essa uma leitura muito vaga diante da complexidade que pode ser, para os jovens, escarificar seu corpo, esporádica ou continuamente; afinal, tatuagens, piercings, implantes, furos, cortes são exemplos de como, na adolescência, o corpo é posto em ato. Diante dos impasses vivenciados, por vezes, é o próprio corpo adolescente que é marcado, e o ato de cortar-se aparece, em alguns casos, como uma tentativa de localizar e simbolizar o impossível de escrever.

Costa (2002) contribui significativamente com a discussão do tema, ao comentar que as marcas corporais, a exemplo das tatuagens, podem ter seu surgimento ligado à necessidade de produzir traços no real, e acrescenta uma dupla função dessa marca: coletivizar e singularizar. A autora afirma que as marcas corporais são uma maneira de fazer borda, servindo como um recurso que constitui a nossa relação com o ambiente, com o outro e com a realidade. Diante da perda de referenciais que acontecem na adolescência, a “reconstituição das bordas corporais é o que dá suporte à circulação do nosso corpo, para nos sentirmos representados, amparados e tendo algum lugar” (p. 15).

Jucá e Vorcaro (2018) se propuseram a realizar uma reflexão teórica acerca da experiência clínica com adolescentes atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial à Infância e à Adolescência (CAPSi), que chegaram à instituição, em sua grande maioria, em decorrência de automutilação e tentativa de suicídio. As autoras observaram que os atos se apresentavam em três situações: quando o adolescente aparecia como objeto de gozo mortífero; perante a inconstância do Outro prestativo; e quando não era possível formular de outro modo

a questão do significado e do valor de si para o Outro. A leitura defendida é de que os atos na adolescência constituem um apelo diante dos impasses vivenciados na busca de novos modos de se inscrever no campo social.

Retomando o percurso que foi introduzido no capítulo dois, a respeito do agir e do ato adolescente, Lacadeé (2010) propõe a tese de que a dita crise da adolescência é uma “crise da linguagem” ou uma “crise da língua articulada”. De acordo com ele, o adolescente tem o trabalho de adotar uma nova forma de dizer as sensações inéditas que lhe atravessam; assim, o corpo vivo do adolescente moderno possui uma relação com a língua articulada; isto explica a questão do ato, uma vez que o ato surge quando o sujeito esbarra no impossível de articular seu ser com a língua do Outro.

Nesse sentido, o corpo adolescente se torna o lugar de um sofrimento estranho e opaco, que pode conduzir ao pior de uma passagem ao ato. Nesse momento lógico, Lacadeé (2010) destaca o surgimento de um novo objeto, o sexual, “que é dado, até mesmo exigido, o que se reflete ‘no nó do corpo à língua’” (p. 33). Diante dessa lógica, a adolescência apresenta duas facetas: a metafórica – por ser a substituição de um significante por outro – e a metonímica – em razão do objeto da pulsão sexual, “que faz efração no real exigindo do sujeito, de forma superegóica, sempre mais satisfação, um mais de gozar” (p. 33), nomeado por Lacan como objeto *a*.

Uma vez que entendemos que o ato muda a posição do sujeito no discurso, Lacadeé (2010) menciona que se trata de saber qual o preço que o adolescente está disposto a pagar para superar essa etapa arriscada, que consiste em passagens ao ato que transformam radicalmente seu corpo em sexuado, coloca-o frente ao encontro com o desejo sexual, e a uma separação mais radical dos pais. Diante do real, é um furo que agora se escancara. Sendo o objeto *a* o que resta desse real inassimilável pela função simbólica, Lacadeé (2010) o situa como a causa dos sofrimentos atuais dos adolescentes, pois estão em ligação direta com a pulsão. O autor justifica essa afirmação discorrendo que o objeto *a* é, paradoxalmente, tanto causa de desejo quanto mais de gozar e, portanto, pode exigir “sempre mais liberdade, a *liberdade livre*, mais direito para viver a *verdadeira vida*, totalmente cativado à assunção de riscos imperativos, pode ser igualmente aquele que fará a miséria do sujeito, em nome de uma vontade obscura para poder gozar ainda mais a vida” (p. 35)

Ainda a esse respeito, o autor comenta:

Aliás, Lacan não definia a puberdade como o tempo lógico “função de um vínculo a ser estabelecido na maturação do objeto *a*”? No vínculo a estabelecer, o adolescente pode fazer a escolha insondável de curto-circuitá-lo, o que o precipita então na encenação

organizada do *acting-out*, indo da maneira particular de se vestir, às condutas adictas em direção à precipitação da passagem ao ato. Se a dimensão do ato é tão importante nas patologias do adolescente é porque o ato é uma tentativa de inscrever, nas crises de identidade que se fazem crises de desejo, a parte de real ligada ao objeto *a* (p. 36-37).

A busca central da adolescência é encontrar um lugar, um nome de gozo para o gozo destruidor que surge na puberdade. Na tese de Siqueira (2013), trabalhada a partir da leitura clínica do caso Paco, um jovem de 20 anos que se submete a diversas alterações corporais, dentre elas as escarificações, a autora conduz o debate em torno da nomeação e das marcas corporais que ancoram o ser desse sujeito como uma tentativa de resposta diante do excesso traumático que foi, para ele, o encontro com um gozo sem ordenamento fálico.

Embora o estudo se trate de um sujeito psicótico, a nomeação e sua relação com as marcas corporais, além de contribuir para avançar no debate sobre a clínica do gozo, leva-nos a refletir também sobre a clínica com o sujeito adolescente. Para Siqueira (2013), reconhecer o nome a que responde o gozo, para saber o que fazer com ele, é essencial no reordenamento da economia de gozo. Nesse sentido, podemos verificar como algumas passagens ao ato são uma tentativa inconsciente do adolescente de se identificar ao objeto *a*, ao mesmo tempo em que o sujeito pode se dar um nome de gozo como, por exemplo, nomear-se “delinquente”, “toxicômano”, “drogado”.

Ao abordarmos as escarificações no corpo do sujeito adolescente, destacamos uma pesquisa realizada por Nascimento (2019), que visou problematizar as autolesões em adolescentes do sexo feminino e o uso do corpo. Nela, foi percebido, por meio dos discursos postados na *internet*, que tanto é um recurso para expressar angústia, descontentamento e reivindicações, como revelam que as escarificações funcionam, diante do furo no real, fora de sentido, como uma tentativa de dizer e/ou encontrar uma solução para o que não se consegue verbalizar, uma maneira de dar contorno ao indizível, fazer borda nesse corpo.

Nascimento (2019) situa o lugar das escarificações como essa borda que tenta dar limite e fazer fronteira corporal, bem como o que emerge quando o sujeito se ausenta de seu corpo para dar lugar ao ato. A autora comenta como essa perspectiva possibilita representar o corpo de forma coletiva – por conferir lugar de identidade – e singular – por capturar o olhar do Outro. Quando a escarificação aparece enquanto um sintoma endereçado ao Outro, na forma de *acting-out*, demanda um saber ler, porém não é para todos. Há atos que ultrapassam o laço entre significante e corpo. Lacadeé (2010) afirma:

Para alguns, o sintoma opera um laço entre o significante e o corpo, porém, para outros, a passagem ao ato ou uma prática de ruptura condenam o sujeito a perambular, longe de toda inscrição significante ancorada no campo do Outro. O ato serve, então, às vezes de forma paradoxal, de saída do impasse da relação com o Outro, o que se experimenta como um impossível de dizer. Este ato que concentra a preocupação de autenticidade do adolescente visa também a denúncia do mundo dos semblantes que o cerca (p. 43).

Nos atos frente ao desejo do Outro, o sujeito tenta se separar dele (Lacadeé, 2010) e inscrever os limites que não consegue mais receber do Outro. Retomamos novamente a pergunta de Douville (2002), a respeito dos adolescentes, “como, então, marcar um ato (e não passar ao ato)?” Cabe a nós, psicanalistas e profissionais de saúde, produzir outros modos de responder, sem reduzir os atos e agires adolescentes a perturbações de comportamentos. Cada ato adolescente porta um dizer singular e (pede) uma leitura inédita frente ao novo que irrompe. Lacadeé (2010) contribui com uma direção possível quando comenta que o espaço oferecido aos adolescentes que recebemos convoca a liberdade da palavra, favorecendo que o sujeito encontre uma via do novo no dizer. Ele acrescenta que cabe aos profissionais entenderem o que faz o adolescente agir para ajudá-lo a encontrar um lugar para onde endereçar seu sofrimento. O que se encontra em jogo é um lugar para que o adolescente, uma vez que rejeita a fórmula do Outro, possa “elaborar sua própria fórmula” (p.45), e “a psicanálise, para apoiar a maturação, deve oferecer o laço e o lugar de livre associação para tradução possível” (p. 45).

A leitura do caso Mar, feita a partir dos pressupostos realizados por Venosa (2015), é interessante, uma vez que se trata de uma adolescente com deficiência física, com comprometimento na fala e membros superiores atrofiados. É quase como se essa adolescente estivesse nos dizendo, “eu tenho capacidade de me cortar” ou “eu uso o meu corpo e não apenas meu corpo é usado pelo outro”. Ao interpretarmos esse ato de Mar, estamos trazendo novamente para cena tanto aspectos que precisam ser pensados a partir das especificidades presentes nesse caso, quanto a autonomia e protagonismo dessa adolescente, inferindo que se cortar é apropriar-se do próprio corpo.

Na pesquisa realizada por Araújo (2019), intituladas “*cortes que viram cartas*”, um de seus ensaios se propõe a discutir a automutilação em ambientes de privação de liberdade, a partir da experiência de adolescentes infratores cumprindo medidas socioeducativas de internação. Os relatos dos adolescentes entrevistados mostram que a função da automutilação nesses ambientes serve para alívio da angústia, para lidar com o tédio diante do confinamento, superar a distância do grupo familiar, como pedido de ajuda, “grito de socorro”, sendo o corte

uma maneira de se sentir livre. A autora também aponta como é comum os profissionais quererem impedir que ocorra a automutilação, em uma tentativa, de certo modo, de controle do corpo adolescente.

Outro aspecto debatido no estudo que vale ressaltar refere-se aos efeitos de “contágio” e à identificação entre alguns adolescentes, que podem se sentir impelidos a experimentar a automutilação ao serem expostos ao estímulo (Araújo, 2019). Recordo-me de uma adolescente atendida no CAPS I relatando que quis se automutilar porque “viu a amiga fazer”, e queria “tanto saber como era a sensação”, quanto queria demonstrar “apoio à dor da amiga”. Seja lá para o que fosse, para essa adolescente, automutilar-se parecia uma espécie de empatia, porém na hora do ato não conseguiu fazê-lo.

O pequeno recorte confirma o que já foi apontado por Araújo (2019, no sentido de que, embora os adolescentes falem abertamente da vontade ou de terem experimentado após verem outros fazerem, o fator contágio parece não estar relacionado quando se trata de um automutilador repetitivo e com diversos episódios, pois algumas características individuais e subjetivas entram em jogo nessa forma de lidar com o sofrimento. Imitar e experimentar a automutilação não deve ser lido, necessariamente, como um aspecto de adoecimento, por ser mais comum em ambientes com adolescentes. Vale considerar como algo próprio da adolescência, uma maior necessidade de identificação e de se fazer pertencente a outros grupos, nessa constante busca por se desligar dos pais e se orientar para o mundo.

Araújo (2019) destaca que o trabalho dos profissionais que atuam em medidas socioeducativas é provocar os adolescentes a pensarem sobre o que eles desejam, em uma espécie de travessia, por meio da qual a equipe irá ajudá-los a perceberem que eles podem escolher e desejar, visto que o desejo orienta e dá movimento à vida. Diríamos que essa proposta serve como uma bússola em toda e qualquer intervenção com adolescentes. Como já dito, diante dos atos adolescentes, como a automutilação, oferecer um espaço de fala é fundamental. A escrita no corpo pode encontrar outras saídas? Como problematiza Araújo (2019), a autolesão seria de fato uma escrita, ou seria uma possibilidade de se transformar em escrita, a partir do momento em que for endereçada a um outro?

Aos doze anos, Mar relata ter feito seus primeiros cortes, nesse momento tão inicial da puberdade carregada de mudanças corporais. Os cortes pareciam querer dizer do que era sentido, mas ainda se encontrava difícil de ser posto por meio das palavras. Aos quinze anos, uma professora lhe presenteia com um caderno para que expressasse o que sentia por meio da escrita. A partir do caso, o que podemos visualizar é que, com o recurso da escrita, no papel ou

aquela endereçada ao leitor no *Instagram*, a adolescente reduziu, gradativamente, os episódios de angústia que encontravam nos cortes na pele uma saída.

Possivelmente, o encontro com a professora, o caderno como um presente-asa para que ela pudesse transformar sua escrita em voo, tiveram sua função. Se toda carta chega ao seu destinatário, a aposta é feita na torção de que os cortes podem virar cartas, no caso de Mar e todo seu trajeto percorrido, seus cortes viraram, primeiramente, um investimento na escrita do diário, e trocas escritas com a analista pelo *WhatsApp*. Logo em seguida, a perda do seu caderno e o vazio que fica, as angústias parecem se transformar e/ou se expressar em seus textos no *Instagram*. Se cortes viram cartas, a escrita é sua saída possível.

Capítulo 4: A Escrita, uma Invenção Singular

A escrita na adolescência se faz presente por meio dos diários íntimos, dos *blogs* ou *sites* na *internet*, nos corpos, em pedaços de papel e até nos muros e paredes de instituições onde muitos adolescentes e jovens se encontram privados de liberdade (Heissler & Gurski, 2020). As produções escritas, em geral endereçadas ao Outro, insistem e resistem para contar das histórias de dores, amores, desamparo, vulnerabilidades, alegrias, revoltas.

Uma vez que não é um conceito estritamente psicanalítico, a escrita pode ser abordada a partir das mais diversas concepções, como: a escrita pessoal, encontrada em cartas e diários; a escrita cartorial ou oficial de documento; a escrita literária ou ficcional (Manso & Caldas, 2013). Se é com um corpo que se escreve, como já apontou Clarice Lispector, o que escreve uma mulher com o corpo em uma cadeira de rodas?

O que vemos, a partir da escrita postada por Mar no *Instagram*, é que ela não segue uma lógica cronológica de textos escritos diariamente, como acontece quando se dispõe na escrita dos diários, nem mesmo se coloca a escrever crônicas do seu cotidiano. Outro ponto é que a própria estrutura do *Instagram* propõe que o usuário se utilize muito mais de imagens em seus *posts* e que na legenda não se delongue em textos muito extensos, já que há um limite de caracteres utilizados. Ao considerar os conteúdos, que mais se repetem nos textos escritos e postados por Mar, lemos frases curtas com imagens que também dizem respeito ao assunto postado e nos transmitem toda a potência do que a adolescente diz poeticamente.

A escrita de Mar é uma escrita carregada de sentimentos, emoções, do que nela se revela frágil ou mesmo fracassa. A adolescente escancara seus medos, amores, os que dão certo ou não, fala das diferenças encontradas nos relacionamentos e, com constância e tempo próprios, escreve sobre vida-amor-morte. Não é uma escrita de carta, embora encontre como destinatário todos os seus “seguidores”/leitores; não são textos que se caracterizam como literários, com enredo para personagens. Contudo, em seus textos, Mar nos conta da ficção singular que são seus “dramas” e “romances” adolescentes. Sua escrita se encontra muito mais localizada como uma escrita de si. Do acontecimento que é ser si mesma enquanto sujeito.

Scotti (2012), em uma articulação que toca a escrita literária entrelaçada à escrita pessoal, traz uma contribuição interessante ao falar sobre “a escrita de si”, remetendo a uma identificação absoluta e radical entre escritor e personagem. Para ele, essa concepção abrange dois sentidos. No primeiro, a escrita pode ser entendida como aquela que participa do processo de constituição do sujeito; o segundo indica que, no processo de escrita, o próprio sujeito se revela.

Nessa multiplicidade de sentidos e formas de abordar e entender a noção de escrita, vejamos de maneira bastante sintetizada como se constitui a concepção freudiana acerca do que, posteriormente, auxiliar-nos-á em uma maior apreensão do conceito de escrita para a psicanálise. Em seguida, deslizaremos da discussão teórica para a articulação com a escrita de Mar.

Desde o texto *Projeto para uma psicologia científica*, no qual Freud (1895/1996) esboça os processos envolvidos no funcionamento do aparelho psíquico – ainda que se utilizando da linguagem neurológica – entre traços e rasuras, já se visualiza um lugar para se pensar a escrita. Contudo, é em a *Interpretação dos sonhos* que Freud (1900/1996) vai apresentar o inconsciente como esse lugar de escrita, e o sonho como uma das formações que viabilizam sua leitura.

O conteúdo do sonho seria como uma “escrita pictográfica cujos caracteres têm de ser individualmente transpostos para a linguagem dos pensamentos dos sonhos” (p.188). Assim, no decorrer de todo o texto freudiano, deparamo-nos com terminologias como “o texto do sonho” (Freud, 1900/ 1996. p. 212, 214), “escritura”, “escrita”, dentre outras que apontam e dão sustentação para essa interpretação. Autoras como Rego (2005) e Sobral (2019) metaforizam o aparelho psíquico como uma própria “máquina de escrever”.

A tese de Rego (2005), intitulada “*Traço, letra e escrita na/da Psicanálise*”, dá-nos um trajeto detalhado de Freud a Lacan de como os significantes “traço”, “letra” e “escrita” foram constituindo, dentro da teoria psicanalítica, uma referência à escrita psíquica. Sobral (2019) também enfatiza a notória relação entre escrita textual e escrita psíquica desde Freud, assim como o fascínio que a Literatura tinha sobre ele. A escrita, na obra freudiana, pode ser explorada e localizada em diversos artigos metapsicológicos, como *O inconsciente* (1915), *Além do princípio do prazer* (1920), *Moisés e o monoteísmo* (1938), dentre outros (Rego, 2005; Sobral, 2019).

No texto *o Poeta e o fantasiar*, Freud (1908/2020) também aborda alguns pressupostos sobre a escrita, ao articular que a brincadeira da criança corresponde ao que na vida adulta seria o fantasiar. No brincar infantil, que a criança diferencia enfaticamente da realidade, é possível o encontro com o prazer, o desejo, as emoções e os afetos, assim como na criação poética. Quem escreve, portanto, é alguém que continua a saber-brincar com as palavras. Ainda nesse texto, Freud não nos deixa esquecer que o desejo pode ser realizado com a própria criação literária, e que a escrita também é composta por elementos das vivências recentes, mas, principalmente, por vivências infantis do poeta. Nesse momento de sua obra, Freud parece dar ênfase a uma escrita que funciona como uma via de deslocamento das dores, em uma dimensão muito mais terapêutica e a serviço do princípio do prazer.

Já no ensino lacaniano, as formalizações propostas sobre o conceito de escrita parecem emergir como operadores fundamentais que permitem o enodamento dos três registros, real, simbólico e imaginário (Pacheco & Alberti, 2012). Representados a partir do nó borromeano, na constituição psíquica, o nó é composto por três aros que se entrelaçam e permanecem conectados por meio dos pontos que os ligam. Diante de um possível fracasso no enodamento, a escrita, assim como em James Joyce, pode operar como uma suplência, uma invenção possível a cumprir a função de tentar atar/amarrar o RSI.

É claro que essa formalização não é concebida tão rapidamente, contudo, para melhor compreensão, faremos um caminho dos momentos que consideramos mais significativos das proposições lacanianas que abrangem a noção de traço, significante e letra, todos conceitos que tanto se distinguem quanto se articulam de modo sistemático para a compreensão da concepção de escrita.

4.1 O Traço, o Significante e a Letra

Durante o ensino de Lacan, o que encontramos, a princípio, são sutilezas nas distinções entre traço, significante e letra. No que diz respeito aos conceitos de significante e letra, as primeiras afirmações poderiam ser facilmente confundidas ou aplicadas umas às outras sem prejuízos. No entanto, a distinção entre esses conceitos, caros a Lacan, faz-se necessária, segundo Pontes (2005), por apresentarem um novo modelo de cientificidade, com uma gradual construção da teoria e sua matematização.

Primeiramente, vale lembrar que o conceito de significante não nasce da psicanálise, sendo retirado por Lacan do campo da linguística. Ele se utilizará das noções básicas da teoria de linguística estrutural de Saussure para construir suas próprias concepções de linguagem. Sendo assim, diverge da linguística que tem a linguagem a serviço da comunicação, enquanto na teoria lacaniana, está a serviço do inconsciente. Daí a formulação lacaniana do inconsciente estruturado como linguagem.

Na teoria lacaniana do significante, divergindo do proposto por Saussure, o destaque é dado à primazia do significante sobre o significado e separado dele; é o que, articulado em cadeia, antecipa-se ao sentido. Já a significação estaria atrelada à cadeia significante tomada em seu todo. Ao invés da significação par por par – um significante para um significado –, Lacan defende a ideia de que a significação só se torna possível após dispostas uma cadeia de significantes – efeito de retroação –, o que se dá por meio de um deslizamento do sentido na extensão da cadeia significante. Em outras palavras, enquanto todos os significantes de uma frase não forem explicitados, o significado não pode ser minimamente compreendido.

Na interpretação e comentário do conto “*a carta roubada*”, de Edgar Allan Poe, Lacan (1956/1998) explica o funcionamento do significante. Ao trabalhar com a palavra letra/carta, *la lettre* na língua francesa, toma-a como um significante que depende de um traço que o distingue, tanto na ordem da fala, quanto na ordem da escrita (Manso & Caldas, 2013). Esse é um primeiro momento do trabalho de Lacan sobre a escrita, no qual a letra/carta tem importância pelo testemunho do dizer, não pelo que diz. Assim, o sujeito que tem a letra/carta carrega consigo seu enigma: o que é que isso diz?

Em nenhum momento, Poe revela o conteúdo da carta, apenas deixa claro seu alto valor político e o quanto os personagens estão em busca de tê-la em sua posse. De acordo com as contribuições de Pontes (2005), o que interessa a Lacan é destacar “a maneira como as posições [dos personagens] se revezam – temporariamente – em seu deslocamento repetitivo” (p. 6), de acordo com o olhar, o tempo e a posse da *lettre*, bem como enfatizar a supremacia do significante *la lettre* sobre o significado, o conteúdo da carta.

No texto a “*instância da letra no inconsciente*”, as formulações de Lacan (1957/1998) se estruturam com mais consistência ao que ele chamou de eixo simbólico, trazendo mais precisão às concepções de linguagem, significante e letra. Nesse sentido, enfatiza a linguagem enquanto uma estrutura discursiva e não apenas como algo da ordem da fala. Nesse momento, aborda o conceito de letra como equivalente ao conceito de significante, na medida em que aponta que o significante é puro elemento da diferença e se compõe de acordo com uma ordem fechada. A letra marcaria a estrutura essencialmente localizada do significante, implicando na vinculação entre esses dois, na qual a letra se combina de diversos modos, assim como nos sonhos (Pontes, 2005).

Lacan (1957/1998) faz uma aproximação e leitura da interpretação dos sonhos com a sua teoria do significante, defendendo que o sonho segue a lei do significante e considerando que as formações do inconsciente – ato falho, chistes e sintomas – seguem a lógica de um jogo combinatório de letras. Identifica os processos de condensação e deslocamento, característicos do trabalho do sonho, com a metáfora – condensação – e a metonímia – deslocamento –, articulando, assim, a teoria do significante com a prática clínica e o conceito de inconsciente (Pontes, 2005). Logo em seguida, articula a noção de significante ao conceito de sujeito – este que surge como efeito do discurso. É o significante que representa o sujeito para outro significante. A partir de um segundo momento, Lacan vai buscar distinguir significante e letra, avançando em sua teorização em direção ao real.

É no seminário *A identificação* que Lacan (1961-62/2003) aborda a relação do sujeito com o significante como ponto importante na identificação, já que “para nós, analistas, o que

entendemos por identificação [...] é uma identificação ao significante” (p. 25). Ao mesmo tempo, avança, propondo uma distinção do significante e da letra a partir da noção de traço unário. A concepção de traço unário abrange a “pura diferença que a unidade, em sua função significante, se estrutura, se constitui” (p. 49), ou seja, é o aspecto mais elementar do significante, suporte da diferença.

Pontes (2005, p. 10) afirma que:

A discriminação entre traço unário e significante traz como consequência teórica que os significantes possam vir a representar não apenas palavras, cujos elementos mínimos seriam fonemas, mas ganhar extensão de modo a vir representar frases ou expressões, pois se o traço unário aponta para a possibilidade de uma contagem das diferenças, o significante pode ser tomado como tudo o que é contável como **um** na fala do paciente. Uma das justificativas para essa mudança no conceito de significante pode ser pensada em relação ao estatuto do traço unário, conceito que não mais se apóia unicamente na lingüística, mas faz uso de construções da matemática.

Lacan (1961-62/2003) formula que: “o significante não é idêntico a si mesmo”, conceituando a letra a partir dessa afirmação, como o suporte material idêntico a si mesmo. Diante dessas afirmativas, Pontes (2005) sinaliza duas consequências para a clínica lacaniana: a de ser guiada por uma lógica não-identitária; a de que as formações do inconsciente não são compreendidas rapidamente, podendo ser lidas por meio de um trabalho de deciframento.

Na leitura desse seminário por Pacheco e Alberti (2012), é dada ênfase à análise de Lacan sobre a relação entre escrita e significante. As autoras destacam que Lacan explicita a “transmutação da imagem em letra tributária da passagem da imagem pelo significante” (p. 111). E ressaltam que se trata de imagens apagadas, rasuras, marcas que, na medida em que são apropriadas pela linguagem, transformam-se em escrita.

Na teoria lacaniana, como sabido, o significante é definido por aquilo que representa um sujeito para outro significante. Assim, entendemos que é na cadeia significante que o sujeito será representado, na medida em que ele fala com o outro e é falado pelo Outro. Ainda nessa direção, “um sujeito é, portanto, o vazio no qual irá deslizar a cadeia de significantes. No entanto, uma vez que a pulsão passa pela linguagem, essa cadeia remete também ao real da pulsão servindo ao gozo” (Manso & Caldas, 2013, p. 111). Cingimos aqui um ponto para diferenciar o que é da ordem do significante passível de ser significantizado do que é da ordem da letra.

A esse respeito, Pontes (2005) comenta que, enquanto o significante diz respeito a uma introdução simbólica na linguagem, “o caráter de conservação da letra se deve a sua referência ao real [...] A letra, nesse sentido, conduz ao matema, quer dizer, a uma escritura cujas leituras podem variar, mas cuja sintaxe fica necessariamente fixada” (p. 13). Significante e letra consistirão, portanto, em dois conceitos e duas lógicas distintas na teoria lacaniana e modificarão o horizonte da relação da psicanálise com a linguagem.

Lacan (1972-73/2008, p. 35) diz que: “o significante, no sentido auditivo do termo, não tem relação com o que significa”. Sendo assim, o significante tem uma dupla face, uma do simbólico, que constitui o sujeito, sua verdade e faz laço social; outra do real, como aquilo do inconsciente que se repete e aponta para o gozo do ser falante. Por sua vez, o significante serve à fala e pode ser também “elevado à dignidade da letra”, como articulam Manso e Caldas (2013, p.111). É sobre esse segundo momento da abordagem de Lacan sobre a letra, em que a escrita é mais compatível com a lógica do *não todo* (Caldas, 2013), que situaremos o conceito de feminino em Lacan, pois aqui temos um ponto de encontro entre o conceito de feminino e o de escrita.

A letra, na última formalização da escrita em Lacan, vincula algo do gozo. É aquilo que do inconsciente é impossível de ser apreendido, desarticulado de sentido. É em “*Lições sobre Lituraterra*” que Lacan (1971/2009) vai elevar a letra ao estatuto de litoral. Se a letra escreve as formações do inconsciente, produzindo efeitos de significante, não se pode fazer dela um significante, mas sim abordá-la a partir do lugar de litoral. Trata-se de poder falar de dois campos que são heterogêneos, sem, contudo, haver um ponto de limite definido entre eles; é, portanto, algo que faz borda. É nessa direção, do bordear um furo no real impossível de escrever, que a escrita em Lacan é letra de gozo.

Com a lógica do *não todo*, há um avanço com relação à abordagem freudiana, que teria como referencial o ter/não ter o falo como a saída para as mulheres (Freud, 1925/1988). No Seminário “*Mais ainda*”, Lacan (1972-73/2008) estabelece as fórmulas da sexuação, a partir das quais propõe que tanto o masculino quanto o feminino são posições discursivas, consistindo no modo como cada sujeito irá habitar a linguagem. Nessa direção, o ser falante pode se inscrever de um lado ou de outro, independentemente do sexo anatômico. O homem, enquanto significante, inscreve-se de todo na função fálica, porém encontra seu limite na existência de um homem, um x, pelo qual a função não se inscreve, sendo-lhe negada. Já a mulher, uma vez que não existe uma para quem a função fálica não se inscreva, inscreve-se de modo *não toda* nessa função, . Assim, “a mulher não é toda, há sempre alguma coisa nela que escapa ao discurso” (Lacan 1972-73/2008, p. 38).

Outro ponto que se faz importante destacar é que Lacan (1972-73/2008) também sustenta as diferenças lógicas entre masculino e feminino, distinguindo dois modos de gozo: o gozo fálico e o gozo *não todo* fálico, ou gozo Outro, um gozo suplementar. Ao localizar o gozo feminino como um gozo suplementar, Lacan deixa claro que não está falando do lado do todo que seria um complemento, pois falar do gozo feminino como suplementar indica que há algo que escapa ao que é do lado fálico e pode ser simbolizado. Ressalta também que dizer que a mulher tem um gozo suplementar não quer dizer que ela esteja toda fora da função fálica, e sim que, por não estar nela de todo, há algo a mais do gozo feminino. Esse gozo feminino é experimentado, mas uma mulher nada sabe dizer sobre ele (Lacan, 1972-73/2008).

O feminino formulado por Lacan é, portanto, aquele que escapa à palavra, à significação, impossível de ser de todo simbolizado, situando-se em um mais além da lógica fálica. Sobral (2019) nos chama a atenção para o avanço da teoria lacaniana em relação à freudiana sobre o feminino, na medida em que abre possibilidades para que uma mulher se constitua de forma singular, a partir de suas próprias escolhas e particularidades, “do modo como o gozo feminino afeta seu corpo, sem que um órgão específico tenha que arcar com isso” (p. 53). O tornar-se mulher é, em essência, um trabalho de tessitura e construção.

Nesse entrelace de feminino, gozo, letra e real, as formulações sobre escrita feminina, elaboradas por Lúcia Castello Branco, também foram essenciais para pensarmos a dimensão da escrita no caso Mar. Escrever o que não se escreve é o ponto onde feminino e adolescência se encontram. A escrita, assim consideramos, é como uma experiência de passagem e travessia do tempo adolescente de Mar.

4.2 A Escrita de Mar, como uma Invenção diante do Feminino

Escrever, escrever, escrever..., o que inventam os adolescentes, hoje? O que se inscreve do sujeito adolescente enquanto este escreve? A escrita, uma prática tão antiga, que para alguns pode assumir uma condição para além de efêmera, aparece como um lugar de novidade e invenção para a adolescente Mar. Na clínica, vemos o quanto os adolescentes precisam criar algo que lhes permitam uma marca no social. Nessa perspectiva, consideramos que a escrita pode aparecer na adolescência como um operador de subjetivação e, quem sabe, um ponto de ancoragem de uma referência significativa (Lima, 2006).

A escrita de Mar que, inicialmente, acontece em folhas e “cadernos de escrita” (no âmbito privado) e que pode ser facilmente levada como um resto – sem valor – junto com sua mochila escolar para pagamento de drogas, posteriormente, são postas no *Instagram* (no âmbito público), essa rede social em que, tal como nos antigos *blogs*, são colocadas as produções

adolescentes, no entrelaçamento entre o público e o privado. É nesse processo, ou melhor, no ato de criação da escrita, que o próprio sujeito é criado, bem como é criado um lugar psíquico na constituição subjetiva (Cairolí & Gauer, 2009). Quem mais precisa disso senão o sujeito adolescente?

O ato criativo de Mar, que consiste em sua escrita, leva-nos, inevitavelmente, a refletirmos de que ordem seria a escrita dessa adolescente. Propomos pensar nela, portanto, aproximando-a das características da escrita feminina, conceito delineado e formalizado por Branco (1991) em seu livro *O que é escrita feminina?*

A Escrita feminina diz respeito a toda e qualquer escrita que mantenha relação com a mulher, não no sentido de uma escrita produzida pelas mulheres, mas na medida em que se encontra para além do sexo anatômico ou da fisiologia. O termo feminino, nesta concepção, encontra-se em diálogo com as proposições lacanianas sobre o feminino, na referência a uma escrita que se orienta para além do falo e mantém uma estrita relação com um Outro gozo.

Branco (1991) afirma que a escrita feminina não se refere a uma categorização sexual da escrita, ou a busca de, por meio do texto, revelar características fisiológicas ou psíquicas do autor, muito menos compreende o termo como sinônimo de autorias textuais que possam ser atribuídas apenas às mulheres. Ao utilizar uma terminologia que se encontra nesse ponto limítrofe entre o sexual e o além-do-sexual, a autora reconhece que a questão “direciona para um território nebuloso de ambiguidades, de meias-verdades, e de meias-relações” (p. 12) com as quais terá de lidar.

Segundo Branco (1991), uma quantidade considerável de textos de autoria feminina possui traços que os tornam diferenciados ou os distinguem dos demais. A autora menciona “possuírem um tom, uma dicção, um ritmo, uma respiração próprios” (p. 13). Para a autora, tanto homens quanto mulheres possuíam essas peculiaridades em seus textos e, embora alguns autores tenham tentado negar essa singularidade na escrita, cita os nomes de: Clarice Lispector, Safo, Virgínia Wolf, James Joyce, Guimarães Rosa, Hilda Hilst, Adélia Prado, Lya Luft, Anais Nin, Olga Savary, dentre outros. Assim, deixa claro que o que nomeia de escrita feminina tem a ver com a mulher apenas em uma certa instância.

Ao que nos interessa cernir como escrita feminina, Branco (1991) aponta uma característica que nomeia como “feminina desmemória”. Ao aproximar elementos da escrita do gênero memorialístico ao da escrita feminina, a autora enfatiza o caráter nostálgico e esse certo retorno ao passado, acrescentando, contudo, que a escrita feminina “não é apenas marcada por um retorno ao passado”, mas também “guiada pelo desejo de futuro”, bem como “composta de

lacunas, silêncios, rasuras, esquecimentos...perdas” (pp. 33-34). É ao falar dessa escrita quase que formada por uma outra língua que se apresenta o gozo da linguagem.

Branco (1991) comenta, a partir das proposições sobre os textos de gozo de Barthes, a aproximação que apresenta com a escrita feminina, admitindo a possibilidade de gozo do texto, sugerindo:

A escrita feminina vai colocar em jogo uma língua outra, uma língua mátria, que não busca o preenchimento (O grande sentido como já foi dito), a certeza, a resolução do conflito, a comunicação da mensagem, mas a carícia que o som, o ritmo, a modulação da voz e a respiração possam produzir na orelha do leitor (como um leve sopro na orelha do bebê) [...]

Esse tipo de texto que privilegia mais o *significante* do que o *significado*, mais o *som* que o *sentido*, mais a enunciação que o *enunciado*, mais o dizer que o dito, vai se aproximar, evidentemente, dessa linguagem materna, desse estágio pré-linguístico dos balbucios, dos sussurros, dos gemidos e dos gritos (pp. 49-50).

O gozo da linguagem, como uma característica dessa escrita feminina, além de se compor com os elementos mais primitivos do ser falante, também toca onde a linguagem não alcança; toca o impossível, o inominável, o indizível da linguagem, como o que diz respeito à morte e à loucura. Nesse incapturável em que o gozo da linguagem se presentifica, o leitor por vezes se “sentirá lançado, precipitado (como num despenhadeiro)” (p. 58).

“*Esperar a morte todas as madrugadas está me deixando mais viva*”, Mar escreve e posta nos “*stories*” da sua página. São palavras cortantes para quem as lê, uma frase que porta um paradoxo (também nos sentimentos do leitor) e toca o limite da existência ao abordar morte e vida. Em um mais além do princípio do prazer, goza-se ao olhar a morte nos olhos, ou “*esperar*”, como quem tem um saber e proximidade com a morte. É esperá-la que a faz “*mais viva*”, ou será que é “*esperar amor-te*”? É o amor que se passa madrugadas a esperar? O que em sua escrita é (re)velado sobre o gozo e os impossíveis do amor e/ou da morte?

Branco (1991) sustenta que, para além do impossível de dizer, na escrita feminina, deparamo-nos com uma escrita impossível, mas que insiste em tentar dizer. Tendo como referência o real laciano – que consiste exatamente nesse impossível não-simbolizado –, a escrita feminina pretende fazer falar o real, ao construir uma escrita a partir do não-simbólico, da não-linguagem, como no caso dos sons, sussurros e gritos, já mencionados, e que esbarram nos limites da linguagem. É no gozo que ultrapassa o mais além do corpo e da linguagem que a escrita feminina faz borda nesse real impossível de dizer.

A letra ou a escrita feminina dos autores acima citados, sejam mulheres sejam homens, se constitui “à margem, mas também na margem, ou seja, nas bordas do Real” (Sobral, 2019, p. 78), entre terra e mar – *lituraterra* –, uma “escrita fragmentada e descontínua, que está constantemente remetendo a uma noção do sujeito *nãotodo*” (Sobral, 2019, p. 78). Quando escreve “*existem lágrimas nos meus olhos que meus sorrisos escondem*”, Mar nos apresenta o *não-todo* que há em uma mulher. É sendo *não-toda* lágrimas, *não-toda* sorriso, que o enigma do feminino permanece, há um mistério que se esconde por trás do que ela quer que apareça, por trás do que ela esconde. Nesse sentido, a escrita de Mar é o próprio ato inventivo para dizer desse feminino indizível, que não cessa de não se escrever.

Nessa direção, dentre todas as questões que podem surgir sobre a adolescência, indagamo-nos: que invenções faz um sujeito adolescente atravessado pelo encontro com o feminino? Conforme mencionam Lima e Santiago (2009), é apenas com o início da puberdade que masculino e feminino passam por uma separação e ganham uma significação. O encontro com o feminino, que acontece na adolescência, como efeito do despertar do real do sexo, convoca o sujeito adolescente a uma elaboração psíquica.

A partir do caso, compreendemos que sua fala “*não quero ser tratada como uma criança, quero ser tratada como uma mulher!*” parece ser a sua questão disparadora para que encontre uma saída própria diante desse impossível. O tornar-se mulher, as transformações do corpo de menina para um corpo de mulher fazem surgir a questão: o que quer/é uma mulher? (Lima & Santiago, 2009). É nesse confronto com o real do sexo e com o vazio de um significante que diga da mulher, que os sujeitos adolescentes farão sua construção singular, como citam Lima e Santiago (2009): “é um trabalho que envolve a amarração com os restos do enlace do sujeito ao Outro” (p. 6).

Em um dos seus diversos estudos que abarcam feminino, adolescência e escrita, com enfoque na escrita dos diários, Lima (2007) ressalta o quanto o tornar-se mulher é um trabalho complexo e exige muito da menina. A autora, ancorada em uma proposição laciana, sinaliza que uma das saídas encontradas por algumas meninas pode ser se voltar para um significante viril, o que a levaria a uma saída da feminilidade pela via da mascarada, ou seja, diante da castração, uma mulher assumiria uma posição de “ser o falo”, provocando, por exemplo, o desejo do homem.

Diante disso, como já discutimos neste trabalho, o lugar vazio de significante que diga da mulher, do feminino, é um lugar das máscaras, do véu que recobre o nada. Nesse sentido, Lima (2007) destaca que a escrita íntima na adolescência pode indicar tanto uma exibição - querer o olhar do outro/Outro -, quanto uma camuflagem, uma escrita que serviria como um

véu para recobrir a falta fálica, trazendo, como solução possível, a feminização. A esse respeito, Lima (2007, p. 41) acrescenta:

A escrita do íntimo, ao permitir a constituição de um espaço secreto, inscreve-se como outra vertente do véu, este artifício inventado para contornar a mulher, para fazê-la existir além do vazio que situa o feminino. Na escrita cotidiana do diário, a adolescente tece seu texto com o cuidado de, ao mesmo tempo, subtrair e atrair o olhar do outro, num exercício que permite liberá-la da armadilha do corpo materno, e formula uma solução à feminilidade.

Segundo Lima (2006; 2007), no corpo da menina adolescente, há uma perda da imagem do corpo, por ser atravessado pelas modificações características da puberdade, e este é experienciado com um sentimento de estranheza. A autora supõe, então, que “a escrita do diário apresenta-se, com efeito, como um lugar de elaboração de uma silhueta feminina cujos contornos supõem o olhar do outro” (p. 42). Sendo assim, o sujeito da feminilidade ganha a possibilidade de existir.

Aqui, também, diante da silhueta que a escrita dá ao corpo, retomamos as formulações de Nogueira (2021) sobre o corpo, enquanto signo, e apontamos um elemento importante da escrita. Em um corpo, são impressos os traços da cultura, crenças, religião, da violência sofrida, dentre outras intervenções sociais. É com esse corpo que um sujeito irá escrever e refleti-lo em sua escrita. O corpo de uma mulher negra e com deficiência, como é o caso de Mar, em meio a todas as marcas sociais que nele foram inscritas, não se apagam. Há algo que um corpo escreve, há algo que insiste em se inscrever/escrever em um corpo.

Vemos também o quanto a escrita restitui algo do ser de Mar, a ponto de a adolescente, diante do momento em que seu caderno de escrita, dentro da mochila, é dado como pagamento de drogas pelos seus irmãos, mostrar-se mergulhada em sofrimento e angústia, como se estivesse perdida de si mesma, ou como se as bordas de letras que davam contorno ao seu corpo se apagassem. É nesse contexto que a adolescente relata pensar no ato suicida, como uma maneira de sair da angústia. Retomando a nossa discussão, no capítulo dois, sobre passagem ao ato, enquanto um tipo de resposta subjetiva ao mal-estar (Calazans & Bastos, 2010), percebemos que esse tipo de ato pode se dar quando o sujeito se encontra radicalmente identificado ao lugar de objeto dejetado de um Outro sem furos e muito consistente.

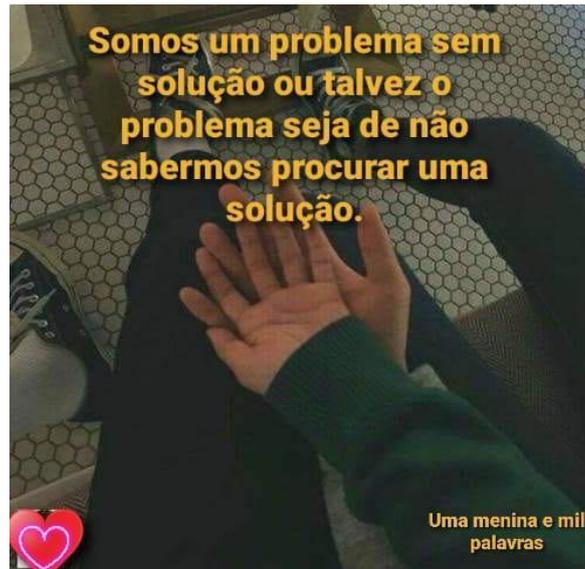
Uma possível leitura que fazemos é que, frente a uma impossibilidade de agir e sem escolha nesse contexto em que seu caderno de escrita é vendido sem sua autorização, há um Outro que se impõe. O pensamento suicida de Mar, no momento de angústia e do real em que

se impossibilitam palavras faladas e escritas, parece indicar que a adolescente passa a ocupar um lugar em que se destitui enquanto sujeito e cai como objeto dejetivo para descompletar esse Outro. O que resta para Mar após essa escrita ter-lhe sido roubada? Conforme vimos no caso, após a adolescente ter buscado falar da angústia por meio do *Whatsapp*, a intervenção feita por escrito: “você não tem mais o caderno, mas as outras coisas que continha nele você tem, suas palavras. Use o que você ainda tem e que não pode ser perdido. Sua escrita”, parecem, de algum modo, tê-la levado a se movimentar em direção à escrita no *Instagram*. É inegável o quanto a escrita para Mar cumpre uma função de dar borda ao real que irrompe.

Lacan (1975-76/2007), no seminário *O sinthoma*, inspirado pela escrita inventiva joyciana, desenvolve a escrita do nó borromeano e, através dele, sustenta sua própria invenção, a escrita do Real. Joyce toca com sua letra pedaços do real; afinal, essa era a aposta de Lacan, que concebe o real como o que “é sempre um pedaço, um caroço. É, com certeza, um caroço em torno do qual o pensamento divaga, mas seu estigma, o do real como tal, consiste em não se ligar a nada” (p. 119). É na escrita, enquanto sinthoma, que letra e gozo se conjugam e, conseqüentemente, algo se escreve.

Para Rinaldi (2007), o interesse de Lacan por Joyce se dava em analisar sua posição em relação à escrita e à letra. Considerando o inconsciente como um conjunto de letras que formam o que chamou de *lalangue* – que está para além do que pode ser dito e decifrado – a formulação lacaniana é de destacar o ponto indecifrável. A partir do nó borromeano, formado pelos registros real, simbólico e imaginário, a escrita de Joyce faria a função de um nó, que daria sustentação aos outros três elos. Assim, Lacan destaca a arte literária joyciana como uma possibilidade de amarração do nó para além do Nome-do-pai, e afirma que o escrito não exige necessariamente uma compreensão, como o que encontramos na escrita poética.

No que diz respeito a Mar, que encontra na escrita uma função, podemos observar que esta lhe permite a construção de um lugar para a palavra, de um lugar para si, questão fundamental para um adolescente (Lima, 2006), para a adolescente. Ao mesmo tempo, por meio da escrita, Mar pode jogar com o Outro, endereçar-lhe uma escrita, separar-se dele, fazer laço social, dizer algo de uma verdade *não toda* sobre si.



Esse escrito e imagem nos remetem a pensar no dizer de um encontro, sempre faltoso com o outro, no qual, ao invés de encontrar o ideal da completude, da perfeição, o que se encontram são as diferenças, as faltas, os “*problemas sem solução*”; parece também faltar um saber para as resoluções. Não são assim os verdadeiros encontros? Lacan já tinha avistado e formalizado algo dessa ordem quando afirmou que: “a relação sexual não existe”. Há sempre algo que não se encaixa, escapole, há sempre uma ponta solta que não faz dois virarem um nas relações, na vida. Assim, consideramos que Mar, com sua escrita, nesse tempo adolescente, parece bordejar dois princípios da teoria lacaniana sobre a questão do sexo: escrever o que não se escreve, tanto de uma mulher quanto da relação sexual que não existe.

O nome escolhido para sua página de frases e textos escritos no *Instagram* também parece nos indicar sobre a trabalhosa travessia pelo feminino na adolescência de Mar e sua relação com as palavras. Inicialmente, a nomeação, e, ousaríamos dizer, sua nomeação por meio da página, “*uma menina e mil palavras*” diz-nos de um lugar de reconhecimento ainda enquanto menina nesse movimento do tornar-se mulher, uma menina que aparece com suas palavras, que se adicionam a ela com o “e” aditivo.

Vale ressaltar que, posteriormente, no decorrer da pesquisa, os posteres foram apagados, sua página agora se encontrava em branco e com um aviso de que as frases e textos só seriam postados com os “*direitos autorais*”. Quase ao final deste trabalho, descobrimos que o nome da página havia sido alterado. A nomeação agora “*entre mil palavras*”, nos remete à própria emergência do sujeito que, para Lacan, surge no espaço entre os significantes. Mar vai se escrevendo enquanto sujeito de desejo por e a partir de suas palavras, no *entre*, das palavras que a singularizam.

Mar faz de sua pele litoral, quando escreve por meio de seu corpo - de mulher, preta, com deficiência - e através das inscrições feitas nele. Com seu texto singular, que se compõe das questões, queixas, amores, dores e angústias, característicos do sujeito atravessado pelo mar da adolescência, com seu desejo, gozo e sua escrita, essa adolescente não recua diante do seu saber. Estejamos atentos para escutar e ler aquilo que do indizível se tenta dizer por meio da escrita dessa adolescente.

Finalizamos essa discussão com uma das postagens: quem é a adolescente menina-mulher Mar? Entre suas mil palavras, vamos permitir que, por meio de sua escrita, ela mesma se defina.



Ao Fim da Travessia, algumas Considerações

Após ter deixado o primeiro rastro na areia em direção ao incerto, a travessia adolescente, assim como a nossa, vai se concluindo. Com os olhos ainda turvos da água salgada, ou do quanto na construção do Caso foi discutido, é possível avistar no outro lado do mar, o novo. No início do trajeto, as questões levantadas em torno do enigma do que é uma mulher, ou do que faz o feminino em uma mulher, foram, tal qual o oceano, ganhando profundidade, intensidade e extensão no encontro com o percurso de uma adolescente de pele preta e com deficiência física, que inicia tratamento em uma instituição pública de saúde mental.

No encontro com o feminino, que possíveis invenções são feitas por uma adolescente negra, considerando também as ressonâncias de ser uma pessoa com deficiência física? Foi essa a questão central que norteou esta dissertação. Durante todo esse trajeto de construção teórico-clínico, discutimos como, frente aos impasses com seu corpo, sua sexualidade, no amor e com o Outro social, Mar encontrou uma maneira singular de dizer do impossível que captura e atravessa uma mulher em uma cadeira de rodas. Escrever, ganhou, para a adolescente, o estatuto de uma invenção, apontando uma saída possível diante do seu próprio mal-estar.

Por que escolher esse caso clínico para trabalhar em uma pesquisa acadêmica? É um questionamento que se faz oportuno retomar. É preciso dizer que, enquanto praticante da psicanálise, a partir do momento em que convido a adolescente a escrever, atribuo a sua escrita o caráter inventivo. O efeito dessa aposta se estendeu para além do *setting* e da relação transferencial analista-analisante. Ao mesmo tempo que a escrita de Mar foi sendo colocada ao público, o caso clínico ultrapassou a dimensão do tratamento em direção a sua construção e formalização escrita nesta dissertação.

No primeiro momento de construção do caso, os pontos que tomaram maior relevo foram os que, nos atendimentos, se destacaram para mim para traçar uma direção no tratamento; a articulação entre escrita e feminino nessa adolescente foi o traço que, na escuta atravessada pela transferência, ganhou relevo para que pudesse trabalhar como questão na pesquisa, formulando assim o objetivo geral. Nos diversos movimentos de escrita e leitura do caso, entre pares e pesquisadores, outros pontos de investigação foram elencados: o fato de a adolescente ser negra e ter uma deficiência física se tornou uma questão importante por entendermos que a relação que Mar estabelece com o corpo não se dá sem essas marcas.

Até então, a deficiência e a negritude não haviam sido meu foco de pesquisa, possivelmente porque, na posição de analista, a adolescente fazia-me escutar o seu incômodo em ser olhada apenas por meio dessas características que, como efeito, faziam com que ela

fosse vista numa posição mais infantilizada pelos outros. A Mar escritora ganhou destaque, mas, na escrita mais atenta do caso, e, diante das pontuações de outros pesquisadores e psicanalistas, a compreensão de que uma escrita e algo do feminino não se constrói sem esse corpo atravessado por essas marcas é inevitável.

Ainda no momento de submissão do projeto, ressaltar ou não a deficiência e a pele preta de Mar nos objetivos específicos foram nossos pontos de dúvida. Mesmo após decidir seguir em frente com essas especificidades nos objetivos, em todo movimento e investimento de escrita da dissertação, quase que como um resto, a questão nos acompanhou: colocamos ou não no título do trabalho que Mar é uma adolescente negra e com deficiência física? Será que exploramos o suficiente as nuances que essas duas marcas possuem para Mar, a ponto de destacá-la no título? De todo modo, se foi a própria adolescente que se nomeia PCD, por que não colocar também no título? Foi então que optamos e decidimos pela mudança, quase ao final da conclusão do trabalho, referenciar a deficiência, não só ao longo do texto, mas também no título, por entendermos que a fala de Mar, tal qual uma bússola, orientou todo o percurso dessa pesquisa-navegação.

Na construção do caso clínico, vimos que a escrita de Mar vai se configurando tanto como uma experiência de passagem desse tempo adolescente, quanto um traço que ela traz como marca do que é sua existência. É nas palavras escritas que Mar pode também forjar um outro lugar e um corpo habitável, com contornos e silhuetas formadas por letras, a sua própria, indicando uma apropriação do corpo e de si enquanto sujeito no mundo.

Um dos pontos que emerge como uma novidade no percurso e que se configurou como um campo fértil na pesquisa foi discutir a errância da sexualidade dessa adolescente, fazendo-nos apreender algo do singular do caso. A despeito do deslizamento metonímico, característico do desejo e da errância estruturante do sujeito adolescente, encontramos na errância da sexualidade um ponto de convergência que se faz comum na clínica com adolescentes na atualidade. Atribuímos esse fenômeno ao discurso social que gira em torno das inconsistências dos laços, mas também lembramos que, para sustentar o amor, é preciso errar, como propõe Lacan (1973-74/2016).

Em um movimento de passagem, a escrita de Mar vai de uma escrita no corpo – por meio do ato de cortar-se – para uma escrita no caderno e, em seguida, para uma escrita no *Instagram*, traçando, assim, um caminho que vai do privado ao público, do individual ao coletivo, compondo uma escrita que enlaça essa adolescente na cena social, na abertura de laço com outros que reconhecem e valorizam sua escrita.

Assim, há um reposicionamento do lugar que, até então, teve a sua escrita e que Mar acaba por enxergar, quando seu caderno vai como um resto/dejeto, junto com sua mochila para o pagamento de drogas. Por outro lado, temos a possibilidade de ler que a escrita dessa adolescente salva vidas, já que, de alguma maneira, impede que seu irmão seja morto por conta das dívidas. Novamente, endossamos o valor que há em sua escrita.

Sustentamos, assim, nesta dissertação, a hipótese implícita na pesquisa de que a adolescente faz da escrita sua invenção para borderar o impossível de dizer. É nas bordas da escrita que seu corpo ganha forma, que sua história de vida se tece, por meio dos fios da palavra, que a escrita se faz litoral onde seu desejo pulsa e algo do gozo se apazigua.

A construção do caso permitiu avançar nas especificidades da constituição do corpo de uma mulher negra e com deficiência, bem como discorrer a respeito do olhar social, dos estereótipos e estigmas que são a esse corpo direcionados, dentro do que dele se espera ou não a partir dos padrões normatizantes impostos. Sob essas condições, a escrita de um corpo e com um corpo ganha outra dimensão, tanto a nível subjetivo quanto social, uma vez que o encontro com o feminino não é sem o corpo em uma mulher. Mar, que carrega desde o nascimento a marca da deficiência física, entra na puberdade e na adolescência, vivenciando as mudanças físicas e subjetivas desse lugar.

Vale considerar que, atualmente, embora em ascensão, ainda são poucos os lugares de destaque e de maior *status* social para uma mulher preta. Desfrutar da própria sexualidade, por exemplo, quando o olhar para uma mulher, por vezes, é tão somente de objeto sexual, também é um campo aberto ao debate. As questões que envolvem uma mulher com deficiência é um ponto de discussão acrescido a essas problemáticas que estão longe de se esgotar com este trabalho. Com Mar, vimos o desejo de fazer licenciatura em letras, o que nos soa de maneira bastante curiosa e, ao mesmo tempo, continua a endossar toda a construção do caso, que se configura a partir de uma adolescente que encontra uma licença por meio de e nas letras. Mar é um sujeito que se autoriza de si mesma e que encontra nas letras uma forma de dar vida à existência.

Em nossa escrita clínica e da clínica, voltamo-nos para a origem da vida de Mar, que “*passou da hora de nascer*”. Podemos aqui refletir sobre a hipótese da escrita como um nascimento, pois é nela que parece se inaugurar e se estruturar a existência da adolescente. Mar, portanto, nasce e continua a nascer, enquanto sujeito de desejo, toda e a cada vez que escreve. Dessa maneira, abrimos um caminho que pode ser trilhado em pesquisas futuras.

No campo das políticas públicas, no que tange aos serviços de saúde mental, esta pesquisa busca inspirar contribuições, assim pensamos, para as instituições que se propõem ao

acolhimento e ao cuidado de/com adolescentes, destacando a importância de se atentar para as demandas e especificidades da realidade vivida por adolescentes negros(as) e por adolescentes com algum tipo de deficiência.

Em se tratando de uma pesquisa psicanalítica, em um Mestrado em Psicologia Clínica, esta pesquisa contribui para a ampliação do conhecimento científico e da teoria psicanalítica acerca do público adolescente e das problemáticas por ele enfrentadas. Em termos da clínica psicanalítica com adolescentes, reiteramos o uso da escrita como uma invenção e uma saída possíveis para os conflitos vivenciados nesse momento da vida. Esperamos também ter contribuído com uma leitura e uma prática mais atenta aos impasses da adolescente com o feminino e com a sexualidade, assim como com a singularidade das demandas de adolescentes negros(as) e/ou com algum tipo de deficiência, oferecendo, dessa forma, subsídios teórico-clínicos para o atendimento clínico institucional a esse público.

Cabe aqui colocar também que, às vésperas de entregar a dissertação, deparei-me com um poema de Mar, muito bonito, e assinado com seu nome próprio. Embora o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tenha delimitado o período no qual seria realizada a análise dos textos e postagens da adolescente, considereei que essa poema pudesse ser o fechamento deste trabalho, como agradecimento a Mar. Enviei-lhe uma mensagem, solicitei sua opinião a respeito, bem como sua autorização, e fui surpreendida ao Mar me falar que, para aquele poema, ela desejaria dar outro destino. Mar me fala do seu desejo de publicar um livro, e que aquele poema seria guardado para o momento oportuno!

Com o auxílio de sua ex-professora, Mar é também encorajada por mim para que seus textos, poemas, sua escrita venham a público, em uma primeira mão, pelas suas próprias mãos, assinado não mais como um nome de uma página no *Instagram*, mas com seu nome próprio. Desta maneira, Mar me diz, talvez pela última vez antes desta pesquisa ser entregue, que continua a apropriar-se das próprias palavras, de si, tendo a escrita como o traço do desejo.

Para além do que captamos e consideramos pontos fundamentais na conclusão desta pesquisa, dou-me conta de que esta foi uma aposta no meu próprio percurso clínico e de escrita. Escrever sobre adolescência e feminino me exigiram coragem para retomar e elaborar minhas próprias questões e enigmas, deixar-me arrebatado pelo feminino com um pouco menos de defesas e a fazer as pazes com um ponto de mistério que me leva sempre a recorrer aos poetas.

Percebo o quanto querer saber sobre o sujeito adolescente me leva a acessar o lugar adolescente em mim que, ao se confrontar com limites, coloca-se a arriscar, que se apressa em viver; e que, diante dos conflitos e do não saber, inventa. Na jornada profissional (psicóloga e

pesquisadora), enquanto analisante e na grande ficção que é a vida, sigo escrevendo e inventando, como se fossem as únicas coisas que me restassem, porque na verdade são.

Ao fim desta travessia, com os pés ao alcance da areia da praia, o corpo cansado, e a respiração ofegante, o coração pulsa vivamente. Na alegria da chegada, um sorriso. Não sou mais a mesma, sou outra. De tudo que me atravessou agora, carrego um pouco da imensidão do mar, de Mar, na lágrima que cai dos olhos e nas palavras. Sigo na expectativa, desejo e aposta de que Mar continue a apropriar-se de sua escrita.

Referências

- Aguiar, F. (2006). Questões epistemológicas e metodológicas em psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, v. 39, n. 70, p. 105-131.
- Alberti, Sonia. (2009). *Esse sujeito adolescente*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Alberti, S., & Silva, HFD (2019). Sexualidade e Questões de Gênero na Adolescência: Contribuições Psicanalítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen.
- Almeida, Pollyana Silveira de. (2019). *Trançar e tecer a feminilidade na adolescência: uma construção de caso clínico em psicanálise*. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Araújo, J. F. B. D. (2019). Cortes que Viram Cartas: Ensaio sobre automutilação na clínica psicanalítica. Recuperado de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37432/1/2019_JulianaFalc%c3%a3oBarbosadeAra%c3%baixo.pdf
- Associação Cultura no Muro. (2013, 20 de novembro). *Excerto: "Examined Life" Judith Butler & Sunaura Taylor* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=kasZiFURYpQ>
- Barros, P. C. M. D. (2015). " *Eu vinha rodando pela rua*": que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua?. Recuperado de http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/871/1/paula_cristina_monteiro_barros.pdf
- Bauman, Zygmunt. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A. (atual Jorge Zahar Editor), 191 p.
- Brauer, J. F. (1998). O sujeito e a deficiência. *Estilos da clínica*, 3.5: 56-62. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/60735/63784>
- Branco, L. C. (1991). *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil. Ministérios da Saúde. (2011). *A reforma psiquiátrica brasileira e a política de saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de <http://www.ccs.saude.gov.br/VPC/reforma.html>
- Brasil. Ministério da Saúde. (2017). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 234 p. : i
- Brousse, M. H. (2019, Abril 20). IX Jornadas EBP -SP: entrevista com Marie-Helène Brousse. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=WFjmP6nSk9o&feature=youtu.be>

- Brown, N. (2018). *Trauma, Solidão e laço na infância e na adolescência: experiências do CIEN no Brasil*. Organizado por Nohemi Brow, Luciola Macêdo e Rodrigo Lyra. Belo Horizonte: EBP.
- Brum, E. (2017). *meus desacontecimentos – a história da minha vida com as palavras*. 2.ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- Cairolí, P., & Gauer, G. C. (2009). A adolescência escrita em blogs. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26, 205-213.
- Caldas, H. F. (2013) A fala e a escrita da mulher que não existe. *Opção Lacaniana online* nova série. Ano 4, Número 10, março.
- Calazans, R., & Bastos, A. (2010). Passagem ao ato e acting-out: duas respostas subjetivas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22, 245-256.
- Calzavara, M. G. P., & Vorcaro, Â. M. R. (2018). Efeitos da incidência da linguagem no corpo do sujeito autista. *Tempo psicanalítico*, 50(2), 31-50.
- Campista, V. R., & Caldas, H. F. (2013). Feminilidade: enigma e semblante. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 65, n. 2, p. 258-273.
- Catrolí, V. S., & Rosa, M. D. (2013). O laço social na adolescência: a violência como ficção de uma vida desqualificada. *Estilos da Clínica*, 18(2), 297-317.
- Costa, A. (2002). Apagando Marcas: registro e endereço adolescente. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Clínica Adolescente, 23,. Porto Alegre: APPOA.
- Cruz, S. V. O, & Silva Fontenele, A. (2020). SEXUALIDADE, CORPO E PSICANÁLISE. *Revista Subjetividades*, 20(3).
- Danto, Elizabeth Ann. (2020). As clínicas de Freud: Psicanálise e justiça social (Estudos). Editora Perspectiva.
- Douville, O. (2002). Fundações subjetivas dos lugares na adolescência. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Clínica da Adolescência, 23, 76-89.
- Douville, O. & Degorge, V. (2012). Quelle vie psychique se fige et se reprend dans l'errance adolescente ? In Douville, O. (coord.) Clinique psychanalytique de l'exclusion. Paris: Dunod, 109-133.
- Dunker, C. I. L., & Zanetti, C. E. (2017). *Construção e Formalização de Casos Clínicos*. In A construção de casos clínicos em psicanálise: método clínico e formalização discursiva. Christian Dunker, Heloísa Ramirez, Tatiana de Carvalho Assadi. pp 23-45. São Paulo: Annablume.
- Dunker, C. (2021, Maio 19). Seminário 21: Os não tolos erram. [Arquivo de vídeo] Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=AIF_8nNO8L4
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora.

- Filho, A. N. (2005). Prefácio. In *Um manual para o CAPS*. Salvador: Departamento de Neuropsiquiatria da UFBA.
- Figueredo, A. C. (1997). *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público*. Rio de Janeiro: Relume-Duará.
- Figueredo, A. C. (2004). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista latinoamericana de psicopatologia fundamental*, 7, 75-86.
- Fonseca, L. (2016). Nota da Tradução. In *Os não-tolos vagueiam* (Seminário 1973-1974). Espaço Moebius de Psicanálise, Bahia.
- Freud, S. (1996). *Projeto para uma Psicologia científica*. In Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago Editora. Trabalho Originalmente Publicado em 1895).
- Freud, S. (1996). *A Interpretação dos Sonhos*. Vol. IV. Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho Originalmente Publicado em 1900).
- Freud, S. (2016). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho Originalmente Publicado em 1905)
- Freud, S. (2020). O poeta e o fantasiar. In *Obras Incompletas de Sigmund Freud: arte, literatura e os artistas*. Tradução: Ernani Chaves. 1 ed.; 2.reimp. Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho Originalmente Publicado em 1908)
- Freud, S. (2019). Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico. In *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Tradução Claudia Dornbusch. – 2.ed.; 2 reimp – Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Trabalho Original Publicado em 1912)
- Freud, S. (2020). *As pulsões e seus destinos*. Tradução Pedro Heliodoro Tavares. –. 1 ed.; 5.reimp. – Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho Originalmente Publicado em 1915)
- Freud, S. (2019). Caminhos da terapia psicanalítica. In *Fundamentos da clínica psicanalítica*. Tradução Claudia Dornbusch. – 2.ed.; 2 reimp – Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Trabalho Original Publicado em 1919 [1918]).
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos*. Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho Originalmente Publicado em 1914).
- Freud, S. (1996). *Dois Verbetes de enciclopédia*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho Originalmente Publicado em 1923 [1922]).
- Freud, S. (1988). *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho Originalmente Publicado em 1925).

- Guerra, A. M. C. (2020). O papel da psicanálise na desconstrução do racismo à brasileira. *Revista Subjetividades*, 20, online-28.
- Geoffroy, R. M. G., & Alberti, S. (2015). Contribuições de Jean Oury para verificar uma possível emergência do sujeito na escola. *Estilos da Clínica*, 20(2), 246-264.
- Heissler, S. Z., & Gurski, R. (2020). Psicanálise, Vida Loka e Rodas de Escrita com Adolescentes Privados de Liberdade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40.
- Jucá, V. D. S., & Vorcaro, A. M. R. (2018). Adolescência em atos e adolescentes em ato na clínica psicanalítica. *Psicologia USP*, 29, 246-252.
- Kuss, A. S. S. (2014). Amor e desejo: um estudo psicanalítico. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37140/R%20-%20D%20-%20ANA%20SUY%20SESARINO%20KUSS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Lacadeé, P. (2010). A Clínica da Língua e do ato nos adolescentes. *Revista Arteira*. nº 3. Out. Santa Catarina: Editora EBP.
- Lacadeé, P. (2011). *O despertar e o exílio: ensinios psicanalíticos da mais delicadas das transições, a adolescência*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Lacan, J. (1973-74/2016). *Os não-tolos vagueiam* (Seminário 1973-1974). Espaço Moebius de Psicanálise, Bahia.
- Lacan, J. (1998). *Escritos*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (1971/2009). *Lições sobre Lituraterra*. In. O seminário, Livro 18: de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lacan, J. (2003). *A identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. (Original publicado em 1961-1962).
- Lacan, J. (2005). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Original publicado em 1962-1963).
- Lacan, J. (2007). *O Seminário, livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1975-1976).
- Lacan, J. (2003). Joyce, o Sinthoma. In *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 560 -566.
- Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 29 de agosto). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm
- Lei nº 12.990, de 9 Junho de 2014. (2014, de 9 de Junho). Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm

- Lei nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989. (1989, de 5 de Janeiro). Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm
- Lacan, J. (1972-73/2008). *O seminário livro 20: mais ainda*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lima, N. L., & Santiago, L. B. (2009). *A escrita íntima na puberdade: a tessitura de um véu no encontro com o feminino*.
- Lima, M. C. P. (2006). Sobre a escrita adolescente. *Estilos da clínica*, 11(20), 58-71.
- Lima, M. C. P. (2007). A escrita adolescente como cena dos impasses do feminino. *Revista Subjetividades*, 7(1), 29-43.
- Machado, Z. (2010). O inconsciente e o corpo. *Revista de Psicanálise Stylus*, (20), 107-115. Recuperado de <https://stylus.emnuvens.com.br/cs/article/view/844/539>
- Manonni, M. (1964). *A criança retardada e a mãe*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
- Manso, R. ; Caldas, H. (2013). Escrita no corpo: gozo e laço social. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 16, n. SPE, p. 109-126.
- Marcos, C. (2018). *A escrita do caso clínico em psicanálise: uma lógica não-toda*. In. A pesquisa em psicanálise: do campo à escrita Tânia Ferreira e Angela Vorcaro (orgs. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Mello, A. G. D., & Nuernberg, A. H. (2012). Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, 20, 635-655.
- Miller, J. A. (2016). *Em direção à adolescência*. In Errâncias, adolescências e outras estações / Organizado por Heloísa Caldas, Aline Bemfica e Clarisse Boechat. – Belo Horizonte: Editora EBP.
- Miller, J. A. (2015). O inconsciente e o corpo falante. In *O osso de uma análise + O inconsciente do corpo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moreira, J. de Oliveira. (2009). Revisitando o conceito de eu em Freud: da identidade à alteridade. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 9(1), 233-247.
- Mota, C. P., Pereira, B. G., da Silva, J. L. L., Dias Filho, J. C., Siqueira, I. L., de Carvalho Bento, R., & de Lima, A. Y. G. (2022). Adolescer com deficiência física: uma perspectiva sociocultural diante da promoção da saúde. *Research, Society and Development*, 11(4), e15611427152-e15611427152.
- Munanga, K. (2021). Prefácio. In *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Nascimento, M. D. L. D. (2019). *O corpo em cena: escarificações em adolescentes do sexo feminino*. Recuperado de http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1185/5/marina_diniz_luna_nascimento.pdf

- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Olivos, A. (2019). *Sobre a interpretação na época do parlêtre*. Recuperado de <http://www.lacan21.com/sitio/2019/11/09/sobre-a-interpretacao-na-epoca-do-parlêtre/?lang=pt-br>
- Organização Mundial de Saúde. (2021). *The impact of COVID-19 on health and care workers: a closer look at deaths*. Recuperado de <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/345300/WHO-HWF-WorkingPaper-2021.1-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Oury, J. *O coletivo*. (2009). São Paulo: Aderaldo & Rothschild. (Trabalho original publicado em 1986).
- Pacheco, A. L. P., & Alberti, S. (2012). A letra no ensino de Lacan e a escrita de RSI. In *A escrita como experiência de passagem*. Ana Costa e Doris Rinaldi (org). pp. 107-120. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Pombo, M. (2018). Diferença sexual, psicanálise e contemporaneidade: novos dispositivos e apostas teóricas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 21, 545-567.
- Pontes, S. A. (2005). Da quase equivalência à necessidade de distinção: significante e letra na obra de Lacan. *Revista do GEL*, 2, 215-230.
- Porchat, P. (2015). Um corpo para Judith Butler. *Revista Periódicus*, 1(3), 37-51.
- Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. (2011, 23 de dezembro). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html
- Portaria Nº 336, de 19 de fevereiro de 2022. (2022, de fevereiro). Considerando a Lei 10.216, de 06/04/01, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html
- Prado, J. F. M. (2016). *O psicanalista na saúde pública: uma prática do trabalho em equipe* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Preciado, P. B. (2020). *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Prins, B., & Meijer, I. C. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista estudos feministas*, 10(01), 155-167.
- Rabelo, A. R., Mattos, A. A. Q., Coutinho, D. M., & Pereira, N. N. (2005). *Um manual para o CAPS*. Salvador: Departamento de Neuropsiquiatria da UFBA.
- Rassial, J. J. (1999). O sinthoma adolescente. *Estilos da clínica*, 4(6), 89-93.

- Rassial, J.-J. (1997). *A passagem adolescente. Da família ao laço social*. Porto Alegre: Artes e ofícios.
- Ramom, F. (2019). O muro do isolamento nos casos contemporâneos. Recuperado de <https://ebp.org.br/sp/o-muro-do-isolamento-nos-casos-contemporaneos/>
- Rego, C. M. (2005). *Traço, letra e escrita na/da psicanálise*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Rinaldi, D. (2007). *Escrita e invenção. Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud: UERJ, Instituto de Psicologia.
- Ribeiro, C. N., & Guerra, A. M. C. (2020). Adolescência, atos e o risco de suicídio. *Psicologia USP*, 31.
- Ruthes, F. R., & Lustoza, R. Z. (2018). Passagem ao ato e acting out: função e sentido da distinção. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 7(12), 120-132.
- Santago, A. L. (2021). Acontecimento de corpo. Recuperado de <https://www.jornadaebpmg.com.br/2021/wp-content/uploads/2021/06/Acontecimento-de-corpo%E2%80%93Ana-Lydia-Santiago.pdf>
- Silva, N. G., Barros, S., Azevedo, F. C. D., Batista, L. E., & Policarpo, V. C. (2017). O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial1. *Saúde e Sociedade*, 26, 100-114.
- Silveira Riter, H. D., Carvalho Prestes, A., Lima Muller, T. D., & Soldi, T. P. (2018). A escrita como dispositivo na clínica da adolescência: considerações a partir de um caso clínico. *Revista de psicoterapia da infância e da adolescência*, 89-100.
- Siqueira, E. R. A. D. (2013). *Corpo escrito: um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais*. Recuperado de http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/843/1/elizabete_regina_almeida_siqueira.pdf
- Sobral, A. (2019). *Quanto ao futuro: do feminino mais além do falo a Escrita Feminina em Clarice Lispector*. Curitiba: editora CRV.
- Sousa, N. S. (1983). *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Souza, C. R. B., & Teixeira, L. C. (2012). Adolescente e corpo: A oficina de escrita como dispositivo terapêutico em instituições de saúde mental. In *Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, V e XI, Fortaleza*.
- Scotti, S. (2012). A escrita de si e o objeto a em Flaubert. In *A escrita como experiência de passagem*. Ana Costa e Doris Rinaldi (org). pp. 27-35. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Tavares, P. H. (2020). Sobre a tradução do vocábulo *Trieb*. In *As pulsões e seus destinos*. Tradução Pedro Heliodoro Tavares. – 1 ed.; 5.reimp. – Belo Horizonte: Autêntica.

- Tatit, I., & Rosa, M. D. (2012). Errância e isolamento: as dimensões de desejo e de gozo da solidão. *Psicologia em Revista*, 18(3), 446-457.
- Venosa, V. S. (2015). *O Ato de Cortar-se: Uma investigação psicanalítica a partir do caso Amanda e do caso Catarina* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). Recuperado de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19022016-153519/publico/venosa_me.pdf
- Vieira, M. C. V., & Alves, V. L. R. (2000). Encontro marcado: o adolescente deficiente físico e as relações humanas. *Acta fisiátrica*, 7(1), 9-12.
- Zanetti, C. E., & Dunker, C. I. L. (2018). *Os discursos na construção do caso clínico*. In O caso: entre exceção e transmissão. Nina Leite, Mariana Moraes, J-Guillermo Milán-Ramos (orgs). pp. 57-64. Campinas, SP: Mercado de Letras.